



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)
FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (FCI)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (PPGCINF)

**SISTEMAS DE MUSEUS E AÇÕES DE INFORMAÇÃO:
ORGANIZAÇÃO, (DES) ARTICULAÇÃO E DESAFIOS DO SISTEMA
DE MUSEUS DO DISTRITO FEDERAL**

Discente: Amanda Costa Soares
Orientador: Professor Dr. Clovis Carvalho Britto

Brasília, 28 de novembro de 2023



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)
FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (FCI)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (PPGCINF)

**SISTEMAS DE MUSEUS E AÇÕES DE INFORMAÇÃO:
ORGANIZAÇÃO, (DES) ARTICULAÇÃO E DESAFIOS DO SISTEMA
DE MUSEUS DO DISTRITO FEDERAL**

Dissertação apresentada à Faculdade de
Ciência da Informação da Universidade de
Brasília como requisito parcial para a obtenção
do título de Mestre em Ciência da Informação.
Área de concentração: Gestão, Organização e
Comunicação da Informação e do
Conhecimento.

Linha de pesquisa: Produção, Socialização e
Usos da Informação e do Conhecimento

Discente: Amanda Costa Soares

Orientador: Professor Dr. Clovis Carvalho Britto

Brasília, 28 de novembro de 2023

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

CS676s Costa Soares, Amanda
Sistemas de museus e ações de informação: organização,
(des) articulação e desafios do Sistema de Museus do
Distrito Federal. / Amanda Costa Soares; orientador Clovis
Carvalho Britto. -- Brasília, 2023.
169 p.

Dissertação(Mestrado em Ciência da Informação) --
Universidade de Brasília, 2023.

1. Ciência da Informação. 2. Ações de Informação. 3.
Política Nacional de Museus. 4. Sistemas de Museus. 5.
Sistemas de Museus do Distrito Federal. I. Carvalho Britto,
Clovis, orient. II. Título.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO****Ata Nº: 32**

Aos 28 dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três, instalou-se a banca examinadora de Dissertação de Mestrado da aluna **Amanda Costa Soares**, matrícula **21/0007010**. A banca examinadora foi composta pelos professores Dra. **Ana Lúcia de Abreu Gomes/membro titular interno/PPGCINF UnB**, Dra. **Simone Flores Monteiro/membro titular externo/ PUC/RS**, Dra. **Deborah Silva Santos/suplente/UnB**, e Dr. **Clovis Carvalho Britto/orientador/presidente/UnB**. A discente apresentou o trabalho intitulado **“Sistemas de museus e ações de informação: organização, (des) articulação e desafios do Sistema de Museus do Distrito Federal”**.

Concluída a exposição, procedeu-se a arguição da candidata e após as considerações dos examinadores o resultado da avaliação do trabalho foi:

(X) Pela aprovação do trabalho;

() Pela aprovação do trabalho, com revisão de forma, indicando o prazo de até 30 dias para apresentação definitiva do trabalho revisado;

() Pela reformulação do trabalho, indicando o prazo de **(Nº DE MESES)** para nova versão;

() Pela reprovação do trabalho, conforme as normas vigentes na Universidade de Brasília.

Conforme os Artigos 34, 39 e 40 da Resolução 0080/2021 - CEPE, a candidata não terá o título se não cumprir as exigências acima.

Dra. Ana Lúcia de Abreu Gomes
Membro titular interno/PPGCINF UnB

Dra. Simone Flores Monteiro
Membro titular externo/ PUC/RS

Dra. Deborah Silva Santos
Suplente/UnB

Dr. Clovis Carvalho Britto
Orientador/presidente/UnB

Amanda Costa Soares
(Mestranda)



Documento assinado eletronicamente por **Clovis Carvalho Britto, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 29/11/2023, às 20:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Lucia de Abreu Gomes, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 29/11/2023, às 20:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Simone Flores Monteiro, Usuário Externo**, em 20/12/2023, às 14:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Amanda Costa Soares, Usuário Externo**, em 21/12/2023, às 20:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **10454044** e o código CRC **06E51CA0**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe pelo apoio infinito, afeto, sabedoria para me incentivar e paciência para entender, junto comigo, o significado de mais este passo em nossas vidas.

Agradeço imensamente ao meu orientador, professor Clovis Carvalho Britto que desde a conclusão da minha graduação em Museologia, incentiva e acredita no meu potencial acadêmico, me conduzindo com muita atenção e paciência durante todo o processo. Sua presença foi essencial.

Agradeço às professoras Ana Abreu e Rose Miranda pelas contribuições na banca de qualificação, significativas para o direcionamento deste trabalho.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de mestrado que possibilitou o desenvolvimento desta pesquisa.

Agradeço ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília pelo apoio e dedicação na condução das atividades, mesmo durante o período de isolamento social em decorrência da Covid- 19.

Agradeço à minha família de amigos: Adriano Sargaço, Caio Henrique, Gabrielly Feitosa, Laura Eli e Marcelo Acácio. Me ajudaram a seguir em frente e sempre acreditaram no meu potencial, agradeço por segurarem minha mão durante a travessia e me acolherem nos momentos tempestuosos.

Agradeço às minhas irmãs Ingrid Mangabeira, Jéssica Rodrigues e Thanity Andrade, todas filhas da escola pública que ao meu lado descobriram e ocuparam os espaços da universidade. Compartilham a experiência de ser mulher e negra, são aliadas, fonte de força e inspiração.

RESUMO

O trabalho investiga as ações de informação em diálogo com a articulação em redes e sistemas de museus, entendendo as políticas museais no Brasil na perspectiva de governança em rede e as implicações no Sistema de Museus no Distrito Federal. O Sistema de Museus do Distrito Federal, criado inicialmente em 1990 e restabelecido em 2012, consiste em estudo de caso com ênfase em suas ações de informação e na compreensão de sua organização, (des) articulação e desafios para sua continuidade. A pesquisa de metodologia qualitativa foi pautada em revisão bibliográfica como aporte teórico sobre políticas públicas para museus, gestão de museus, redes e sistemas de museus e políticas de informação; análise documental realizada por meio da consulta ao arquivo da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal e em documentação do acervo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, especificamente documentos da Fundação Nacional Pró-Memória do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O intuito foi compreender as ações de informação e os motivos que contribuíram para a descontinuidade do Sistema de Museus do Distrito Federal.

Palavras-chave: Ciência da Informação; Ações de Informação; Política Nacional de Museus; Sistemas de Museus; Sistemas de Museus do Distrito Federal.

RESUMEN

El trabajo investiga las acciones de información en diálogo con la articulación en redes y sistemas de museos, entendiendo las políticas museológicas en Brasil desde la perspectiva de la gobernanza en red y las implicaciones para el Sistema de Museus do Distrito Federal. El Sistema de Museus do Distrito Federal, creado inicialmente en 1990 y restablecido en 2012, es un caso de estudio con énfasis en sus actividades de información y en la comprensión de su organización, (des)articulación y desafíos para su continuidad. La metodología de investigación cualitativa se basó en una revisión bibliográfica como aporte teórico sobre políticas públicas para museos, gestión de museos, redes y sistemas museológicos y políticas de información; análisis documental realizado mediante la consulta a los archivos de la Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal y documentación del acervo del Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, específicamente documentos de la Fundação Nacional Pró- Memória do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. El objetivo fue conocer las acciones de información y las razones que contribuyeron a la discontinuación del Sistema de Museus do Distrito Federal.

Palabras clave: Ciencia de la Información; Acciones de Información; Política Nacional de Museos; Sistemas de Museos; Sistemas de Museos del Distrito Federal

ABSTRACT

The work investigates information actions in dialog with the articulation in museum networks and systems, understanding museum policies in Brazil from the perspective of network governance and the implications for the Sistema de Museus do Distrito Federal. The Sistema de Museus do Distrito Federal, initially created in 1990 and re-established in 2012, is a case study with an emphasis on its information actions and on understanding its organization, (dis)articulation and challenges for its continuity. The qualitative research methodology was based on a bibliographical review as a theoretical contribution on public policies for museums, museum management, museum networks and systems and information policies; documentary analysis carried out by consulting the archives of the Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal and documentation from the Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, specifically documents from the Fundação Nacional Pró- Memória do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. The aim was to understand the information actions and the reasons that contributed to the discontinuation of the Sistema de Museus do Distrito Federal.

Keywords: Information Science; Information Actions; National Museum Policy; Museum Systems; Federal District Museum Systems

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|-----|
| Quadro 1- Estratos das ações de informação e formas de operação..... | 42 |
| Quadro 2- Teleologia das ações de informação..... | 43 |
| Quadro 3- Declaração da Mesa Redonda de Santiago do Chile, Declaração de Quebec, Declaração de Caracas, Recomendação referente à Proteção e Promoção dos Museus e Coleções, sua Diversidade e seu Papel na Sociedade e as ações de informação..... | 53 |
| Quadro 4- Declaração da Mesa Redonda de Santiago do Chile, Declaração de Quebec, Declaração de Caracas e a organização em rede de museus..... | 57 |
| Quadro 5- Museus Regionais do SPHAN..... | 85 |
| Quadro 6- Trajetória institucional do IPHAN..... | 86 |
| Quadro 7- Políticas de informação nos eixos programáticos da PNM..... | 100 |
| Quadro 8- Sistemas estaduais, municipais e distrital de museus no Brasil..... | 104 |
| Quadro 9: Programa de Capacitação em Museologia- Cursos Ministrados em parceria com o DEMU/IPHAN..... | 124 |
| Quadro 10- Comitê Gestor eleito em novembro de 2012..... | 127 |
| Quadro 11- Comitê Gestor eleito em novembro de 2014..... | 129 |
| Quadro 12- Programação do I Seminário do Sistema de Museus do Distrito Federal..... | 131 |
| Quadro 13- Pré- Cadastro dos Museus existentes o Distrito Federal..... | 132 |
| Quadro 14- Plano de Ação 2014 – SIM/DF..... | 134 |
| Quadro 15- Ações de informação do SIM/DF com base nos objetivos estabelecidos pelo Decreto 33957 de outubro de 2012..... | 143 |
| Quadro 16- Ações de informação do SIM/DF com base nas atividades realizadas entre 2012 e 2014..... | 146 |

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABRAM- Agência Brasileira de Museus

ACAM Portinari- Associação Cultural de Apoio ao Museu Casa de Portinari

AI- 5- Ato Institucional nº 5

AMB- Associação dos Museólogos da Bahia

APCDF- Academia de Polícia Civil do Distrito Federal

BCE- Biblioteca Central da Universidade de Brasília

CAPES- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CE- Ceará

CEM- SP- Cadastro Estadual de Museus de São Paulo

CEP/CHS- Conselho de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais

CNM- Cadastro Nacional de Museus

CNRC- Centro Nacional de Referência Cultural

CODEC- Conselho de Desenvolvimento Cultural

COFEM- Conselho Federal de Museologia

COREM- Conselho Regional de Museologia

COSISEM - SP - Conselho de Orientação do SISEM –SP

CPI- Comissão Parlamentar de Inquérito

DEMU- Departamento de Museus

DePHA- Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico

DGSAESP- Departamento de Gestão do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo

DETUR- Departamento de Turismo

DF- Distrito Federal

DPHAN- Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ENANCIB- Encontro Nacional de Pesquisa e Pós- Graduação em Ciência da Informação

ESM- Escola Superior de Museologia

EPM- Encontro Paulista de Museus

e-SIC- Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

FAPERGS- Fundo de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul

FCDF- Fundação Cultural do Distrito Federal

FEFIERJ- Federação das Escolas Federais Isoladas do Rio de Janeiro

FFCH- Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

FUNARTE- Fundação Nacional de Arte

GDF- Governo do Distrito Federal

GTCSISEM - SP - Grupo Técnico de Coordenação do SISEM-SP

IBPC- Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural

IBRAM- Instituto Brasileiro de Museus

ICOM- Conselho Internacional de Museus

IPHAN- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IJNPS- Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais

IPM- Instituto Português de Museus

LOC- Lei Orgânica de Cultura

MAB- Museu de Arte de Brasília

MAC- Museu de Arte Contemporânea

MG- Minas Gerais

MHN- Museu Histórico Nacional

MinC- Ministério da Cultura

MINOM- Movimento Internacional para uma Nova Museologia

MS- Mato Grosso do Sul

MUSAS- Revista Brasileira de Museus e Museologia

ONICOM- Organização Nacional do ICOM

PA- Pará

PMRC- Programa de Museus Regionais e Comunitários da Costa Rica

PCM- Programa de Capacitação Museológica

PE- Pernambuco

PESM- Plano Estadual Setorial de Museus

PNEM- Política Nacional de Educação Museal

PNM- Política Nacional de Museus

PR- Paraná

ProAC- Programa de Ação Cultural

REDE SIMUS- Rede dos Sistemas Estaduais de Museus

REUNI- Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

RIUnB- Repositório Institucional da UnB

RJ- Rio de Janeiro

RMCA- Rede de Museus Comunitários da América

RMI- Registro de Museus Ibero- Americanos

RPM- Rede Portuguesa de Museus

RS- Rio Grande do Sul

SAC- DF- Sistema de Arte e Cultura do Distrito Federal

SAESP- Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo

SBM- Sistema Brasileiro de Museus

SC- Santa Catarina

SCE- Secretaria de Cultura e Esporte

SEC- Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal

SEC- SP- Secretaria de Cultura de São Paulo

SECEC- Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa

SECTI- Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação

SECULT- Secretaria de Cultura do Distrito Federal

SEEDF- Secretaria de Estado de Educação

SEGIB- Secretaria Geral Ibero-Americana

SEM- SP- Sistema de Museus de São Paulo

SEM- RS- Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul

SEM/SC- Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina

SETUR- Secretaria de Estado de Turismo

SIM/DF- Sistema de Museus do Distrito Federal

SIM –PA- Sistema Integrado de Museus do Pará

SIM-RJ- Sistema Estadual de Museus no Rio de Janeiro

SisEB- Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas

SISEM -SP- Sistema Estadual de Museus de São Paulo

SM/DF- Sistema de Museus do Distrito Federal

SNC- Sistema Nacional de Cultura

SP- São Paulo

SPHAN- Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SUPAC- Subsecretaria do Patrimônio Cultural

SUPHAC -Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Cultural

TCLE- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TGS- Teoria Geral dos Sistemas

TICs- Tecnologias de Informação e Comunicação

UFBA- Universidade Federal da Bahia

UFPB- Universidade Federal da Paraíba

UFPEL- Universidade Federal de Pelotas

UFRJ- Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina

UnB- Universidade de Brasília

UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura

UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| INTRODUÇÃO | 17 |
| 1. AÇÕES DE INFORMAÇÃO E SISTEMAS DE MUSEUS | 41 |
| 1.1 Os museus e a sociedade da informação | 46 |
| 1.2 Concepções de redes e sistemas no contexto dos museus | 60 |
| 1.3 Redes e sistemas de museus e coleções, experiências nacionais e transnacionais | 67 |
| 2. POLÍTICAS MUSEAIS NO BRASIL: TRAJETÓRIAS DE GOVERNANÇA EM REDE | 76 |
| 2.1 Museus e profissionais de museus no Brasil: formação, articulação e os caminhos da construção de uma política nacional em rede | 84 |
| 2.1.1 Formação e profissionalização | 87 |
| 2.1.2 Congressos, encontros e fóruns de discussão | 90 |
| 2.1.3 O Programa Nacional de Museus e o Sistema Nacional de Museus | 93 |
| 2.2 A Política Nacional de Museus como política de informação | 96 |
| 2.3 O Sistema Brasileiro de Museus e a informação em rede | 101 |
| 2.4 Redes e Sistemas de museus no Brasil | 103 |
| 3. SISTEMA DE MUSEUS DO DISTRITO FEDERAL: TRAJETÓRIA, AÇÕES DE INFORMAÇÃO E DESAFIOS | 115 |
| 3.1 Criação do Sistema de Museus do Distrito Federal - SM/ DF (1990) | 116 |
| 3.2 Reativação e (des) articulação do Sistema de Museus do Distrito Federal- SIM- DF (2012) | 123 |
| 3.2.1 Normatização e estruturação interna | 125 |
| 3.2.2 Museus do Distrito Federal em debate, mobilização e articulação do campo | 130 |
| 3.3 A Lei Orgânica de Cultura (LOC) e o lugar do SIM/DF | 136 |
| 3.4 Ações de informação e desafios do Sistema de Museus do Distrito Federal-SIM/DF | 140 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 150 |
| REFERÊNCIAS | 153 |
| APÊNDICES | 162 |
| | 16 |

INTRODUÇÃO

Ao longo da minha graduação no curso de Museologia da Universidade de Brasília percebi a amplitude e o potencial da Museologia e da Ciência da Informação para abordar diferentes aspectos, incluindo o reconhecimento dos museus como espaços de produção e disseminação de informação a partir de processos museológicos. Além da trajetória acadêmica da graduação, o contato com movimentos sociais, por meio do movimento estudantil e a participação em uma das gestões do Centro Acadêmico de Museologia da UnB, me fez refletir sobre a importância da mobilização e articulação do setor museológico para o desenvolvimento do campo da cultura e superação de dificuldades comuns. Associada a essas inquietações, a compreensão da interface política dos museus, que possuem poder de interferência na formação de memórias coletivas, símbolos e visibilização de narrativas, provocou o entendimento da necessidade constante democratização desses territórios:

A diversificação das narrativas identitárias, embora tenha alcançado um grande impulso após a década de 1980, ainda é insipiente. Perspectivas mais plurais são fruto de uma participação política efetiva na esfera pública, o que coincide com a formalização dos processos políticos existentes nos sistemas democráticos atuais. Os museus se depararam com a multiplicidade e diversidade da sociedade brasileira, reproduzindo muitas vezes discursos autoritários, conservadores e pouco representativos. Políticas de preservação do passado, tradições e valores deveriam ser atividades de cunho democrático e, por isso mesmo, abertas à contínua transformação e negociação de seus significados (SANTOS; CHAGAS, 2007, p. 16).

A Política Nacional de Museus (PNM), criada em 2003 como uma política pública, é guiada por sete eixos programáticos sendo o Eixo 1: “Gestão e configuração do campo museológico” (BRASIL, 2003). O primeiro item desse eixo se refere a “Implementação do Sistema Nacional de Museus e incentivo à criação de sistemas estaduais e municipais de museus e outras instituições de memória” (BRASIL, 2003, p. 8). Ainda na PNM, o Eixo 2: “Democratização e acesso aos bens culturais” estabelece como primeiro ponto: “Apoio à criação de redes de informação entre museus brasileiros e entre os profissionais desses museus, a fim de facilitar a pesquisa, o desenvolvimento profissional e democratizar o acesso ao conhecimento produzido” (BRASIL, 2003, p. 10).

Nesse sentido, a PNM não só propõe a democratização a partir da articulação em rede, como sua construção se deu de forma participativa, de maneira que no processo inicial de

articulação e construção já se desenhava uma dinâmica de troca e trabalho cooperativo para a consolidação de uma política pública para museus:

Todo esse processo de implantação de uma política pública para museus no Brasil tem caráter inovador, vistos os diferentes modos de conexão entre os diferentes atores sociais e, principalmente, no modelo de conexão estabelecido pelo Estado com a comunidade museológica que, ao mesmo tempo, exercia a participação na geração de novas ferramentas e referendava as ações para dentro da estrutura pública do Estado (MONTEIRO, 2016, p. 203).

Esse fator caracteriza uma forma de construção de políticas públicas em rede, essa prática se mostra eficiente à medida que a interdependência entre os atores que a constroem gera um compromisso mútuo, tornando uma política pública mais eficaz e passível de ser implementada com sucesso. Segundo Bonafont (*apud* ESCOBAR, 2008, p. 29), essas redes de políticas públicas podem ser definidas como:

[...] um conjunto de relações relativamente estáveis entre atores públicos e privados que atuam entre si através de uma estrutura não hierárquica e interdependente, para alcançar objetivos comuns a respeito da política. A interdependência é o conceito básico com que se expressa a necessidade de manter relações estáveis entre atores diversos - membros do governo, funcionários, outras elites políticas, grupos de interesse, meios de comunicação ou grupo de especialistas - com a finalidade de conseguir objetivos políticos. Esta comunidade de atores se converte em um foro especializado onde se intercambiam recursos e informações, se elaboram e discutem propostas, se negociam transações e acabam perfilando as políticas.

A criação do Sistema Brasileiro de Museus (SBM)¹, em 2004, foi um desdobramento da PNM e teve como um de seus objetivos dar continuidade ao processo de articulação do campo museológico que já vinha acontecendo, facilitando o diálogo entre instituições, a gestão integrada, sendo incentivado e incentivando a continuidade de criação de redes e sistemas estaduais, regionais, municipais e distritais de museus (BRASIL, 2004). Assim como a PNM, a criação do SBM ocorreu de forma participativa e sua regulamentação assegura a formação de um Comitê Gestor com participação da sociedade civil organizada da área museológica, além dos órgãos governamentais.

¹ Criado pelo Decreto nº 5.264 de 5 de novembro de 2004, tem suas finalidades revisadas no art. 58 da Lei nº 11.904 de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus e é regulamentado pelo Decreto nº 8.124 de 17 de outubro de 2013.

O SBM teve papel importante na aprovação do Estatuto de Museus², principal marco regulatório e que apresenta uma ampla definição de museus, à medida que foi responsável pela elaboração e apresentação à Câmara Federal do anteprojeto de lei do Estatuto que passou por discussões, ajustes e considerações do campo museológico brasileiro:

[...] o modo de atuação do SBM pode ser tomado como um exemplo de inovação no modelo de gestão da administração pública, tendo em vista que redesenha a relação do governo com a sociedade, tornando-a participativa e democrática na gestão do patrimônio cultural sob a guarda dos museus e das políticas públicas voltadas para o setor [...] (TOLENTINO, 2013, p. 113).

Dessa maneira, entendemos que redes e sistemas de museus, além de se configurarem como estratégias de acesso e democratização, são consideradas como ferramentas de gestão de museus, capazes de proporcionar um espaço de construção democrática por meio de redes de políticas públicas; além da autonomia dessas instituições a partir de suas articulações e conexões internas e externas, favorecendo a interdisciplinaridade e o fluxo de informações.

Dentre as intenções desta pesquisa está a compreensão sobre as conceituações e o desenvolvimento prático e histórico de sistemas e de redes de museus. Redes e sistemas de museus possuem duas concepções diferentes com objetivos que se aproximam, ambos possuem relevância para a gestão e democratização de museus e em alguns casos caminham juntos na realização de suas ações, mas algumas diferenças geram desdobramentos em suas formas de funcionamento. Enquanto o sistema de museus tem a sua conceituação e funcionamento institucionalmente ligados a uma legislação própria e à estrutura de uma política nacional, estadual, distrital ou municipal, a rede de museus surge sem ligação direta com estruturas institucionais indicando ser uma forma de organização mais horizontalizada e pautada a partir de desdobramentos práticos:

Estas duas estruturas aparecem, pela natureza distinta a um tempo das suas finalidades e das suas fronteiras, como duas classes diferenciadas de organização: - o sistema, dotado de uma fronteira alterável e de uma finalidade concebida parcialmente quando da sua gênese e precisada no decurso do seu funcionamento. Enquanto o sistema pode ser assim sumariamente definido como um conjunto de elementos interdependentes expressamente escolhidos com o fim de responder a uma finalidade global, a rede aparece como um conjunto de elementos (nós e conexões) “em construção”, cuja finalidade, embora mantida globalmente, pode acolher sucessivas alterações pontuais ou eventuais rectificações. (LAMEIRAS-CAMPAGNOLO e CAMPAGNOLO *apud* MIZUKAMI, 2016, p. 37)

² Lei n.º 11.904 de 14 de janeiro de 2009.

Dessa maneira, identificamos no campo dos museus uma confusão terminológica entre sistemas e redes de museus, a medida que os termos se misturam em suas aplicações práticas e conceituais o que pode ser evidenciado a partir do próprio Estatuto de Museus que no artigo 55 define um sistema como uma rede: “O Sistema de Museus é uma rede organizada de instituições museológicas, baseado na adesão voluntária, configurado de forma progressiva e que visa à coordenação, articulação, à mediação, à qualificação e à cooperação entre os museus” (BRASIL, 2009).

Além disso o Estatuto sugere autonomia dos entes federais em relação à organização destes sistemas ao estabelecer que estes:

[...] estabelecerão em lei, denominada Estatuto Estadual, Regional, Municipal ou Distrital dos Museus, normas específicas de organização, articulação e atribuições das instituições museológicas em sistemas de museus, de acordo com os princípios dispostos neste Estatuto (BRASIL, 2009).

Considerando as experiências do Sistema Brasileiro de Museus (SBM) e das redes e sistemas nacionais, estaduais, regionais, municipais e distritais de museus já existentes em outros países e estados pesquisados e disponíveis na bibliografia sobre museus no campo da Museologia e da Ciência da Informação, esta dissertação pretende colaborar com a ampliação dos estudos sobre redes e sistemas de informação e gestão de museus. Para tanto, partirá de uma investigação sobre o processo de articulação e as ações de informação nos museus do Distrito Federal por meio do estudo de caso da criação e atuação do Sistema de Museus do Distrito Federal (SIM/DF)³.

Ao longo de sua história, o Distrito Federal passou pela criação de dois sistemas de museus. O primeiro deles (SM/DF) foi criado pelo Decreto nº 12.396, de 31 de maio de 1990 e surge com o intuito de integrar os museus do Distrito Federal sendo composto pelos “[...] museus dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Distrito Federal” (DISTRITO FEDERAL, 1990) O SM/DF (1990) estava vinculado à então Secretaria de

³ De acordo com o Decreto 33.957 de 23 de Outubro de 2012 o Comitê Gestor é composto pelas seguintes representações: um coordenador geral, um representante da Subsecretaria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Distrito Federal, um representante dos museus públicos federais; um representante dos museus privados; um representante dos museus universitários; um representante dos museus comunitários e ecomuseus; um representante da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal; um representante da Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal e um representante da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação do Distrito Federal.

Cultura e Esporte (SCE), responsável pela coordenação do sistema por meio de um órgão central da secretaria, o Departamento de Administração do Sistema de Museus dividido em Divisão de Museografia e Divisão de Administração de Museologia. As unidades museológicas que faziam parte do sistema formavam um colegiado que tinha como objetivo assessorar este órgão.

Em 1991, um ano depois da criação deste Sistema, Joaquim Roriz toma posse como primeiro governador eleito do Distrito Federal e revoga os regimentos internos de todas as secretarias já estabelecidas. A então Secretaria de Cultura e Esporte passou por três reorganizações em um intervalo de dois anos, de maneira que é difícil identificar os desdobramentos institucionais e a validade do decreto que instituiu o SM/DF. Ao longo dos processos de reorganização e implementação da Secretaria, o que antes tinha sido a Coordenadoria do Programa de Museus reaparece em 2011 como Divisão do Sistema de Museus⁴ (OLIVEIRA, 2016, p.32).

Neste contexto, o segundo sistema de museus criado, o SIM/DF, foi instituído pelo Decreto nº33.957, de 23 de outubro de 2012, provocando uma rearticulação na ideia de um sistema de museus proposto para o DF a começar pelo estabelecimento de uma definição de museu com base no Estatuto de Museus e por considerar também os centros culturais:

Art. 2º Para efeito deste Decreto consideram-se:

- I - Museus: instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento;
- II - Centros Culturais: entidades que facilitam a preservação, a continuação e a gerência de recursos patrimoniais tangíveis ou intangíveis, patrimônio vivo e atividades criativas digitais, podendo ser, também, espaços de memória (DISTRITO FEDERAL, 2012).

Esta ampliação de abrangência também é expressa na quantidade de instituições que se pretende articular no sistema que não restringe a sua composição aos museus da administração direta e indireta e pretende abarcar:

- I – museus e centros culturais sediados no Distrito Federal;
- II- universidades e faculdades que disponham de Curso de Museologia ou afim.

Art. 5º Os museus das cidades do entorno poderão participar do Sistema de Museus do Distrito Federal, mediante a celebração de Termo de Cooperação Técnica, a ser firmado entre as respectivas Secretarias ou Prefeituras

⁴ Decreto nº 33.178 de 1 de setembro de 2011

Considerando que o decreto de criação do sistema museus de 1990 (SM/DF) foi revogado pelo decreto de criação do sistema de museus criado e estabelecido em 2012 (SIM/DF), quando nos referirmos a um Sistema de Museus do DF, sem especificação da data de criação, falaremos deste último.

Em 2017 o Distrito Federal aprovou a Lei Orgânica de Cultura (LOC), Lei Complementar nº 934, de 2017, passo importante para que a política cultural do DF se transformasse em uma iniciativa de Estado e que representasse o marco de adesão do DF ao Sistema Nacional de Cultura. A LOC estabeleceu o Plano de Cultura para o DF, instituiu o Sistema de Financiamento de Cultura e o Sistema de Artes e Cultura do Distrito Federal (SAC –DF). Dessa forma, o Sistema de Museus do Distrito Federal passou a compor a instância dos sistemas setoriais de cultura do SAC- DF ao lado de outros sistemas e redes como o sistema de patrimônio cultural do Distrito Federal; o sistema de bibliotecas, livros, leitura e literatura do Distrito Federal; a rede de comunicação cultural do Distrito Federal; a rede de equipamentos de cultura e a rede Cultura Viva do Distrito Federal. A partir desta mudança, a LOC estabelece como subsistema do SAC- DF o:

[...] sistema de museus do Distrito Federal, coordenado pelo Museu Nacional da República em conjunto com a Secretaria de Cultura ou entidade vinculada, nos termos do regulamento, para implementar políticas de integração e fomento aos museus sediados no Distrito Federal[...] (DISTRITO FEDERAL, 2017)

Apesar da atualização do posicionamento do Sistema de Museus do DF dentro da estrutura das políticas para cultura, encontramos poucos registros acerca da ação e do efetivo funcionamento do SIM/DF, sobretudo registros públicos e de fácil acesso à comunidade. Considerando informações encontradas no processo 360.001433/2011 do arquivo da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal (SECEC DF)⁵ as últimas atividades registradas datam de 2014, referentes ao esforço de constituição de um novo comitê gestor, dando a entender que o SIM/DF sofreu uma descontinuidade devido às dificuldades de consolidação de sua estrutura interna para funcionamento mínimo. Vale salientar que a data coincide com ano eleitoral seguida de uma troca no governo do estado no

⁵ Processo consultado em pesquisa na SECEC, solicitado por meio do Serviço de Informação ao Cidadão do Distrito Federal (e-SIC), sob a supervisão de servidor público responsável.

ano seguinte. As lacunas sobre a situação do SIM/DF também se expressam na esfera nacional visto que o SIM/DF não é listado, junto a outros sistemas estaduais e municipais, na relação de sistemas museus no Brasil publicada no site do IBRAM.⁶

Considerando que o Sistema de Museus do Distrito Federal pretende articular diversas representações situadas em diferentes esferas sociais, será proveitoso analisar as atividades realizadas e propostas pelo SIM-DF também do ponto de vista informacional buscando identificar, entre outros objetivos, sua trajetória e as ações de informação por ele realizadas ao longo de sua existência.

González de Gomez (2000) afirma que o caráter poli epistemológico da Ciência da Informação confere ao termo informação um caráter flutuante que produz distintos efeitos e sentidos em diferentes contextos, propondo que a informação como um fenômeno ou processo se articula como ações de informação em determinados estratos de realização.

Dessa forma, acreditamos que analisar as ações de informação no contexto dos sistemas de museus potencializará a compreensão da produção de informação dentro desses regimes de informação específicos, que englobam uma série de estruturas sociais, institucionais, tecnológicas e políticas. O exercício consiste em pensar como as ações de informação podem impactar nos agentes envolvidos e em que medidas são afetadas por determinados regimes de informação, fluxos informacionais e políticas de informação que as atravessam, tendo como objeto o SIM-DF.

Esta dissertação foi impulsionada pela necessidade de debater a importância do envolvimento dos museus com o conjunto da sociedade, compartilhando e democratizando seus processos museológicos. Nos últimos anos, diante de mudanças na conjuntura política brasileira, o setor cultural e museológico sofreu medidas que restringem sua participação nas políticas de estado, o que torna indispensável enfatizar a importância dos museus para o desenvolvimento social, cultural e econômico do país.

A extinção do Ministério da Cultura, que teve início no governo de Michel Temer (2016- 2018) (que assumiu a presidência após um processo de *impeachment*, chamado de golpe parlamentar por alguns setores políticos e movimentos de representação social), se concretizou com a gestão de Jair Bolsonaro (2019- 2022) fazendo com que o ministério se tornasse uma secretaria especial do Ministério da Cidadania, e posteriormente do Ministério

⁶ Disponível em: <<https://antigo.museus.gov.br/sistemas-de-museus-no-brasil/>> Acesso em 02 de agosto de 2023.

do Turismo, diminuindo, assim, sua expressão dentro do Estado. Ainda no governo Temer, em setembro de 2018, o incêndio do Museu Nacional da Quinta da Boa Vista denunciou a falta de investimentos para o setor de museus e as dificuldades do governo federal em relação aos museus universitários. Como reação ao incêndio no Museu Nacional foi colocada em discussão a extinção do IBRAM e a criação da Agência Brasileira de Museus (ABRAM), proposta que foi considerada um retrocesso por profissionais de museus, essa medida só não foi concretizada graças à mobilização do setor museológico e cultural (NASCIMENTO JUNIOR, 2019, p. 81).

Esses eventos demonstram a importância de discussões não só sobre a construção e viabilização de políticas públicas para museus, mas também sobre a crescente necessidade de garantia e manutenção destas conquistas. Muitos avanços foram consequência da criação da Política Nacional de Museus, que contribuiu para uma maior articulação entre instituições museológicas e o governo, melhorando as condições de expansão e manutenção desses espaços. Mas também é proveitoso entender como a incorporação dessa política pública tem se dado, considerando suas limitações e pontos críticos, assim é possível fornecer dados para fortalecimento e continuidade dessas ações. De acordo com o Relatório de Gestão 2003/2010 da Política Nacional de Museus:

Em termos de pontos críticos e ameaças, destacam-se: a precariedade de nível jurídico e administrativo de muitos museus; a falta de eficácia nos procedimentos técnicos de documentação e gestão de acervos; a carência de políticas de segurança e conservação preventiva; a fragilidade dos instrumentos de gestão dos museus e o desempenho pouco eficaz da sua função social; a pouca valorização da função pesquisa; coleções deficientemente inventariadas, conservadas, estudadas e divulgadas; a baixa ocorrência de periódicos especializados para a divulgação da produção de conhecimento e práticas museais (IBRAM, 2010, p. 29).

É possível inferir a partir disso, que parte das dificuldades de consolidação plena das ações da PNM em nível nacional são decorrentes das limitações existentes no próprio ambiente dos museus e estão relacionadas com o contexto social em que estão inseridos. Assim, a consolidação de redes e sistemas tem se mostrado como uma importante ferramenta de colaboração entre essas instituições⁷.

⁷ No dia 10 de Outubro de 2023 foi publicado pelo o IBRAM o Edital de Implementação e Fortalecimento de Sistemas de Museus. O edital destina recursos para convênio com cinco projetos voltados para a implementação de sistemas de museus e oito projetos voltados ao fortalecimento de sistemas já existentes. Disponível em: <<https://www.gov.br/museus/pt-br/assuntos/noticias/ibram-abre-edital-voltado-a-sistemas-de-museus>> Acesso: 16 de outubro de 2023.

A criação do Sistema Brasileiro de Museus foi seguida pela criação de diversos sistemas estaduais, municipais, além do sistema distrital de museus: Sistema Estadual de Museus do Ceará (2005); Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina (2006); Sistema de Museus de Pelotas (2006); Sistema de Museus de Ouro Preto (2006); Sistema de Museus de Mato Grosso (2007); Sistema Municipal de Museus de Rio Grande (2008); Sistema de Museus de São Luís (2008) e o Sistema Alagoano de Museus (2008) (TOLENTINO, 2013, p. 116), Sistema Municipal de Museus de Santa Maria (2008); Sistema Estadual de Museus do Mato Grosso do Sul (2008); Sistema Estadual de Museus de Minas Gerais (2009); Sistema Estadual de Museus do Rio de Janeiro (2010); Sistema Municipal de Museus de Joinville (2012), Sistema de Museus do Distrito Federal (2012) e o Sistema Maranhense de Museus (2019).

Isso demonstra a capacidade do SBM, por meio dos sistemas estaduais, municipais e distrital, como uma ferramenta de inclusão de diversos atores sociais na relação com o Estado, inovando na forma de realizar administração pública e redesenhando a relação do governo com o setor museológico. É preciso estudar esses diferentes sistemas, entendidos como políticas de informação e ferramentas de auxílio na gestão de museus, reforçando as possibilidades de investigação entre a Ciência da Informação e a Museologia.

Partindo da perspectiva da musealização como um processo informacional, à medida que a partir de uma série de processos ligados à preservação do patrimônio confere significado simbólico a objetos e práticas culturais que antes estavam inseridos no contexto cotidiano, “a musealização consiste em um conjunto de processos seletivos de caráter infocomunicacional baseados na agregação de valores a coisas de diferentes naturezas às quais é atribuída a função de documento, e que por esse motivo tornam-se objeto de preservação e divulgação.” (LOUREIRO, 2016, p. 101).

Tal compreensão, conforme sugere Vânia Carvalho Rôla Santos (2011), aproxima a Museologia e a Ciência da Informação com a possibilidade de construções teóricas entendendo os museus como uma unidade informacional que também comunica e por consequência, assume a responsabilidade de mediação propondo uma rica possibilidade de estudo sobre a relação entre a gestão museus e os processos informacionais, evidenciando como o tipo de gestão museológica implica na configuração informacional do museu. Também é importante pensarmos, a partir dessa troca, como as políticas de gestão de museus se configuram como fontes informacionais sobre a postura institucional dos museus em

relação às suas práticas informacionais e à construção de políticas que guiam essas práticas (AUGUSTIN, 2017).

No que diz respeito aos trabalhos que debatem o Sistema de Museus do Distrito Federal, citamos nosso trabalho (SOARES, 2019), que realizou uma investigação sobre a articulação em rede de museus do DF, especificamente da criação e rearticulação do SIM/DF no período de 2012 a 2014; e o trabalho de Águeda Macias de Oliveira (2016) que, por meio da análise da criação e gestão de museus do Distrito Federal, fornece um panorama histórico da administração dos museus do DF, possibilitando a contextualização do cenário museal em que o SIM/DF foi idealizado e criado. Com exceção desses trabalhos, o SIM/DF carece de informações acerca de sua existência e de trabalhos que analisem as suas atividades não só na perspectiva da gestão de museus, mas também sobre sua política informacional. O estudo sobre redes de museus na Ciência da Informação também é escasso, podendo citar aqui a dissertação sobre encontros e rede de museus universitários, desenvolvida recentemente por Marianna de Souza Soares (2020).

Além de todas as questões apresentadas, nosso intuito é contribuir para o estudo e mapeamento deste cenário, a análise da criação do Sistema de Museus do Distrito Federal (SIM/DF) e investigação, a partir de uma realidade localizada, de uma série de questões amplamente relacionadas com a Política Nacional de Museus, em especial as ações de informação. Pretendemos, também, contribuir com os estudos sobre a realidade museológica do Distrito Federal, levando em conta que o SIM/DF possui grande potencial de mapeamento da realidade museológica do DF, de viabilização e elaboração de um cadastro de museus do Distrito Federal e promoção de articulações tanto entre os museus que o compõe, quanto para a esfera administrativa museal e cultural.

Considerando as questões apontadas acima, este trabalho possui os seguintes objetivos:

OBJETIVO GERAL

- Investigar as ações de informação em museus focando na formação de redes e sistemas de informação museológicas, tendo como estudo de caso as ações de informação no contexto da criação e implementação do Sistema de Museus do Distrito Federal.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Compreender as ações de informação e como dialogam com os museus a partir da articulação de museus em redes e sistemas;
- Analisar as políticas museais no Brasil no âmbito de uma estratégia de governança em rede;
- Evidenciar o lugar das ações de informação para a atuação integrada de museus a partir da organização, (des) articulação e desafios do Sistema de Museus do Distrito Federal.

Revisão de literatura e referências teóricas

Compreendendo os museus como unidade de informação e comunicação, Vânia Santos (2011) faz uma análise embasada no campo teórico conceitual da Museologia e da Ciência da Informação, a partir da comparação da gestão museológica e os processos informacionais e comunicacionais de museus no Brasil e na França. Em sua análise, a autora sinalizou a influência da gestão museológica nos processos informacionais e comunicacionais, considerando a informação como um fenômeno definido socialmente e os museus como prestadores de serviço público. Para isso, problematizou as aproximações entre a Museologia e a Ciência da Informação na perspectiva epistemológica, apontando o caminho histórico dos paradigmas das duas disciplinas e por meio da demonstração do processo de inserção da Museologia no Encontro Nacional de Pesquisa e Pós- Graduação em Ciência da Informação (ENANCIB). Além disso, considerou as diferenças socioeconômicas e de organização estatal entre o Brasil e a França para a contextualização das políticas públicas para museus nesses países e desenvolver as concepções de gestão museológica como prática aplicada a museus.

Manuelina Maria Duarte Cândido (2019) aborda a gestão de museus a partir da perspectiva de aproximação do conhecimento museológico das atividades práticas e cotidianas realizadas nas instituições museais, sua proposta se desenvolve a partir da observação do lugar estratégico do planejamento feito por meio de um diagnóstico realista acerca dos processos desenvolvidos na instituição. A partir da defesa de que a gestão de um museu deve ser feita pelo conjunto da equipe, que pode e deve ser multidisciplinar, contando com a presença de profissionais que tenham conhecimento no campo da Museologia na

elaboração do Plano Museológico, a autora faz apontamentos teóricos e apresenta exemplos de realização de planejamento museológico. Outro ponto de atenção é relativo ao diagnóstico museológico que deve abranger as diferentes áreas do museu como diagnóstico de conservação de acervo, de segurança, de documentação museológica, estudo de público, por exemplo.

A partir da tese desenvolvida por Simone Flores Monteiro (2016) será possível compreender como a construção da Política Nacional de Museus e do Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul se deram por meio da cooperação em rede, considerando o Sistema Brasileiro de Museus nos desdobramentos desse processo. A autora também contribui à medida que explica os conceitos de Política Públicas e Política Cultural tomados como estruturantes para a reflexão sobre Políticas Públicas para os museus e, mais especificamente, para a análise do Sistema Brasileiro de Museus e da Política Nacional de Museus, além de apresentar de forma detalhada o processo de mobilização e articulação da PNM e do SBM.

Dentro dessa perspectiva de análise do SBM, e considerando a diversidade de conceitos e aplicações do termo “rede”, Atila Tolentino (2013) se fundamenta principalmente no conceito de “Estado Rede” desenvolvido por Castells (2009) para observar a atuação do Sistema. Articulado trabalhos sobre redes de políticas públicas e governança em rede, o autor apresenta que “a experiência do Sistema Brasileiro de Museus - SBM, criado por meio do Decreto n. 5.264/2004, pode ser considerado como exemplo de atuação em rede em prol da implementação de uma política pública específica” (TOLENTINO, 2013, p. 105), e assim, contribui com uma breve revisão de literatura apresentado autores que desenvolvem o conceito de redes de políticas públicas e governança em rede. Em outro artigo de sua autoria, Tolentino (2004) também parte da ideia de Estado Rede para realizar uma análise sobre as semelhanças e diferenças de experiências internacionais e nacionais de sistemas e redes de museus.

A organização em rede também é explorada por Luiz Fernando Mizukami (2014) que, visando aprofundar o entendimento do Sistema Estadual de Museus de São Paulo, desenvolve suas reflexões sobre as estruturas em rede nos processos museológicos. Além de detalhar a experiência de sistemas de museus em estados como o Pará e o Rio Grande do Sul, apresenta uma ampla conceituação de redes e sistemas considerando a polissemia dos termos, que têm usos em diversas áreas, mas que “apesar das origens semânticas diversas de cada um dos termos, a aproximação dos significados no decorrer do tempo foi uma realidade: em ambos os termos há uma significação de conjunto” (MIZUKAMI, 2014, p. 32). A partir desta

interpretação da estrutura em rede, o autor discorre sobre a utilização de redes e sistemas no cenário museológico, apresentando exemplos e considerando essa forma de organização adequada à área de cultura e museus, pois à medida que se encontram em situação periférica, redes e sistemas são instâncias capazes de apoiar museus no seu desenvolvimento perante essa realidade de marginalização.

Entre as referências trazidas por Mizukami (2014), é interessante considerar Pierre Musso (2010) que, a partir da síntese e análise histórica da construção do termo, definiu “Redes” abordando diversas conceituações de diferentes autores. O autor considera que o termo passou por muitas ressignificações, culminando em uma polissemia e até mesmo em uma banalização em seu uso, segundo ele:

A polissemia da noção de rede explica seu sucesso, porém lança a dúvida sobre a coerência do conceito. Essa dúvida é reforçada pela multitude de metáforas que cercam a noção e suas utilizações. O excesso de seus usos metafóricos parece condenar a própria noção, como o excesso de empregos “em extensão” ocasiona o vazio “em compreensão”, ou até mesmo sua diluição. Entretanto, poder-se-ia concluir em sentido contrário, constatando-se que a utilização de uma noção é uma prova de seu poder e de sua complexidade (MUSSO, 2010, p. 17)

Partindo desta constatação, o texto aborda as transformações do conceito de Rede e, a partir da síntese e considerações sobre o que é apontado por autores que utilizavam o termo e suas aplicações, Pierre Musso propõe o seguinte conceito de rede: “a rede é uma estrutura de interconexão instável, composta de elementos e interação, e cuja variabilidade obedece a alguma regra de funcionamento” (MUSSO, 2010, p. 31).

Nilson Alves de Moraes (2009) analisa a centralidade e o lugar que as Políticas Públicas para museus têm ocupado dentro do Estado. Sua análise procura considerar as disputas internas e tensões que permeiam espaços representativos, como é o caso das políticas públicas, levando em consideração o fato de que governos não são uniformes e alianças e discursos que podem produzir arranjos conjunturais específicos. Partindo desta ótica o texto faz uma análise sobre os processos políticos que culminaram nas políticas públicas para os museus nos últimos anos, especificamente a PNM e a criação do IBRAM; considera mudanças conjunturais globais e locais, trocas de governos, a maneira como a cultura era vista diante das diferentes lógicas econômicas governamentais e como esses fatores afetam diretamente na forma como a cultura tem sido tratada.

Colaborando com a análise da correlação entre política e políticas públicas, José do Nascimento Junior (2019) analisa a trajetória de consolidação de políticas públicas para museus no âmbito federal, considerando o movimento de desvinculação e retomada de autonomia das políticas de museus das políticas de patrimônio como uma forma de reposicionar os museus no centro das políticas públicas para cultura. A partir daí o autor aprofunda o debate sobre como as políticas públicas se tornaram fundamentais para estruturar o campo museológico impactando nas percepções sobre o papel dos museus na sociedade e no Estado, inclusive na discussão acerca do próprio conceito de museus. Também apresenta o processo de consolidação das discussões e mobilizações políticas em torno da consolidação da Política Nacional de Museus e seus desdobramentos, bem como as posições políticas e opiniões sobre a PNM a partir da descrição detalhada da audiência pública para a discussão do projeto de Lei do Estatuto de Museus. O autor também complementa a discussão apresentando como a PNM colocou os museus brasileiros no cenário internacional por meio de iniciativas como o Ibermuseum⁸ e o Mercomuseum⁹ no âmbito do Mercosul.

No artigo "Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos", Maria das Graças Rua (1998) esclarece para não especialistas, conceitos e teorias para análise de políticas públicas. Dentre as conceituações a autora faz uma breve caracterização de uma política pública pontuando as diferenças entre a política propriamente dita e uma política pública sendo que:

Uma política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer várias ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas. Já uma decisão política corresponde a uma escolha dentre um leque de alternativas, conforme a hierarquia das preferências dos atores envolvidos, expressando - em maior ou menor grau- uma certa adequação entre os fins pretendidos e os meios disponíveis (RUA, 1998, p.1)

Além disso, a autora explica o conjunto de procedimentos que levam a resolução de conflitos por meio de políticas públicas, discorre sobre os diferentes atores políticos envolvidos no processo (públicos, privados e agentes informacionais) e como um problema

⁸ Programa de cooperação entre museus da Ibero-América que tem como principal objetivo promover a articulação de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável de museus da região. O Programa, existente desde 2007, é dirigido por um Conselho Intergovernamental composto por integrantes de treze países membros: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Espanha, México, Peru, Portugal e Uruguai.

⁹ Programa de cooperação que reúne instituições e profissionais de museus de países que compõem o Mercosul para o fomento e desenvolvimento de políticas públicas para museus, visando a integração regional sul-americana a partir da cultura.

pode ser considerado um problema político, que mobiliza uma ação política a fim de formular alternativas para a efetiva implementação de determinada política pública.

Paulo Calmon e Arthur Trindade Maranhão Costa (2013) apresentam conceitos fundamentais do estudo de redes de políticas públicas a partir do apontamento de duas abordagens distintas: uma como estratégia analítica e outra como conceito que caracteriza uma estrutura de governança especialmente aplicável na gestão de sistemas complexos. Segundo os autores, a noção de rede de políticas públicas apesar de não ser nova é inovadora pois combina conhecimentos advindos de diversas áreas do conhecimento contrapondo “à percepção tradicional de que o governo pode ser compreendido como uma entidade independente e, em grande medida, acima do restante da sociedade”. (CALMON e COSTA, 2013, p. 11). Essa visão interorganizacional que agrega múltiplos atores sociais faz com que os recursos necessários para gerar os resultados de uma política pública estejam distribuídos em uma ampla rede, gerando uma relação de interdependência entre os envolvidos. Outro conceito importante apresentado é o de subsistemas de políticas públicas, uma espécie de arranjo formal ou informal que caracteriza relações recorrentes entre atores interessados em uma determinada política pública: a área da saúde pública, por exemplo, pode ser considerada um subsistema de políticas públicas.

Marianna de Souza Soares (2020) contribui com a ampliação da visão sobre as experiências de redes de museus na Ciência da Informação por meio do estudo de redes e encontros de Museus Universitários. Partindo da conceituação, apontamento de características e do processo de reconhecimento dos Museus Universitários, traz importantes experiências de articulação de museus na Universidade Federal de Minas Gerais, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e na Universidade de Brasília. Essa articulação em rede é descrita como importantes formas de articulação em nível local para a preservação do acervo museológico universitário. Em âmbito nacional, Marianna Soares apresenta o processo de consolidação e principais temas de debate dos Encontros Nacionais de Museus Universitários com destaque para o I Encontro Nacional de Museus Universitários ocorrido em 1992, considerado o pioneiro da discussão sobre museus universitários no Brasil.

No que se refere à articulação dos museus no Distrito Federal, o trabalho de Águeda Macias de Oliveira (2016) apresenta um panorama da trajetória de criação e gestão de museus da Coordenação de Museus e Patrimônio da Secretaria de Cultura do Distrito Federal, possibilitando relacionar a história de Brasília com a trajetória de consolidação dos principais

museus da cidade e fornecendo uma análise sobre a construção desses espaços por parte do governo.

No mesmo contexto de estudo da realidade localizada no Distrito Federal, em pesquisa realizada anteriormente (SOARES, 2019), efetuamos uma análise documental para compreender a formação do SIM-DF. A partir do levantamento realizado no processo 360.001433/2011 do arquivo da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal (SECEC - DF), identificamos documentos compostos em sua maioria por ofícios e atas de reuniões que registram o processo de criação e consolidação desse sistema de museus. Verificamos que o SIM/DF funcionou organizadamente de Novembro de 2012, quando elegeu seu primeiro comitê gestor, a Novembro de 2014, quando elegeu o segundo comitê gestor. As atas de reunião do comitê gestor indicam que o plano de atividades de 2014 não foi realizado e que as atividades do SIM/DF estacionaram a partir de então, situação que pode ser relacionada com o esvaziamento do comitê gestor.

Após essa breve revisão de literatura, apresentaremos alguns conceitos eleitos como referências teóricas para esta dissertação. Partiremos da noção de sociedade informacional de Manuel Castells (2009) para contextualização da emergência das organizações em rede. Nesse ponto de vista um novo paradigma social emerge baseado no desenvolvimento de tecnologias de informação a partir da década de 1970, impactando no conjunto das relações humanas. A consequência dessa nova forma de comunicação global, onde cada vez mais informações são transmitidas de forma rápida e superando as limitações geográficas, são transformações que mudaram as percepções de espaço e tempo que alteram as relações informacionais que perpassam toda estrutura socioeconômica da sociedade. Essas características de fluxo informacional favorecem a emergência de novas formas de organização em rede, que em diversos campos mostrou-se compatível com essa forma de interação global devido sua flexibilidade.

Nesse cenário, Manuel Castells (2011) reflete sobre as possibilidades de intervenção dos museus diante das contradições culturais que estão emergindo da era informacional. Tais contradições são oriundas de três características que contribuem para o que o autor denomina de divisão global e individual no novo sistema de comunicação global. A primeira delas é a emergência de uma virtualidade real por meio de hipertextos eletrônicos, que fragmentam os sentidos e provocam a individualização da comunicação, uma vez que a comunicação e a busca de informação nesse contexto se dá de forma seletiva, de acordo com os interesses

peçoais de cada indivíduo. Nesse sentido, a arte e os museus seriam ferramentas de construção de pontes entre a rede e os indivíduos por meio de protocolos de comunicação.

A segunda característica, a transformação da percepção de tempo causando a emergência do que é chamado de tempo atemporal, provoca uma ruptura na perspectiva de sequência histórica gerando temporalidades incomunicáveis. Os museus, então, são colocados como repositórios de temporalidade, justamente por estarem situados no presente com tradições históricas acumuladas e projeções para o futuro. A terceira característica dessa contradição comunicacional é o espaço de fluxos, já desenvolvido em outras pesquisas do autor, é onde todas as principais atividades econômicas e culturais acontecem, [...] um hiperespaço único organizado em fluxos de comunicação eletrônica e sistemas de transporte rápido que ligam esses lugares numa verdadeira rede.” (CASTELLS, 2011, p. 17). Nesse sentido, os museus cumprem o papel de reconstituição do espaço público.

Nesse contexto geral de mudanças, o autor parte da conceituação de museus como “[...] instituições culturais, isto é, são sistemas de armazenamento, processamento e transmissão de mensagens culturais potencialmente interativas, dentro de, e para um determinado contexto social.” (CASTELLS, 2011, p.9), aponta como importantes conectores culturais de tempo e espaço por meio de protocolos de comunicação de diferentes identidades.

No âmbito da Ciência da Informação, o entendimento da informação como um valor de importância na sociedade informacional e devido a isso, da necessidade de democratização do seu acesso, promove a discussão sobre a gestão da informação considerando as políticas de informação, além dos aspectos organizacionais e de infraestrutura tecnológica, como fatores condicionantes para essa democratização:

A sociedade da informação poderia ser entendida como aquela em que o regime de informação caracteriza e condiciona todos os outros regimes sociais, econômicos, culturais, das comunidades e do estado. Nesse sentido, a centralidade da comunicação e da informação produziria a maior dispersão das questões políticas da informação, perpassada e interceptada por todas as outras políticas: as públicas e as informais, as tácitas e as explícitas, as diretas ou indiretas.” (GONZALEZ DE GOMEZ, 1999, p. 2)

Frohmann (1995) identifica uma limitação nos estudos de políticas de informação e propõe a ampliação desses estudos utilizando a Teoria Ator- Rede de Bruno Latour e Michel Callon como metodologia de identificação de regimes de informação. Visando superar a visão da política da informação exclusivamente como uma política governamental com foco epistemológico preocupado em estabelecer a base conceitual e disciplinar da política de

informação e em questões instrumentais, apontá-los para a necessidade de considerar também as relações entre informação e poder.

Dessa forma, defende que as concepções de políticas de informação devem considerar elementos constituintes das diversas relações de mediação de informação, ou seja: conflitos, instabilidades e incômodos entre grupos sociais, elementos naturais, sociais, tecnológicos e discursivos. A política de informação constituiria as práticas que estabilizam temporariamente determinados regimes de informação sendo um regime de informação: “[...] qualquer sistema ou rede mais ou menos estável em que a informação flui por canais determináveis de produtores específicos, por meio de estruturas organizacionais específicas, para consumidores ou usuários específicos[...]” (FROHMANN, 1995, p.21, tradução nossa).

De acordo com González de Gomez (2002), as políticas de informação surgem no contexto do pós-guerra, na década de 1950, associadas ao desenvolvimento de tecnologias de informação como elemento estratégico para o Estado e assumem novas perspectivas conforme as transformações da dinâmica informacional na sociedade. O desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação reconheceu a informação não mais como elemento secundário, mas como elemento central, assumindo um papel transversal nas atividades sociais. Embora a construção teórica conceitual de regimes de informação tenha ligação com as políticas de informação governamentais, ele também passou a abranger situações diversas (BEZZERA, SILVA, GUIMARÃES & SOUZA, 2016). Essa ampliação, que agrega uma abordagem que considera a perspectiva comunicacional da informação, política, poder e valor, delimita um regime de informação que é definido como:

Um modo de produção informacional dominante numa formação social, conforme o qual serão definidos sujeitos, instituições, regras e autoridades informacionais, os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os arranjos organizacionais de seu processamento seletivo, seus dispositivos de preservação e distribuição (GONZALEZ DE GOMEZ, 2002, p. 34).

Assim, o regime de informação se conforma como uma categoria analítica que, caminhando com o desenvolvimento da sociedade, é capaz de designar o modo de produção de informação em uma determinada formação social complexa, a partir das ações de informação entre diferentes atores.

As ações de informação, por sua vez, determinantes para a configuração de regime de informação, partem da concepção de informação como um processo ou fenômeno que se

consolida a partir da mediação de sujeitos individuais ou coletivos, inseridos em uma determinada realidade social. Dessa maneira, Gonzalez de Gomez (2003) afirma que o ator social indica “em que caso a informação é o caso” e, assim, a informação como potência teria uma indecidibilidade estrutural que se consolida a partir do que é chamado de ações de informação. Nesse contexto, a autora apresenta que as ações de informação, que antecipam e viabilizam a consolidação e aceitação da informação, se realizam em diferentes estratos e em diferentes modalidades que ocorrem de modo paralelo e simultâneo durante um processo informacional e comunicacional.

Delaia (2018) parte da concepção de sociedade de informação para contribuir com a elaboração de uma política de Gestão de Informação à luz do conceito de regime de informação. Em suas análises, aprofunda a discussão sobre políticas e ações de informação e, com isso, o trabalho contribui principalmente com a aplicação prática desses conceitos tendo em vista a gestão da informação em um determinado ambiente.

Buscando uma maior compreensão do surgimento e formação das redes e sistemas de museus no contexto da gestão de museus, será necessário entender as concepções, funcionamento, aproximações e diferenças entre sistemas e redes como forma de organização. Sobre a concepção de sistemas de museus, o Estatuto de Museus estabelece que o SBM se trata de “[...]uma rede organizada de instituições museológicas, baseado na adesão voluntária, configurado de forma progressiva e que visa à coordenação, articulação, à mediação, à qualificação e à cooperação entre os museus.” (BRASIL, 2009, art.55). Quanto às redes de museus, além da menção feita no eixo 2 da PNM (PNM, 2003, p.8), o Estatuto de Museus menciona no artigo 59, que dispõe sobre os objetivos do Sistema Brasileiro de Museus: “VII – incentivar e promover a criação e a articulação de redes e sistemas estaduais, municipais e internacionais de museus, bem como seu intercâmbio e integração ao Sistema Brasileiro de Museus” (BRASIL, 2009).

Dessa forma, percebemos a partir das normativas para museus que as concepções de sistemas e museus se mesclam, apesar de não terem necessariamente os mesmos desdobramentos práticos, ambas são colocadas como elementos articulados ao SBM e como ferramentas auxiliares da gestão de museus.

Considerando as políticas de informação que direcionam ações de informação, que por sua vez, constituem regimes de informação, pretendemos analisar o Sistema de Museus do Distrito Federal a partir de suas ações de informação. O intuito é entender em que medida a gestão informacional configurando uma rede de informações entre museus contribui para o

estabelecimento de políticas de informação democráticas e com capacidade de garantir certo nível de sustentabilidade na gestão de museus. A hipótese é que esse movimento proporciona melhores condições para que esses cumpram adequadamente seus objetivos previamente estabelecidos e sejam elementos de transformação e justiça social.

Metodologia de investigação

A pesquisa é de caráter exploratório e analítico, uma vez que investigou o processo de consolidação de Políticas Públicas para museus como políticas informacionais, redes e sistemas de museus como redes de informação e estudo de caso sobre o Sistema de Museus do Distrito Federal. O trabalho foi baseado em dados de natureza quantitativa e qualitativa que passaram por diferentes etapas de coleta.

Optamos pela realização de um estudo sobre o Sistema de Museus do Distrito Federal por entendê-lo como uma estratégia de pesquisa capaz de fornecer a compreensão das características de eventos da vida real, ajudando a compreender fenômenos sociais complexos. De acordo com Robert K. Yin (2001) a estratégia de estudo de caso é adequada quando a pesquisa apresenta questões do tipo ‘como’ e ‘porque’, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos investigados com foco em acontecimentos contemporâneos.

Devido a pouca quantidade de estudos acerca do Sistema de Museus do Distrito Federal, consideramos que as questões contextuais, como o espaço em que se organiza, suas regulamentações, instituições participantes e comunidade impactada, são elementos pertinentes para compreendê-lo. Outra característica favorável a realização do estudo de caso é que o estudo em questão envolve muito mais variáveis do que pontos dados, baseando-se em fontes diversas de evidência e se beneficia de proposições teóricas para direcionar a coleta de dados (YIN, 2001, p. 32- 33).

Além disso, o estudo de caso apresenta propósitos explanatórios e exploratórios, caracterizado pelo uso de diferentes fontes de pesquisas como análises documentais, consulta a arquivos e entrevistas. Entendemos que as estratégias de pesquisa podem se sobrepor, mas consideramos a necessidade de apresentação rigorosa dos dados empíricos consultados, entendendo que o estudo de caso possui como contribuição científica a expansão e generalização de teorias (YIN, 2001, p. 29)

A pesquisa bibliográfica foi realizada principalmente pelo Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no acervo geral da Biblioteca Central da Universidade de Brasília (BCE), no Repositório Institucional da UnB (RIUnB) e na *Revista Brasileira de Museus e Museologia* (MUSAS/IBRAM), além de indicações de leituras e referências bibliográficas apresentadas nas disciplinas obrigatórias e optativas do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília. A pesquisa buscou aporte conceitual acerca das discussões sobre os museus e a sociedade, políticas públicas para museus, estudos sobre experiências de organização em redes e sistemas de museus, gestão de museus e políticas de informação.

Na pesquisa realizada anteriormente (SOARES, 2019), consultamos o processo 360.001433/2011 do arquivo da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal (SECEC- DF). A solicitação de acesso foi feita via Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) e a consulta aconteceu com o acompanhamento de um servidor público da Secretaria. Os documentos que faziam parte do processo eram constituídos em maioria por atas de registro de reuniões ordinárias e extraordinárias realizadas pelo comitê gestor do SIM/DF, sendo essas atas a principal fonte de informação sobre as discussões que envolviam a institucionalização e normatização do Sistema.

Os outros documentos se constituíam em: projeto de lei de criação do Sistema acompanhado de justificativa, ofícios que registram a tramitação do projeto de lei na consultoria jurídica da Secretaria, decreto de criação do SIM/DF, aprovado depois de alterações, lista de museus elaborada em função do pré-cadastro de museus que pretendia-se implementar, folhetos e listas de presença de atividades promovidas pelo Sistema, relatórios de gestão do comitê gestor e ofícios de comunicação interna com outros setores da Secretaria.

Dando continuidade à pesquisa documental realizada anteriormente, novos documentos foram mobilizados principalmente a partir de publicações e documentos disponibilizados pelo site do IBRAM, como resoluções de congressos, encontros, fóruns, legislações museológicas e matérias relacionadas ao tema da pesquisa. Também foi realizada consulta em documentação do acervo do IPHAN-DF, especificamente documentos da Fundação Nacional Pró-Memória do SPHAN relacionados ao Programa Nacional de Museus, nas edições do Boletim Sphan/Pró-Memória e a análise de legislações que normatizam e que estão relacionados à Política Nacional de Museus, o Estatuto de Museus, legislações de criação do Estatuto de Museus e do IBRAM, relatórios de gestão da PNM, dos fóruns nacionais de museus e de encontros estaduais de museus.

A busca documental foi ampliada para identificar com maior propriedade a consolidação, a dinâmica de funcionamento e atuação do Sistema de Museus do DF que, ao que parece, encontra-se suspenso. Essa busca não teve como intenção contestar as fontes documentais institucionais, a importância dessas fontes é evidente, mas sim de complementar, tendo em vista que o conjunto documental disponível parece ser insuficiente para as pretensões desta pesquisa.

Buscamos diálogo, por meio da aplicação de entrevistas com agentes que participaram ativamente do Sistema de Museus do Distrito Federal para ter acesso a diferentes visões individuais sobre o mesmo processo, além de entrar em contato com os profissionais dos museus representados buscando a diversificação de fontes documentais institucionais. Para isso o projeto de pesquisa foi submetido ao Conselho de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília juntamente com a seguinte documentação: Instrumento de coleta de dados, composto de roteiro com as perguntas a serem realizadas na pesquisa; justificativa para não apresentação do termo de aceite institucional; carta de revisão ética expondo os possíveis riscos da pesquisa e as maneiras de minimizá-los; Termo de Consentimento Livre e Esclarecidos (TCLE) e folha de rosto assinada pelo coordenador do Programa de Pós Graduação em Ciência de Informação (Conferir Apêndices). O processo tramitou nas instâncias do CEP/CHS e o parecer aprovando a realização da pesquisa foi emitido em julho de 2022.

A aplicação das entrevistas se daria a partir da seleção das representações eleitas para o comitê gestor do SIM/DF em 2012 e em 2014, de acordo com a composição indicada pelo decreto n. 33.957/2012¹⁰. O contato foi realizado por meio de correio eletrônico contendo explicação sobre a pesquisa, evidenciando a intenção de realização da entrevista buscando a ampliação de informações referentes à atuação do Comitê Gestor e do Sistema de Museus do DF. Em anexo, foi enviada Carta de Apresentação devidamente assinada pelo orientador da pesquisa. Diante da ausência de respostas, novos contatos foram realizados e resultaram em três retornos. Dois deles continham manifestação positiva, entretanto pararam de responder durante as negociações para a concretização das entrevistas. O terceiro retorno teve manifestação negativa, apresentando a impossibilidade de responder às perguntas sugeridas.¹¹

¹⁰ Claudia Rachid, coordenadora geral, Lilian Branco Campos; Lilian Branco Campos, representante da Subsecretaria do Patrimônio Cultural (SUPHAC); Rosana Stuckert, representante dos museus públicos do DF, Heine Lima, representante dos museus públicos federais; Maria Júlia Chelini, representante dos museus universitários e Roberto Castello, representante dos museus privados.

¹¹ ”Desculpa Amanda, mas não consigo te dar informações precisas . Faz tanto tempo! Estive pouco tempo a frente desse trabalho. Em 2014, já não atuava mais e acabei deixando a pauta “museus” de lado. Li seu roteiro,

Em vista da impossibilidade de contato com os profissionais que compuseram o Comitê Gestor, procuramos a direção do Museu Nacional da República, onde foi possível conversar e obter direcionamentos sobre o estágio atual do SIM/DF. Também realizamos consulta com a Subsecretaria do Patrimônio Cultural da SECEC, via correio eletrônico, que retornou apresentando a possibilidade de reunião com o Subsecretário, entretanto não responderam a mensagem relativa ao agendamento de horário para a reunião.

Motivada pela necessidade de aprofundar e conferir as fontes acessadas na pesquisa anterior (SOARES, 2019) foi realizado contato, via Lei de Acesso à Informação por meio da plataforma Fala.BR no âmbito do governo federal e da plataforma ParticipaDF no âmbito do governo distrital que permitiu novo acesso ao arquivo do processo de criação do SIM/DF no dia 18 de setembro de 2023 e a já mencionada possibilidade de reunião com o Subsecretário de Patrimônio Cultural.

Esta dissertação é composta por três capítulos. O primeiro investiga as ações de informação na perspectiva da Ciência da Informação no contexto dos museus. Abordará a sociedade da informação considerando o impacto que a informação vem estabelecendo nas formas de organização social, cada vez mais relacionadas com a lógica de funcionamento em rede, e consequentemente no papel dos museus diante dessa realidade. Diante disso serão apresentadas experiências nacionais e transnacionais de redes de museus como forma de organização que busca o aprimoramento coletivo dos museus na sociedade e, entre outros processos, elaboração e efetivação de políticas museais.

O segundo capítulo apresenta um panorama das políticas culturais com enfoque nos museus, mobilizando alguns itinerários nacionais para construção de políticas museais em rede. Considera aspectos como a formação e profissionalização da articulação a partir de encontros e fóruns e a aplicação de políticas direcionadas à integração entre museus. Evidencia a Política Nacional de Museus como uma política de informação e a ação do Sistema Brasileiro de Museus na articulação da informação de rede. Por fim, exemplifica experiências de Sistema de Museus estaduais, municipais e distrital no Brasil

O terceiro capítulo se dedica a apresentação do estudo de caso sobre a trajetória do Sistema de Museus do Distrito Federal, evidenciando o caminho de estabelecimento, consolidação, desarticulações e rearticulações analisando as ações de informação propostas

mas não tenho as respostas. Fora isso, não tenho acesso mais aos materiais.” Resposta ao contato para realização de entrevistas, recebida de um dos ex-integrantes do Comitê Gestor do SIM/DF.

em suas normativas e realizadas no período de funcionamento em vista dos desafios para sua consolidação.

1. AÇÕES DE INFORMAÇÃO E SISTEMAS DE MUSEUS

Para entender a dinâmica das ações de informação, partiremos da compreensão do que é chamado de “indecidibilidade estrutural da informação” para expressar que a informação se materializa, e é entendida como tal, a partir de uma ação de informação em determinado contexto. Deste modo, “[...] para cada forma de intersubjetividade, em cada caso e em cada contexto, algo pode e não pode, ao mesmo tempo, cruzar uma linha imaginária que o faz ser considerado ou descrito como “informação”” (GONZÁLEZ DE GOMEZ, 2003, p.33). Ou seja, as ações de informação evidenciam o que é apreendido como informação em determinado regime de informação que pode ser caracterizado como:

[...] conjunto de redes formais e informais nas quais as informações são geradas, organizadas e transferidas de diferentes produtores, através de muitos e diversos meios, canais e organizações a diferentes destinatários ou receptores de informação, sejam estes usuários específicos ou públicos amplos. Em síntese, um regime de informação se caracteriza por sua complexidade e sua não transparência imediata, por nele ocorrerem conflitos, vontades plurais e efeitos não desejados (GONZALEZ DE GOMEZ, 1999, p.24).

Considerando então a perspectiva social da informação os agentes possuem papel fundamental diante da demanda de atos de seleção que agenciam sujeitos e demais atores sociais envolvidos como condicionantes que limitam uma ação de informação, tais como os dispositivos de informação e artefatos de informação entendidos como meios de inscrição de testemunhos ou evidência informacional reforçando que:

[...] o que se denomina informação constitui-se a partir das formas culturais de semantização de nossa experiência do mundo e seus desdobramentos em atos de enunciação, de interpretação, de transmissão e de inscrição. Tais condições de possibilidade de realização de uma ação de informação abrangem, assim, condições, regras e recursos de locução, transmissão, inscrição, decodificação, circunscrita pelas disponibilidades materiais e infraestruturais em que se inscreve a ação. (GONZALEZ DE GOMEZ, 2003, p. 32)

Esta condição de agenciamento determina o caráter seletivo as ações de informação, aqui entendidas a partir da compreensão da comunicação entre os participantes da ação, condicionadas pelo regime de informação, que evidenciam a política de informação vigente, reforçando que “[...] a sociedade da informação poderia ser entendida como aquela em que o

regime de informação caracteriza e condiciona todos os outros regimes sociais, econômicos, culturais, das comunidades e do estado” (GONZALEZ DE GOMEZ, 1999, p.2).

Para melhor entender e caracterizar as ações de informação em um contexto específico, considera-se que estas coexistem em determinado regime de informação, de maneira que podem ocorrer de modo paralelo e simultâneo, situadas em diferentes estratos heterogêneos e articulados sendo eles:

Quadro 1: Estratos das ações de informação e formas de operação.

| | |
|------------------------------------|--|
| Informação (semântico- pragmática) | “[...]Estrato polimórfico. Definido nos mundos de vida, em todos os setores de atividade: da educação, das artes, das ciências, da produção, dos mercados,” “[...] ações de informação acontecem como ações narrativas, relacionadas às múltiplas formas culturais de produção de sentido[...].” (GONZÁLEZ DE GOMEZ, 2003, p.34) |
| Meta- informacional | “[...] onde se estipula o domínio relacional ou o contexto dentro do qual algo se apresenta ou representa um valor de informação.” “[...]estrato regulatório. Definidas nos espaços institucionais e regulatórios do Estado, Administração Pública, do campo científico, da educação formal” (GONZALEZ DE GOMEZ, 2003, p.34). |
| Infraestruturas de informação | Estrato de reprodução a partir de modos tecnológicos de armazenagem, processamento e transmissão de dados- mensagens- informação. (GONZÁLEZ DE GOMEZ, 2000, p.5), “[...] remete aquilo que disponibiliza e deixa disponível, como sua mediação sócio- cultural, um valor de informação que poderíamos caracterizar como ação tecn- económica- de antecipação estruturante na configuração de uma ação/informação” (GONZÁLEZ DE GOMEZ, 2003, p.34). |

Fonte: Maria Nélide González de Gomez (2000; 2003).

Além dos estratos que contextualizam dimensionalmente as ações de informação levando em consideração variações sociais e materiais, de acordo Maria Nélide González de Gomez (2003) as ações de informação por si só podem ser entendidas a partir de sua manifestação em três modalidades:

- Ação de informação de mediação: direcionada a orientação de uma outra ação de informação. Nesta modalidade o sujeito da ação se constitui como um

sujeito funcional e se manifesta no domínio da *práxis* à medida que suas práticas são definidas pelo contexto em que atua.

- Ação de informação formativa: a informação é tida como um fim e não como meio para outra ação de informação, considera sujeitos heurísticos que buscam transformações culturais no agir e no fazer, dessa forma a informação se manifesta no domínio da *poiesis*.
- Ação de informação relacional: intervém em uma outra ação de informação a partir de sujeitos articuladores que designam ações de controle e monitoramento e por isso atuam no domínio da *legein*, na reunião e articulação dos demais sujeitos e estratos.

Quadro 2: Teleologia das ações de informação

| Ações de Informação | Atores | Atividades | Para |
|--|--|---|--|
| Ação de Mediação | Sujeitos Sociais Funcionais (Práxis) | Atividades Sociais Múltiplas | Transformar o mundo social ou natural |
| Ação Formativa ou Finalista | Sujeitos Sociais Experimentadores (Poiesis) | Atividades Heurísticas e de Inovação | Transformar o conhecimento para transformar o mundo |
| Ação Relacional Inter-Meta- Pós- Mediática | Sujeitos Sociais Articuladores e Reflexivos (Legein) | Atividades Sociais de Monitoramento, Controle e Coordenação | Transformar a informação e a comunicação que orientam o agir coletivo |

Fonte: (GONZÁLEZ DE GOMEZ, 2003, p.37)

Considerando as experiências de sistemas de museus, algumas serão apresentadas ao longo da dissertação, a informação se constitui como um dos principais elementos para a normatização e funcionamento desses sistemas, que compreendem tanto a articulação entre as instituições que os compõem quanto a realização de diversos tipos de atividades internas e externas a eles. Assim a gestão da informação na dinâmica de um sistema de museus demanda o entendimento da complexidade dos processos essenciais para seu funcionamento, abarcando tanto os processos de gestão das unidades museológicas que o compõem como entendimento de que o ciclo de gestão da informação é um fator decisivo no uso estratégico da informação para a aplicação de políticas governamentais e de Estado (GONZÁLEZ DE GOMEZ, 1999). Este processo pode se dar por meio do monitoramento das ações de informação em sistemas de museus buscando compreender como estas podem ser pensadas e executadas de forma

estratégica para o alcance dos objetivos do sistema. Assim sendo, o entendimento e a classificação das ações de informação no âmbito de um sistema de museus possibilitam a visão de suas interseccionalidade e da interdependência processual nas diferentes atividades do sistema. (RABELLO, 2012).

Conhecer as características das ações de informação em um sistema de museus significa buscar compreender como a informação é gerida nestes contextos de articulação entre instituições museais que por si só já possuem singularidades documentais e informacionais ligadas a suas características de preservação da memória e do patrimônio musealizado que se apresenta a partir de uma grande diversidade. Desta forma é importante mapear a dinâmica informacional desses espaços visando direcionar mudanças quando necessário visto que as “[...] ações de informação tanto podem orientar-se à reprodução quanto a mudança dos regimes de informação que direcionam fluxo e distribuição de informação entre sujeitos, áreas do conhecimento, atividades e regiões.” (GONZÁLEZ DE GOMEZ, 2003, p. 33).

Os sistemas de museus, por sua vez, se configuram como uma forma organizativa estabelecida por um marco formal subordinado ao Estado, geralmente instituído por meio de decreto ou lei, para a articulação de instituições museológicas podendo ter abrangência nacional, estadual, regional, distrital, municipal, temática ou disciplinar. Observando as articulações de redes e sistemas de museus em âmbito nacional, o Sistema Estadual de Museus de São Paulo (SISEM- SP), criado em 1986, se constitui como uma das primeiras iniciativas formais de constituição de um sistema de museus no Brasil. Entretanto, a formalização do SISEM-SP refletiu a prática já existente de criação de sistemas para a gestão de equipamentos culturais, que já acontecia por exemplo em bibliotecas, arquivos e teatros. Continuando com a experiência de São Paulo, a criação de um Sistema Estadual de Bibliotecas e um Sistema Estadual de Arquivos foram anteriores à criação do Sistema Estadual de Museus (MIZUKAMI, 2014).

A criação do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo (SAESP) se deu por meio de discussão em uma comissão especial promovida pelo governo do estado diante da identificação da ausência de uma política de arquivos capaz de realizar a devida proteção dos documentos públicos do estado (SCHMIDT; MATTOS; TOGNOLI, 2018). A partir daí, o SAESP foi instituído em outubro de 1984 por meio do Decreto nº 22.789 com os objetivos de:

I - assegurar a proteção e apresentação dos documentos do Poder Público Estadual, tendo em vista o seu valor administração e histórico e os interesses da comunidade; II - harmonizar as diversas fases da administração dos documentos arquivísticos, atendendo às peculiaridades dos órgãos geradores da documentação; III - facilitar o acesso ao patrimônio arquivístico público de acordo com as necessidades da comunidade. (SÃO PAULO, 1984)

Desde então o SAESP é responsável pela formulação e implementação da política estadual de arquivos e gestão documental em toda a administração estadual de São Paulo. Coordenado pelo Departamento de Gestão do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo (DGSAESP), o Sistema define normas e procedimentos que assegurem a gestão, o acesso e a preservação de documentos públicos e privados, convencionais ou digitais.¹²

O Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas (SisEB) foi instituído também em 1984 por meio do Decreto nº 22.766, de 9 de outubro de 1984 reformulado em 2010¹³. A princípio, submetido a coordenação da Unidade de Bibliotecas e Leitura da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo tinha os seguintes objetivos:

I - Incentivar a expansão e a integração das bibliotecas públicas nos municípios do Estado de São Paulo; II - desenvolver programas de assistência técnica às bibliotecas integrantes do Sistema, em conformidade com as necessidades locais; III - propiciar às bibliotecas a expansão de suas atividades culturais; IV - facilitar o acesso às informações de acordo com as necessidades da coletividade; V - fomentar nas bibliotecas públicas condições de atendimento adequado aos estudantes (SÃO PAULO, 1984).

No campo dos museus, algumas iniciativas de articulação e trabalho em rede, assim como a criação de sistemas estaduais de museus, antecederam a criação de um sistema nacional de museus¹⁴ e de ferramentas normativas de abrangência nacional que regulamentam a criação e a prática dos sistemas de museus. Atualmente o principal instrumento legal que direciona a ação de sistemas de museus no Brasil é o Estatuto de Museus, que na Seção II do Capítulo III denominado “A sociedade e os museus”, define o sistema de museus como uma rede organizada de instituições museológicas determinado que:

Os entes federados estabelecerão em lei, denominada estatuto estadual, municipal ou distrital dos museus, normas específicas de organização, articulação e atribuições das instituições museológicas em sistemas de museus, de acordo com os princípios dispostos neste estatuto (BRASIL, 2009).

¹²Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/gestao/sistema>> Acesso em: 28 de Maio de 2023.

¹³ Disponível em: <<https://siseb.sp.gov.br/sobre/>> Acesso em: 28 de Maio de 2023.

¹⁴ O Sistema Nacional de Museus (SNM) foi criado em 1986 na Fundação Nacional PróMemória no contexto de criação do Ministério da Cultura. Sua consolidação será evidenciada no segundo capítulo deste trabalho.

Assim, o Estatuto de Museus demarca um movimento de regulamentação de modo que os sistemas estaduais, municipais e distritais de museus conversem com a legislação de abrangência nacional, corroborando com o que está disposto no eixo programático de “Gestão e Configuração do campo museológico” e no eixo de “Democratização e acesso aos bens culturais” da PNM, no que diz a articulação em rede. Considerando os sistemas de museus estaduais que possuem uma normativa, o apoio à gestão das unidades museológicas que compõem os sistemas e a elaboração de políticas para museus são pontos de destaque entre os objetivos e finalidade para a organização e colaboração sistêmica entre essas instituições

Vale ressaltar que as iniciativas que antecederam o marco legal do Estatuto de Museus e da criação do Sistema Brasileiro de Museus contribuíram para reconhecer, formalizar e pautar a concepção de sistema de museus apontada no Estatuto. Da mesma maneira, a consolidação de sistemas de museus não resume o processo de articulação em rede historicamente estabelecido pelos museus, como veremos no capítulo seguinte.

Nos subitens que serão desenvolvidos ao longo deste capítulo apresentaremos a discussão acerca da centralidade que a informação tem tomado na sociedade, considerando as transformações na tecnologia da informação, que estimulou a tendência de organização em redes de interdependência global por meio do fluxo intenso de informações e o papel que os museus têm adquirido diante desse contexto. Por meio da discussão sobre diferentes concepções de redes e sistemas enquanto forma organizativa, serão apresentadas como estas concepções têm sido entendidas e aplicadas no campo dos museus evidenciando a experiência de redes e sistemas de museus no contexto internacional.

1.1 Os museus e a sociedade da informação

O desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, especialmente no século XX, desencadeou transformações sociais que impactaram de forma ampla as diversas camadas e setores da sociedade. A Sociedade da Informação, fruto deste acelerado desenvolvimento tecnológico, afetou o modo de produção capitalista e a forma como ele opera. Essa mudança tem como uma das principais características o processo de flexibilização e descentralização das instituições, relações de trabalho e demais dinâmicas sociais. A possibilidade de aumento, tanto em quantidade quanto em velocidade, do fluxo de informação

gerou um processo de interdependência global em rede, que diversifica as relações ao mesmo tempo em que desencadeia processos de individualização.

Considerando o Informacionalismo como nova forma de desenvolvimento do modo de produção capitalista, Castells (2009) aponta que na Sociedade da Informação a noção de territorialidade é afetada justamente porque esse sistema de comunicação global cada vez mais sofisticado, que personaliza de acordo com os gostos dos indivíduos a busca e a entrega de informação, desencadeia processos de reafirmação de identidades dentro do contexto da rede de informação global, segundo ele:

Em um mundo de fluxos globais de riqueza, poder e imagens, a busca da identidade, coletiva ou individual, atribuída ou construída, torna-se a fonte básica de significado social [...] a identidade está se tornando a principal e, às vezes, única fonte de significado em um período histórico caracterizado pela ampla desestruturação das organizações, deslegitimação das instituições, enfraquecimento de importantes movimentos sociais e expressões culturais efêmeras. Cada vez mais, as pessoas organizam seu significado não em torno do que fazem, mas com base no que elas são ou acreditam que são. (CASTELLS, 2009, p. 41).

Assim, podemos dizer que essa intensificação na afirmação de identidades as torna cada vez mais difícil de serem compartilhadas, provocando rompimentos na comunicação, fragmentação e alienação de grupos sociais específicos. Nesse contexto, o mundo é caracterizado paradoxalmente pela globalização e pela exclusão ao mesmo tempo, conectado por redes globais constituídas por várias comunidades virtuais que se organizam principalmente em torno de identidades primárias, de forma que enquanto a capacidade de integração aumenta, especialmente pela formação de redes a partir dos sistemas de informação, as noções de individualidade e sujeito são alteradas.

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) adquirem uma importância que impacta diretamente no corpo social, entretanto, o desenvolvimento e o acesso a essas tecnologias estão diretamente ligadas a forma que as sociedades, em seus diferentes contextos, lidam com o desenvolvimento tecnológico. A habilidade de determinada sociedade dominar ou não seu desenvolvimento tecnológico está ligado a fatores culturais, mas também à sua orientação política estatal e suas metodologias de intervenção nas tecnologias, podendo sufocá-las ou desenvolvê-las de maneira que alcance todo o tecido social:

O que deve ser guardado para o entendimento da relação entre a tecnologia e a sociedade é que o papel do Estado, seja interrompendo, seja promovendo, seja liderando a inovação tecnológica, é um fator decisivo no processo geral,

à medida que expressa e organiza as forças sociais dominantes em um espaço e uma época determinados (CASTELLS, 2009, p. 49).

Isso nos leva para a problemática do acesso à informação por meio das tecnologias de informação que hoje são a principal forma de acesso e disseminação de informação. Sendo um processo que se desenvolve no bojo da sociedade capitalista, ele também gera exclusão do movimento de desenvolvimento global a partir da rede:

Quando a rede desliga o Ser, o Ser, individual ou coletivo, constrói seu significado sem a referência instrumental global: o processo de desconexão torna-se recíproco após a recusa, pelos excluídos, da lógica unilateral de dominação estrutural e exclusão social (CASTELLS, 2009, p.60).

A sociedade da informação se constitui como uma sociedade articulada por meio dos fluxos informacionais cada vez mais intensos. A informação tem um papel central e os museus enquanto instituições que lidam com o tratamento informacional possuem importância na consolidação dessa nova dinâmica social ao mesmo tempo em que deveriam acompanhar as dinâmicas desse novo tempo para se manterem orgânicos no cumprimento de seu compromisso social.

Sobre esta configuração social, pautada principalmente no fluxo global de informação, cabe a reflexão sobre o papel dos museus nesse contexto, especialmente se considerarmos suas responsabilidades no tratamento da informação e conhecimento enquanto instituições que lidam com a memória e o patrimônio. Inseridos na sociedade da informação, os museus se consolidam como espaços de preservação e construção de memórias diante da tendência de fragmentação da noção de coletividade com destaque nas individualidades. Assim, é preciso pensar em que medida, e como, os museus são impactados nessa dinâmica, como podem cumprir seus compromissos sociais com auxílio das tecnologias de informação e comunicação e se incorporarem na dinâmica de organização em rede.

Considerando os museus como conectores culturais de tempo e espaço e construtores de espaços públicos e coletividades (CASTELLS, 2011), as TICs são fundamentais para o que pode ser considerado os compromissos com a justiça social e o posicionamento estratégico dos museus na Sociedade da Informação, dentre eles: unir comunidades dispersas, ajudar a manter identidades culturais diante das ações hegemônicas da globalização e como agentes educacionais e fornecedores de informação (KEENE, 1997). Ao identificar as demandas dessa nova forma de organização social pautada no fluxo intenso e imediato de informação, é

preciso que os profissionais de museus pensem em recursos e mecanismos tecnológicos para atender as demandas culturais dessa sociedade.

A dimensão informacional dos museus se amplia para além da informação documental obtida a partir de objetos e de seus acervos, abrange a possibilidade de expandir a comunicação dessa informação com um público cada vez mais diverso, não só a partir de exposições físicas, mas também de produções multimídia e nesse sentido, a utilização de tecnologias de informação se faz necessária.

A concepção de patrimônio digital constitui formas de preservação que transcendem o objeto em si. As formas de representação digital do patrimônio desvelam as características intrinsecamente informacionais, assim como o patrimônio virtual (intangível) que existe e circula na web está diretamente relacionado com o uso da tecnologia para retenção e difusão de significados. A promoção de exposições virtuais implica uma possibilidade muito maior de alcance de público quando consideramos a diminuição da distância física do mundo globalizado conectado por meio de uma rede de informações.

Entretanto, o acesso às TICs demanda custos, por isso é preciso desenvolver estratégias para que os museus acessem, principalmente do ponto de vista financeiro, essas tecnologias. Keene (1997) destaca que as relações, tanto entre os museus quanto às relações comerciais e com os governos, é um dos pontos chave para promover esse acesso, porém:

Os museus não têm sido muito bons em formar relações entre si, no entanto poucos deles são suficientemente grandes ou poderosos para entrar nestas novas arenas sem parceiros. Várias pessoas têm defendido que os museus devem se unir na Era da Informação (KEENE,1997, p.2, tradução nossa).¹⁵

A defesa da união de museus e o fortalecimento das relações com o conjunto de agentes que o cercam se relaciona com a dinâmica de rede estabelecida a partir da globalização. Daniel Calado Café (2012) defende importância dos museus se organizarem em rede, destacando que mais do que uma moda ou uma tendência, as redes museológicas são uma inevitabilidade, assim “[...]é praticamente incontestável que o futuro dos museus, em especial os de pequena e média dimensão, passará pela sua estruturação e reorganização em rede, seja por motivos patrimoniais, seja por motivos economicistas” (CALADO CAFÉ, 2012, p. 160).

¹⁵ “Museums have not been very good at forming relationships among themselves, yet few of them are big or powerful enough to enter these new arenas without partners, especially when intellectual property rights and finance come into it.” (KEENE,1997, p.2).

O poder simbólico conferido aos museus os colocou em posição de autoridade, especialmente com o desenvolvimento da escrita que situou a reprodução da memória sob o comando de quem dominava essa forma específica de registro gráfico, um movimento que aconteceu ao mesmo tempo em que surgiram os primeiros museus etnográficos dedicados à coleta, registro, preservação e transmissão de informação a partir de objetos materiais (GOUVEIA JUNIOR, 2014).

Em meados do final do século XIX se estabelece a formulação de tradições em massa e o reforço da criação de histórias oficiais de ordem política, alinhadas a ideais nacionalistas. Se a dinâmica dos museus modernos for observada, percebe-se que eles se caracterizam pela produção e reprodução da história e discursos oficiais, prática que legitimou a hegemonia de determinados grupos sociais em detrimento de outros. Inseridos na lógica de preservação desses discursos e símbolos, sua função social se concretizava na manutenção das dinâmicas de exclusão social. A reprodução dessa lógica afastou os museus do conjunto da sociedade, que acabam se distanciando das dinâmicas sociais gerando o que Mário Gouveia Júnior (2014) chama de “crise dos espaços museais” nos museus modernos, especialmente na América Latina e no Brasil.

Essa crise demonstrou um esgotamento no paradigma de exclusão que era reproduzido a partir do museu, colocando os museus em um lugar de reflexão em que era necessário pautar a democratização da informação compartilhada por esses espaços, ou seja, pensar em formas de se inserir na dinâmica da sociedade da informação era necessário para que os museus continuassem vivos (GOUVEIA JUNIOR, 2014). Nesse sentido, e no contexto das mudanças demandadas na sociedade da informação, alguns movimentos foram importantes para que os museus da América Latina superassem essa crise, buscando uma reaproximação dos interesses da sociedade e superação da indiferença do público em relação a esses espaços. As reflexões sobre um novo fazer museal que busca superar esses distanciamentos, marca esse início discussões que se inserem no escopo de preocupações que marcam a Sociedade da Informação. Dentre eles, podemos citar a Mesa- Redonda de Santiago (1972), a Declaração de Quebec (1984), a Declaração de Caracas (1992) e a Recomendação sobre a Proteção e a Promoção dos Museus e Coleções (2015).

A Mesa- Redonda de Santiago surge no contexto marcado por regimes de ditadura militar na América Latina, dessa forma, os anseios da sociedade giravam em torno do restabelecimento de regimes democráticos, recuperação de direitos políticos e do exercício da

cidadania nesses países marcados pelo colonialismo europeu em que a grande maioria se encontrava em uma situação de subdesenvolvimento.

Nessa conjuntura, a discussão pautada a partir da Mesa de Santiago reconheceu os museus como instituições voltadas para o desenvolvimento e mudança social, demarcando sua função social para além do armazenamento e preservação de objetos. Os destaques da Declaração de Santiago estão na importância da interdisciplinaridade no contexto museológico e o estabelecimento do conceito de Museu Integral, que trabalha a visão de conjunto, a partir da ideia de patrimônio global, e o museu como ação, ou seja, como algo em movimento.

Essa identificação do papel estratégico do museu gera a necessidade de posicionamento político e ideológico do museólogo no reconhecimento da função educacional do museu como decisivo, sendo pautada pelas novas correntes da museologia a partir da Teoria da Educação Dialógica e Politizadora de Paulo Freire, entendendo os sujeitos como seres críticos e participativos na construção da sociedade. Podemos considerar que “[...] de todos os documentos, o mais inovador, porque não dizer revolucionário, aquele que trouxe as maiores transformações conceituais para o contexto museológico.” (PRIMO, 1999, p.22).

A Declaração de Quebec apesar de não apresentar muitas mudanças conceituais como a Declaração de Santiago, marca o reconhecimento formal da existência de um movimento por uma Nova Museologia, que posteriormente é reconhecido como Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINoM), hoje filiado ao ICOM¹⁶. Além de trazer os acúmulos das Mesa de Santiago, a Nova Museologia visa o aprofundamento da ideia de interdisciplinaridade em oposição ao saber isolado e abre espaço para uma maior reflexão crítica dentro da Museologia.

Apesar do surgimento de discussões sobre a existência de uma dicotomia entre uma Nova Museologia, de caráter social, e uma Velha Museologia, ou Museologia Tradicional, focada nas coleções, não é possível afirmar que existe antagonismo entre essas duas Museologias. Assim como em outros campos científicos, o movimento colaborou para um despertar crítico que possibilitou a atualização na Museologia, fruto de uma percepção mais aguçada da sociedade e do papel do museu no seu papel nesse contexto. Dessa maneira, estas

¹⁶Inicialmente os atores sociais que iniciaram o movimento da Nova Museologia encontram dificuldade de aceitação por parte do ICOM, de maneira que ocorreu um rompimento inicial com este órgão. Entretanto a pressão provocada pelo movimento propiciou a aceitação do mesmo e a criação do MINoM âmbito do ICOM. (TEIXEIRA, 2022, p. 93).

duas concepções são duas formas diferentes, mas não antagônicas, de se atuar na ciência museológica (PRIMO, 1999).

A Declaração de Caracas é definida em um contexto de redemocratização em grande parte dos países da América Latina. Apesar disso, a crise econômica no capitalismo na década de 1990 aprofundou as desigualdades socioculturais e as diferenças entre países naquele contexto, classificados como desenvolvidos e subdesenvolvidos. A Declaração de Caracas faz uma releitura da Declaração de Santiago, a partir da atualização do cenário conjuntural da América Latina e os desafios dos museus nesse contexto. Reafirma as funções sociais dos museus estabelecidas anteriormente, mas com ênfase no museu como parte do processo pedagógico e dialógico que envolve a comunidade, não apenas como um mentor desses processos, assim propôs o conceito de Museu Integrado na Comunidade, de acordo com Judite Primo (1999, p. 26): “Em Santiago discute-se o conceito de patrimônio global, mas é em Caracas que se fala da comunidade como co-gestora desses bens, possuidora de uma visão própria e com seus próprios interesses”.

A Recomendação sobre a Proteção e a Promoção dos Museus e Coleções, de sua Diversidade e de sua Função na Sociedade emitida pela UNESCO em 2015, possui como objetivo a proteção e promoção dos museus e coleções, principalmente no que se refere à sua função na sociedade. A Recomendação sugere às funções primárias dos museus, quanto à preservação do patrimônio, à pesquisa colaborativa entre museus, à comunicação, de forma a levar em conta a integração, o acesso à inclusão social, bem como, à educação, em formato formal, informal e continuada, por meio do desenvolvimento e da transmissão do conhecimento. Além de estabelecer suas funções primárias, ressalta que os museus possuem uma função social, possuindo um papel chave na sociedade a partir da promoção à integração e coesão social, no desenvolvimento de laços, na construção da cidadania e na reflexão sobre identidades coletivas.

No que concerne às Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), a recomendação afirma que com o avanço destas tecnologias é necessário o pleno acesso dos museus aos benefícios que estas podem oferecer, pois, abrem oportunidades para os museus em termos de preservação, estudo, criação e transmissão do patrimônio e do conhecimento. O documento contribui para reflexões acerca do campo da Museologia Social e subsidia novas práticas museológicas para os Estados e Membros e para os museus na sociedade.

Estes documentos registram a discussão sobre os museus em um novo momento social, de desenvolvimento de uma Museologia que atenda às demandas para a superação

dessa crise estabelecendo políticas de informação em museus pautadas na democratização e disseminação do acesso à informação, por meio de práticas informacionais como resultado de ações compartilhadas. O quadro a seguir enfoca as recomendações para museus nos documentos descritos, no âmbito das políticas de informação:

Quadro 3- Declaração da Mesa Redonda de Santiago do Chile, Declaração de Quebec, Declaração de Caracas, Recomendação referente à Proteção e Promoção dos Museus e Coleções, sua Diversidade e seu Papel na Sociedade e as ações de informação.

| | |
|---|---|
| <p>Mesa- Redonda de Santiago do Chile</p> | <ul style="list-style-type: none"> ● “Que os museus devem tornar suas coleções mais acessíveis possível aos pesquisadores qualificados, e também, na medida do possível, às instituições públicas, religiosas e privadas”(ICOM, 1999, p.114). ● “Que as técnicas museográficas tradicionais devem ser modernizadas para estabelecer uma melhor comunicação entre o objeto e o visitante [...]”(ICOM, 1999, p. 114). ● “Os museus deverão dar enfoque na difusão dos conhecimentos científicos e técnicos, por meio de exposições itinerantes que deverão contribuir para a descentralização de sua cação” (ICOM, 1999, p. 116). ● “Deverão ser difundidas nas escolas e no meio rural, através dos meios audiovisuais, os conhecimentos mais importantes” (ICOM, 1999, p. 117). ● “Deverá ser utilizado na educação, graças a um sistema de descentralização, o material que o Museu possuir em muitos exemplares” (ICOM, 1999, p. 117). ● “Constituir um instrumento de comunicação entre os museus e os museólogos latino-americanos” (ICOM, 1999, p. 119). ● “Desenvolver a cooperação entre museus da região por meio do intercâmbio e empréstimo de coleções e do intercâmbio de informações e de pessoal especializado”(ICOM, 1999, p. 119). |
| <p>Declaração de Quebec</p> | <ul style="list-style-type: none"> ● “Que a comunidade museal internacional seja convidada a reconhecer este movimento, a adotar e aceitar todas as formas de Museologia ativa na tipologia de museus” (ICOM, 1999, p. 225). ● “Que neste espírito, e no intuito de permitir o desenvolvimento e eficácia destas museologias, sejam criadas em estreita colaboração as seguintes estruturas permanentes: Um comitê internacional “Ecomuseus/ Museus comunitários” no quadro do ICOM (Conselho Internacional de Museus); Uma federação internacional da |

| | |
|---|--|
| | <p>nova museologia que poderá ser associada ao ICOM e ao ICOMOS (Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios), cuja sede provisória será no Canadá” (ICOM, 1999, p. 225).</p> <ul style="list-style-type: none"> • “que seja formado um grupo de trabalho provisório cujas primeiras ações seriam: a organização das estruturas propostas, a formulação de objetivos, a aplicação de um plano trienal de encontros e de colaboração internacional” (ICOM, 1999, p. 225). |
| <ul style="list-style-type: none"> • Declaração de Caracas | <ul style="list-style-type: none"> • “Que se desenvolva a especificidade comunicacional da linguagem museológica, possibilitando e promovendo o diálogo ativo do indivíduo com os objetos e as mensagens culturais, através do uso de códigos comuns acessíveis ao público e da linguagem interdisciplinar que permite recolocar o objeto em um novo contexto mais amplo de significações” (ICOM, 1999, p. 253); • “Que se leve em conta os diferentes modos e níveis de leitura dos discursos expositivos por parte dos múltiplos setores do público, buscando novas formas de diálogo, tanto no processo cognitivo como no aspecto emocional e afetivo de apropriação e internalização dos valores e bens culturais” (ICOM, 1999, p. 253); • “Que se valorize constantemente a comunicabilidade dos discursos e sistemas expositivos, buscando novas formas e parâmetros de análise que ultrapassem a perspectiva simplista e quantitativa de medidas de comportamento e reações no espaço da exposição, ou seja, da absorção de informações” (ICOM, 1999, p. 254); • “Que se reformulam as políticas de formação de coleções, de conservação, de investigação, de educação e de comunicação, em função do estabelecimento de uma relação mais significativa com a comunidade no qual o Museu desenvolve suas atividades” (ICOM, 1999, p. 256); • “Que se estabeleça sistemas de inventário que levem a automação dos dados básicos das peças, com o fim de estabelecer seu controle no âmbito do Museu e das instâncias a que corresponda” (ICOM, 1999, p. 254); • “Refletir as diferentes linguagens culturais com base em códigos comuns, acessíveis e reconhecíveis pela maioria” (ICOM, 1999, p. 262); • “Adotar o inventário como instrumento básico para a gestão do patrimônio” (ICOM, 1999, p. 263); |

Recomendação referente à Proteção e Promoção dos Museus e Coleções, sua Diversidade e seu Papel na Sociedade

- “Os Estados-membros devem promover a salvaguarda da diversidade e da identidade que caracterizam os museus e as coleções, sem reduzir o papel dos museus no mundo globalizado” (UNESCO, 2017, p.5).
- “Nos casos em que o patrimônio cultural de povos indígenas esteja representado em coleções de museus, os Estados-membros devem tomar as medidas apropriadas para encorajar e facilitar o diálogo e o estabelecimento de relações construtivas entre esses museus e os povos indígenas com respeito à gestão dessas coleções e, onde for apropriado, ao retorno ou à restituição de acordo com as leis e as políticas aplicáveis” (UNESCO, 2017, p.6).
- “As mudanças trazidas pela ascensão das tecnologias da informação e comunicação (TIC) oferecem oportunidades para os museus em termos de preservação, estudo, criação e transmissão do patrimônio e do conhecimento relacionado. Os Estados-membros devem apoiar os museus a compartilhar e disseminar o conhecimento, de modo a garantir que os museus tenham os meios para acessar essas tecnologias, quando consideradas necessárias para aprimorar suas funções primárias” (UNESCO, 2017, p.7).
- “Os Estados-membros são convidados a apoiar políticas ativas de preservação, pesquisa, educação e comunicação, adaptadas aos contextos sociais e culturais locais, para permitir que os museus protejam e transmitam o patrimônio às gerações futuras. Nessa perspectiva, esforços colaborativos e participativos entre museus, comunidades, sociedade civil e o público devem ser fortemente encorajados.
- “Os Estados-membros devem tomar medidas apropriadas para garantir que a compilação de inventários com base nos padrões internacionais seja uma prioridade nos museus estabelecidos sob sua jurisdição. A digitalização de coleções de museus é altamente importante nesse sentido, mas não deve ser considerada como um substituto para a conservação de coleções” (UNESCO, 2017, p.8).
- “Boas práticas para o funcionamento, a proteção e a promoção dos museus e de sua diversidade e seu papel na sociedade foram reconhecidas por redes nacionais e internacionais de museus. Essas boas práticas são continuamente atualizadas para refletir inovações no campo. A esse respeito, o Código de Ética para Museus adotado pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM) constitui a referência mais amplamente

| | |
|--|---|
| | <p>compartilhada. Os Estados-membros são encorajados a promover a adoção e a disseminação deste e de outros códigos de ética e boas práticas, e a usá-los para subsidiar o desenvolvimento de padrões, de políticas de museus e da legislação nacional” (UNESCO, 2017, p.8).</p> <ul style="list-style-type: none"> • “As funções dos museus são também influenciadas pelas novas tecnologias e por seu crescente papel na vida cotidiana. Essas tecnologias têm grande potencial para promover os museus por todo o mundo, mas também constituem barreiras potenciais para pessoas e museus que não têm acesso a elas, ou o conhecimento e as habilidades para usá-las de forma efetiva” (UNESCO, 2017, p.9). • “Os Estados-membros devem se esforçar para fornecer acesso a essas tecnologias para os museus nos territórios sob sua jurisdição ou controle” (UNESCO, 2017, p.9). |
|--|---|

Fonte: elaborado pela autora.

É possível perceber por meio desses documentos preocupações que se relacionam com as transformações da sociedade da informação à medida que demarcam fatores como a globalização e a utilização e acesso às TICs. O compartilhamento da informação é pautado por meio da inovação tecnológica que acompanha a inovação social que, nesse caso, se expressa no exercício de pensar as novas concepções de museus que se adequam às aceleradas transformações sociais desse período de transformações tecnológicas.

Rose Moreira de Miranda (2020) quando realizou uma análise das formas discursivas sobre a documentação em museus nos principais documentos de referência no campo da Museologia Social, ao pesquisar os termos “documentação” e “inventário” constata que a documentação museal é um tema de baixa ocorrência nestes documentos. Isso é expresso de maneira que nos dois primeiros documentos norteadores do campo, a Declaração de Santiago do Chile e a Declaração de Quebec não fazem nenhuma menção aos termos. Esse fenômeno não é verificado nas publicações referentes ao I e II Encontro Internacional de Ecomuseus e ao IV Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários, onde os termos aparecem com frequência. Segundo a autora essa diferença ocorre, pois ao contrário da Declaração de Santiago do Chile e da Declaração de Quebec, os referidos encontros elaboraram seus documentos finais em formato de anais/atas e não no formato reduzido de declarações.

Apesar disto, a Declaração de Caracas realizou duas menções à documentação ao afirmar que: “museu é a instituição idónea para resgatar o património, estudá-lo, documentá-lo e difundi-lo através de uma mensagem coerente” (ICOM, 1992, p.254) e “que se promova, por parte dos museus, um trabalho de aproximação com as instituições e colecionadores particulares, com o fim de conhecer e documentar a existência deste património e contribuir para sua preservação e integridade” (ICOM, 1992, p.256).

Em relação ao termo inventário ocorrem duas menções nas considerações sobre Museu e Patrimônio ao considerar que “[...] não existe uma correcta organização do inventário em muitos de nossos museus, e inclusive algumas vezes as instituições carecem do mais insignificante controle de sua coleções” (ICOM, 1992, p.255) e ao recomendar que “[...] se estabeleçam sistemas de inventário, que levem à automatização dos dados básicos das peças, com o fim de estabelecer seu controle a nível do museu e das instâncias a que corresponda” (ICOM, 1992, p.256). Além disso, o documento lista como um dos desafios para os museus da América Latina “adoptar o inventário como instrumento básico para a gestão do património” (ICOM, 1992, p.263).

Com base nos aspectos apresentados indicaremos nos documentos citados indicativos que evidenciam a promoção de atuação em rede no campo dos museus:

Quadro 4- Declaração da Mesa Redonda de Santiago do Chile, Declaração de Quebec, Declaração de Caracas, Recomendação referente à Proteção e Promoção dos Museus e Coleções, sua Diversidade e seu Papel na Sociedade e a organização em rede de museus.

| | |
|---|--|
| <p>Mesa- Redonda de Santiago do Chile</p> | <ul style="list-style-type: none"> ● “Os museus deverão dar enfoque à difusão dos conhecimentos científicos e técnicos, por meio de exposições itinerantes que deverão contribuir para a descentralização de sua ação” (ICOM, 1999, p. 116); ● “Deverá ser utilizado na educação, graças a um sistema de descentralização, o material que o Museu possuir em muitos exemplares” (ICOM, 1999, p. 117); ● “Criar a Associação Latino- Americana de Museologia (Alam), aberta a todos os museus, museólogos, museógrafos, pesquisadores e educadores empregados pelos museus [...]” (ICOM, 1999, p. 118); ● “Constituir um instrumento de comunicação entre os museus e os museólogos latino-americanos” (ICOM, 1999, p. 119); ● “Desenvolver a cooperação entre museus da região por meio do intercâmbio e empréstimo de coleções e do intercâmbio de informações e de pessoal especializado” (ICOM, 1999, p. |
|---|--|

| | |
|---|--|
| | 119). |
| Declaração de Quebec | <ul style="list-style-type: none"> • “Que neste espírito, e no intuito de permitir o desenvolvimento e a eficácia destas museologias, sejam criadas em estreita colaboração as seguintes estruturas permanentes: a) um comitê internacional “Ecomuseus/ Museus Comunitários” no quadro do ICOM (Conselho Internacional de Museus); b) uma federação internacional da Nova Museologia, que poderá ser associada ao ICOM e ao ICOMOS (Conselho Internacional de Museus e Sítios), cuja sede provisória será no Canadá” (ICOM, 1999, p. 225). |
| Declaração de Caracas | <ul style="list-style-type: none"> • “Que se desenvolvam investigações mais profundas e amplas sobre a comunidade em que está inserido o Museu, buscando nela a fonte de conhecimento para a compreensão de seu processo cultural e social, envolvendo-as nos processos e atividades museológicos, desde as investigações e coleta dos elementos significativos em seu contexto até sua preservação e exposição” (ICOM, 1999, p. 253); • “Que se desenvolvam mecanismos de relação, apoio e estímulo à sociedade civil em seu interesse de conservar o patrimônio” (ICOM, 1999, p. 256); • “Que os museus organizem estratégias que permitam desenvolver a participação da comunidade na valorização e protecção de seu patrimônio” (ICOM, 1999, p. 256); • “Que o museu pode actuar como catalisador das relações entre a comunidade e as diferentes instâncias e autoridades públicas e privadas” (ICOM, 1999, p. 257); • “Que se consiga uma boa comunicação com os sectores do poder da sociedade, com a finalidade de obter apoio para a gestão do museu” (ICOM, 1999, p. 260); • “Abrir caminhos de relação entre o museu e os dirigentes políticos para sua compreensão e compromisso com a acção do museu” (ICOM, 1999, p. 262); |
| Recomendação referente à Protecção e Promoção dos Museus e Coleções, sua Diversidade e seu Papel na Sociedade | <ul style="list-style-type: none"> • “Os Estados-membros devem assegurar que os museus implementem os princípios dos instrumentos internacionais aplicáveis. Os museus estão comprometidos a observar os princípios dos instrumentos internacionais para a protecção e a promoção do patrimônio cultural e natural, tanto tangível quanto intangível. Eles também devem aderir aos princípios dos instrumentos internacionais para o combate ao tráfico ilícito de bens culturais e devem coordenar seus esforços nessa matéria. Os museus também devem considerar os |

| | |
|--|--|
| | <p>padrões éticos e profissionais estabelecidos pela comunidade de profissionais de museus. Os Estados-membros devem garantir que o papel dos museus na sociedade seja exercido de acordo com padrões legais e profissionais nos territórios sob sua jurisdição” (UNESCO, 2017, p.7).</p> <ul style="list-style-type: none"> ● “A cooperação dentro dos setores de museus e instituições responsáveis por cultura, patrimônio e educação, é uma das formas mais efetivas e sustentáveis de proteger e promover os museus, sua diversidade e seu papel na sociedade. Os Estados-membros devem, portanto, encorajar a cooperação e as parcerias entre museus e instituições culturais e científicas em todos os níveis, incluindo sua participação em redes profissionais e associações que promovem tal cooperação e exposições internacionais, intercâmbios e a mobilidade de coleções” (UNESCO, 2017, p.9). ● “As coleções definidas no Parágrafo 5, quando abrigadas em instituições que não são museus, devem ser protegidas e promovidas, a fim de preservar a coerência e melhor representar a diversidade cultural do patrimônio daqueles países. Os Estados-membros são convidados a cooperar na proteção, na pesquisa e na promoção dessas coleções, assim como na promoção do acesso a elas” (UNESCO, 2017, p.9). |
|--|--|

Fonte: Elaborado pela autora

Castells (2009) aponta como uma das principais mudanças na sociedade a existência de um espaço de fluxos, onde a percepção de tempo e espaço é alterada conforme a velocidade de compartilhamento de informação aumenta. Nesse sentido os museus se colocam como importantes ferramentas de restabelecimento de territórios, identidades e do tempo histórico agindo contra a obsolescência que tem se colocado à sociedade especialmente se passarem a se organizar em redes ao longo do território (CALADO CAFÉ, 2012).

Podemos pensar então o museu na era da informação em contraposição ao museu moderno, que articula os princípios de uma nova Museologia com a colaboração em rede e o uso das tecnologias de informação para promover acessibilidade e democratização dos bens e expressões culturais salvaguardados promovendo a construção coletiva da memória informacional.

1.2 Concepções de redes e sistemas no contexto dos museus

Os desafios enfrentados pelos museus no contexto da sociedade da informação, globalização e do movimento de renovação da Museologia estabeleceram a necessidade de encontrar dinâmicas de organização que possibilitem aos profissionais de museus a capacidade de gestão de seus recursos. A organização em redes e sistemas de museus tem se mostrado nos últimos anos como uma das alternativas encontradas, principalmente aos museus públicos de médio e pequeno porte, para sobreviverem a essas mudanças, evitar o engessamento e se constituírem como instituições orgânicas.

Dentre as vantagens da gestão em redes e sistemas de museus estão a gestão e compartilhamento de recursos de diversas naturezas, a garantia da diversidade por meio da valorização dos museus que compõem uma rede, compartilhamento de informação e principalmente vantagens econômicas. Por meio das experiências de articulação de museus têm se estabelecido iniciativas fundamentais para a elaboração de políticas públicas, como o levantamento de dados estatísticos e estudos que proporcionam diagnósticos sobre a realidade de museus em determinado contexto, contribuindo para a elaboração de políticas adequadas e direcionamento de recursos de forma estratégica, por exemplo o Cadastro Nacional de Museus, realizado a partir do Sistema Brasileiro de Museus, e os demais cadastros de museus que vem sendo realizados por sistemas estaduais e municipais.

Essa tendência organizacional, como visto anteriormente, característica do tempo em que nos encontramos, vem sendo aplicada em diversos campos do conhecimento e nas mais diversas instituições, especialmente na perspectiva administrativa. A apropriação dessas noções pelo campo da Museologia se dá justamente devido a este direcionamento estimulado pela globalização e a era da informação, mas também por ser vantajosa em relação aos objetivos da Museologia e do tipo de museu que tem se tentado construir nas últimas décadas.

No âmbito da gestão de museus, redes e sistemas de museus podem se mostrar como a chave para que os museus consigam cumprir com suas metas, missões e cumpram seu papel na sociedade, enquanto instituições estratégicas para o desenvolvimento tendo em vista que quanto mais uma rede aumenta, as vantagens de estar na rede aumentam exponencialmente (CASTELLS, 2009). No que diz respeito aos acervos e coleções podemos considerar a otimização de recursos que envolvem a compra de materiais para conservação, restauro e acondicionamento, incluindo o uso de laboratórios compartilhados, contratação de

consultorias e realização de cursos de capacitação para profissionais que lidam com o tratamento e gerenciamento de acervo. Além disso, a rede tem o potencial de promover uma visão ampla do conjunto do acervo disponível em determinada região ou tipologia de museus, promovendo assim:

[...] uma visão de conjunto o que é de extrema importância quando são referidas a algumas categorias de acervo comuns a vários museus. Um exemplo disso são os museus da imagem e do som, cujo acervo, já marcado pela reprodutibilidade, pode ser voltado para a produção local e a complementaridade entre os diversos MIS do Brasil ou de um estado daria o panorama mais amplo. (DUARTE CANDIDO, 2011, p. 110)

Dessa forma, as políticas de acervo, por exemplo, podem ser pensadas considerando possibilidades de gestão compartilhada, otimizando as permutas, amenizando dificuldades relacionadas à estrutura financeira de manutenção de coleções e a falta de espaço em de museus que possuem grande quantidade de objetos em suas reservas técnicas.

Considerando a diversidade de formas e possibilidade da organização em redes no âmbito da gestão de museus, é preciso também considerar as dificuldades e impasses que são colocados para essas ferramentas de articulação e gestão. Se forem estudadas mais a fundo percebemos que ao passo que muitas redes e sistemas de museus alcançam determinado nível de êxito, algumas iniciativas enfrentam mais dificuldades de consolidação e, para além disso, podem não cumprir com a função ou da forma que se espera pelas partes envolvidas.

Buscando tecer um olhar crítico sobre essa questão podemos identificar alguns desafios impostos para as redes e sistemas no âmbito dos museus. Alguns pontos de atenção incluem a forma de controle e gerência por parte das instituições políticas que as promovem, além disso, é preciso evitar que as redes de museus atuem como uma forma de uniformização da gestão e orientação de museus. Nesse mesmo sentido, deve-se evitar que as redes promovam uma museografia cada vez mais uniformizada em museus diferentes, consequência dos efeitos homogeneizadores da globalização, inibindo assim uma de suas funções primordiais que é a garantia da diversidade e valorização de patrimônios locais (ESTÉVEZ GONZÁLEZ, 2006).

Fernando Estévez González (2006) chama atenção para o fato de que, assim como as dicotomias que os museus encontram, as redes de museus enfrentam a dicotomia contemporânea entre o local e o global e a oposição entre disciplinaridade e transdisciplinaridade, ou seja, a respeito de seu alcance territorial e suas orientações temáticas. No primeiro caso, considerando que as redes de museus surgem como uma ferramenta de

resistência, podem se tornar uma tradução das instituições político-administrativas que as dirigem fazendo com que haja uma delimitação na atuação territorial dessas redes, para este autor, o que ele chama de naturalização das organizações políticas administrativas tem como principal consequência a impossibilidade de criação de redes que tenham um alcance para além dos marcos dessas divisões. Ou seja, há uma naturalização de um campo de atuação limitado e delimitado dessas redes.

Em relação a oposição entre disciplinaridade e a transdisciplinaridade deve-se considerar o processo de categorização para a busca da transdisciplinaridade, apontada como objetivo em muitas redes de museus, existe a tendência de seguir a delimitação disciplinar universitária o que limitaria a possibilidade de colaboração entre essas instituições. Como visto anteriormente, podemos inferir que esses impasses estão diretamente atrelados ao modo como a sociedade informacional vêm se desenvolvendo e à própria concepção que a organização em rede possui nessa sociedade.

Entretanto, no contexto dos museus há uma certa indistinção no uso dos termos rede e sistema. Buscando trazer mais clareza entre as diferenças e aproximações, não só na concepção dos termos, mas sobre sua aplicação no setor museológico, alguns autores buscam elucidar a origem dessas concepções. Primeiramente, Castells (2009, p.566) demarca a seguinte definição de redes: “Rede é um conjunto de nós interconectados. Nó é o ponto no qual uma curva se entrecorta. Concretamente, o que um nó é depende do tipo de redes concretas de que falamos”, e complementa:

Rede são estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem dos mesmos códigos de comunicação (por exemplo valores ou objetivos de desempenho). Uma estrutura social em rede é um sistema aberto altamente dinâmico suscetível de inovação sem ameaças ao seu equilíbrio. (CASTELLS, 2009, p. 566)

Buscando aprofundar a reflexão sobre essa diferenciação, Calado Café (2012) identifica na Teoria Geral dos Sistemas (TGS) idealizada por Ludwig Von Bertalanffy a origem da rede como conhecemos hoje. Parte da concepção de sistema como um todo organizado formado por elementos interdependentes em um meio exterior a ele. Estes elementos relacionam-se entre si constituindo uma estrutura que é ao mesmo tempo estruturada e estruturante à medida que condiciona esses mesmos elementos. Além disso, a TGS considera diferentes tipologias de sistemas na busca de oferecer um modelo teórico que considere o estudo de sistemas em diferentes campos da ciência pode tratar-se de sistemas

concretos ou abstratos (existindo de forma física ou como representações), naturais ou artificiais (existindo na natureza ou pela interferência humana), abertos ou fechados (sofrendo interferência externa, realizando trocas com o ambiente em que se situam ou não) (SILVA, 2006).

Também podemos considerar as concepções de *supersistemas* e *subsistemas* entendidas da seguinte forma: Um *supersistema* como um sistema integrado por outros sistemas e um *subsistema*, ao contrário, como um sistema que compõe um sistema mais amplo, assim, um sistema pode ser integrado ou integrante (SILVA, 2006, p. 162). Essas concepções podem ter uma contribuição relevante, por exemplo, se unidades de informação como museus, arquivos e bibliotecas forem pensados como sistemas de informação. Assim como a concepção de sistemas, de um modo geral, o conceito de sistemas de informação encontra certa polissemia de maneira que pode ser usado para designar sistema de informação baseado em tecnologia ou para se referir a alguma unidade de informação que pode considerar museus, arquivos e bibliotecas. Na perspectiva da CI, um sistema de informação pode ter uma concepção abrangente, mas de modo geral pode ser considerado como uma estrutura que tem a informação como núcleo central e como principal objetivo a gestão dessa informação (MARCIAL; GOMES; MARQUES, 2015). Levando em conta a concepção de sistemas de Bertalanffy, Armando Malheiros da Silva (2006, p. 162) considera que um Sistema de Informação:

[...] é uma totalidade formada pela interação dinâmica das partes, ou seja, possui uma estrutura duradoura com fluxo de estados no tempo. Assim sendo, um Sistema de Informação é constituído pelos diferentes tipos de informação registrada ou não externamente ao sujeito (o que cada pessoa possui em sua memória é informação do sistema), não importa qual o suporte (material e tecnológico), de acordo com uma estrutura (entidade produtora/receptora) prolongada pela ação na linha do tempo.

Apesar de não se definirem como Sistemas de Informação propriamente ditos, Sistemas de Museus podem mobilizar as concepções de Sistemas de Informação como meio de realização de suas finalidades especialmente no que diz respeito a gestão da informação dentro da estrutura que o constitui enquanto Sistema propriamente dito. Entendemos que Sistemas de Museus possuem características particulares em virtude de sua concepção voltada para o campo dos museus, envolvendo gestão de unidades museológicas e aplicação de políticas públicas de Estado e governo, mas o exercício reflexivo sobre Sistemas de

Informação em Sistemas de Museus pode contribuir com o desenvolvimento dessas duas concepções no âmbito da Ciência da Informação.

Mizukami (2014) também identifica a teoria geral dos sistemas de Bertalanffy como a origem da concepção do funcionamento sistêmico e evoca a definição de redes de Manuel Castells de forma complementar à elaboração de Pierre Musso sobre as origens da concepção de redes. A partir de uma genealogia do conceito, Musso (2010) aponta a gênese da concepção na mitologia a partir do imaginário do labirinto de tecelagem, passando pela medicina de Hipócrates e na língua francesa as redes de caça, pesca e fios entrelaçados. Até este momento a concepção de rede estava associada à ideia de exterioridade, porém o termo é ressignificado quando passa a ser utilizado pela medicina para designar aparelho sanguíneo do corpo humano. A partir de então, podemos dizer então que ocorre uma virada na concepção de rede de modo que ela passa a ser compreendida como algo que pode ser construído, não tendo apenas uma construção concepção natural:

ela se torna um artefato, uma técnica autônoma. [...] O corpo será até mesmo tomado pela rede técnica enquanto se desloca nas suas malhas no seu território. De natural, a rede vira artificial. De dada, ela se torna construída. [...] A rede pode ser construída, porque ela se torna objeto pensado em sua relação com o espaço. [...] Para sair de sua relação com o corpo físico, a rede devia, primeiramente, ser pensada como conceito para torna-se operacional como artefato (MUSSO, 2010, p. 20)

A partir então destas considerações o autor estabelece a seguinte conceituação de uma rede:

[...] a rede é uma estrutura de interconexão instável, composta de elementos em interação, e cuja variabilidade obedece a alguma regra de funcionamento. Pode-se distinguir três níveis nessa definição: 1. A rede é uma estrutura composta por elementos em interação; esses elementos são os picos ou nós da rede, ligados entre si por caminhos ou ligações, sendo o conjunto instável e definido em um espaço de três dimensões. 2. A rede é uma estrutura de interconexão instável no tempo; [...]3. Enfim, [...] a modificação de sua estrutura obedece a alguma regra de funcionamento. Supõe-se que a variabilidade da estrutura em rede respeita uma norma eventualmente modelizável que explica o funcionamento do sistema estruturado em rede. Passa-se da dinâmica da rede ao funcionamento do sistema, como se o primeiro fosse invisível do segundo, portanto seu fator explicativo. (MUSSO, 2010, p. 31-32)

Dessa forma, é importante considerar para este trabalho que uma rede é formada a partir de conexões, possibilitando formas variadas de agenciamentos o que fortalece a capacidade de crescimento exponencial da rede, ou seja, quanto mais conexões são feitas,

maiores são as chances de expansão podendo inclusive se conectar com outras redes e sistemas. A forma de uma rede é determinada por suas conexões internas, nós e encontros de maneira que ela possua vários pontos de entrada e saída e não sendo definida de fora para dentro como uma forma exterior pré estabelecida.

Considerando principalmente a diferenciação proposta por Castells (2009), identificamos um consenso entre os autores em torno da ideia de que o principal ponto de diferenciação entre redes e sistemas é a capacidade de flexibilidade que a estrutura apresenta:

A rede atua de forma mais flexível, com uma dinâmica de relações baseada em acordos, trocas, cooperação e compartilhamento na solução de problemas. O sistema reflete uma estrutura mais rígida, com controle e interdependência. No entanto, a constituição de redes e sistemas de museus no mundo atual não está designada conforme os conceitos. É possível encontrar estruturas denominadas de redes, mas que atuam mais na forma de sistema e vice-versa. (MONTEIRO, 2016, p 50)

Sobre o contexto do surgimento das atuais concepções de redes e sistemas presentes nas organizações de articulação entre museus, Mizukami (2014, p. 36) afirma que:

A noção de "sistema" aparece relacionada em um contexto de transição da engenharia de produção de energia para a engenharia de controle, que conduziu aos computadores e à automação. A tecnologia foi levada a pensar não em termos de máquinas isoladas mas em termos de "sistemas". E assim o conceito, que estava ligado mais ao universo da biologia, fez sua transposição para o uso corrente em vários campos de conhecimento. A emergência do conceito de "rede" está muito ligada à evolução da tecnologia de comunicação e a expansão da Internet, a rede das redes, possibilitando a comunicação multimodal, a virtualidade nas relações e o processamento digital de informações. (MIZUKAMI, 2014, p.36)

A questão é que com a ampla disseminação e popularização, esses termos passaram por uma aproximação em seus significados, sendo que ambos remetem a noção de conjunto (MIZUKAMI, 2014). No caso dos museus e das políticas museológicas, considerando a existência de uma indistinção na concepção do que é uma rede ou um sistema, podemos dizer que o que é determinante é a estrutura e a dinâmica organizativa de cada organismo. Considerando a questão que envolve a polissemia dos termos, Lameiras-Campagnolo e Campagnolo (2002) traçam a seguinte diferenciação entre redes e sistemas:

Enquanto o sistema pode ser assim sumariamente definido como um conjunto de elementos interdependentes expressamente escolhidos com o fim de responder a uma finalidade global, a rede aparece como um conjunto de elementos (nós e conexões) “em construção”, cuja finalidade, embora

mantida globalmente, pode acolher sucessivas alterações pontuais ou eventuais retificações. Integrando, na sua própria dinâmica, elementos não-estruturados ou reestruturados, a rede evolui não somente através da adjunção e a codificação de novas componentes (admitindo novos nós e novas conexões), mas também através da realização de componentes mais antigas (modificando certos nós e certas conexões), por intermédio de releituras semi exploratórias decodificantes- codificantes (LAMEIRAS-CAMPAGNOLO e CAMPAGNOLO; 2002; p. 26-27 *Apud* MIZUKAMI, 2014, p. 37-38).

No contexto ibero-americano, conforme aponta Ana Azor Lacasta (2009), a constituição de redes de museus tem crescido nas últimas duas décadas. Considerando os fatores conjunturais, históricos e sociais desses países que incidem diretamente nas condições estruturais e o papel dos museus nessas sociedades, a articulação em redes é vislumbrada como uma forma de garantir a diversidade cultural desses países. Para Lacasta (2009), uma breve análise sobre as redes na região ibero-americana demonstra que apesar das distinções de concepção entre redes e sistemas, ambos têm sido utilizados de forma imprecisa, de maneira que, na prática, as redes e sistemas de museus têm se multiplicado de diversas formas:

- Redes resultantes da dinâmica ascendente, ou seja, criadas de baixo para cima, por iniciativa dos próprios museus membros, como meio de interação, cooperação e rentabilidade de recursos, onde todos os museus interagem de uma forma corresponsável.
- Redes (ou antes sistemas, neste caso) que provêm de dinâmicas de cima para baixo, organizadas por órgãos políticos ou administrativos, com uma estrutura hierárquica clara.
- Redes de natureza geográfica (internacional, nacional, regional ou local) ou temática (agrupamento de museus da mesma especialidade em áreas geográficas diferentes).
- Redes reais e redes virtuais, que só existem na Internet, a rede de redes.
- Redes com museus principais (sistemas de museus satélite), hierárquicos, em que um museu principal coordena as atividades de museus menores na mesma especialidade ou região geográfica.
- Redes com registros de museus que exigem requisitos mínimos a cumprir, e outros que são mais flexíveis em termos de integração dos seus membros.
- Redes que existem apenas em papel e outras que existem sem que a sua associação tenha sido formalizada.
- Redes que incluem apenas museus e outras que incluem outras instituições de ensino, associações relacionadas com o sector dos museus, setor museológico...
- Redes constituídas por franquias de um museu, museu que exporta ou vende a sua marca de prestígio (LACASTA, 2009, p. 25, tradução nossa).¹⁷

^{17c} – Redes (o más bien sistemas en este caso) que provienen de dinámicas descendentes, organizadas desde las instancias políticas o administrativas, con una clara estructura jerarquizada. – Redes de carácter geográfico (internacional, nacional, regional o local) o temático (que agrupan museos de una misma especialidad en diferentes ámbitos geograficos). – Redes reales y redes virtuales, que solo existen en internet, la red de redes. –Redes con museos cabecera (sistemas de museos satélites), jerarquizadas, en las que un museo principal coordina las actividades de los museos más pequeños de su misma especialidad o región geográfica. – Redes con registros de museos que requieren el cumplimiento de unos requisitos mínimos y otras más flexibles en cuanto a la integración de sus miembros. – Redes que sólo existen sobre el papel y otras que existen aún sin haber

Dessa forma, consideramos que ao longo do tempo, apesar das diferenças conceituais e de origem, as concepções de sistemas e redes se aproximaram principalmente a partir de suas aplicações (MIZUKAMI, 2014). No caso dos sistemas e redes de museus, essas denominações e diferenças estruturais não são bem delimitadas conceitualmente, mas podemos considerar que diante da diversidade de atuação, um sistema, enquanto um todo organizado hierarquicamente, pode ser parte de uma rede pois a rede é capaz de estabelecer conexões com os diferentes agentes e estruturas organizacionais.

1.3 Redes e sistemas de museus e coleções, experiências nacionais e transnacionais

Buscando evidenciar as múltiplas possibilidades de organização apresentaremos algumas experiências de articulação em redes e sistemas com a finalidade de esboçar um breve panorama dessa diversidade de concepção, organização e atuação em escala nacional e transnacional, algumas delas inspirando a consolidação em outros países.

A Rede Portuguesa de Museus foi institucionalizada em 1992 por iniciativa do Instituto Português de Museus (IPM), órgão vinculado ao Ministério da Cultura. A criação de uma rede para articular os museus surge em um momento de crescimento exponencial no número de museus do País, motivada pela necessidade de estabelecimento de uma política para museus em âmbito nacional e pelo incentivo do Ministério da Cultura para o estabelecimento de redes de equipamentos culturais como a já estabelecida Rede de Bibliotecas Públicas, Rede de Arquivos Municipais a Rede Nacional de Teatros e Cine-Teatros.

Verificando a necessidade de definição da rede e de adaptação de um modelo, foi realizado um inquérito para estudar a realidade e promover um diagnóstico dos museus em Portugal, resultando na constatação de uma grande diversidade de tipologias e estruturação das instituições. Com base nesse estudo criou-se uma Estrutura de Projeto que contou com um grupo de trabalho no âmbito do IPM para pensar o modelo da Rede Portuguesa de Museus. A

formalizado su asociación. – Redes que integran solamente museos y otras que incluyen otras instituciones de carácter educativo, asociaciones relacionadas con el sector museológico... – Redes compuestas por franquicias de un museo que exporta o vende su marca de prestigio”(LACASTA, 2009, p. 25).

pesquisa, que investigou políticas públicas para museus tanto em âmbito nacional quanto internacional, resultou no Documento Programático da Rede Portuguesa de Museus que foi amplamente debatido com o setor museológico para enfim serem estabelecidas as linhas programáticas que regem a Rede Portuguesa de Museus.

A respeito da definição conceitual da rede foi levado em consideração a pretensão de constituir um organismo dinâmico, participativo e de estrutura aberta, apesar de possuir uma vinculação e estruturação formal com Instituto de Museus Portugueses e o Ministério da Cultura. Dessa forma a Rede Portuguesa de Museus foi definida como “um sistema de mediação e de articulação entre entidades de índole museal, tendo por objectivo a promoção da comunicação e da partilha, com vista à qualificação da realidade museológica portuguesa” (CAMACHO, 2009, p. 79).

A concepção de adotar a dinâmica de sistema em rede em um sentido mais amplo buscou não só a concepção de uma rede física no sentido de qualificar e articular as instituições museais a partir de suas estruturas, mas também a compreensão de rede de informação, visando a articulação e a disseminação da informação a partir do estímulo a comunicação entre a rede e a sociedade.

Os 3 eixos programáticos definidos como estruturantes da ação da Rede Portuguesa de Museus são: 1. Informação, 2. Formação e 3. Qualificação, evidenciando o eixo de Informação, este tem como principal objetivo “[...]promover a divulgação sistematizada e regular das ações da Rede Portuguesa de Museus e das actividades dos museus nela integrados” (CAMACHO, 2009, p. 79). As ações para a promoção desse objetivo incluíram: a criação de website com informações sobre a RPM e sobre os museus que integram a Rede bem como de seus acervos; o Boletim da RPM, um canal de comunicação e divulgação de atividades entre os museus e o meio museológico português; edição de publicações como o Roteiro de Museus da RPM (2004); Concurso “A Minha Escola Adota um Museu” voltado para inclusão de escolas de ensino no entendimento do patrimônio, atividade educativas voltadas para famílias como o “Domingos em Famílias nos Museus”, entre outras atividades que visam a articulação e a integração dos museus da Rede junto com a comunidade. Destacamos que a constante atualização de dados sobre os museus da RPM também faz parte dos objetivos do eixo de Informação.

Buscando pautar a inclusão a adesão à RPM era feita de forma voluntária, em um primeiro momento desde que as instituições se adaptassem a definição de museu do ICOM e posteriormente com base na definição estabelecida pela Lei Quadro de Museus Portugueses

de maneira que os museus que já integravam a Rede tiveram um período de dois anos para adequar-se aos enquadramentos da definição de museu apresentada na Lei. Além disso, redefiniu a RPM como um “sistema organizado, baseado na adesão voluntária, configurado de forma progressiva e que visa a descentralização, a mediação, a qualificação e a cooperação entre museus” (CAMACHO, 2009, p. 83).

Outra experiência nacional, organizada em torno de uma tipologia de museus, é a Rede de Museus Comunitários da Costa Rica. A Rede surgiu em 2009 como efeito da articulação de representantes de museus culturais de iniciativa do Programa de Museus Regionais e Comunitários da Costa Rica (PMRC) criado pelo Museu Nacional da Costa Rica, responsável pela administração dos museus do país desde 2000, que buscava promover a gestão participativa e sustentável do patrimônio natural e cultural em questão. Além da proposta de iniciativa do Museu Nacional por meio do PMRC, os museus da Costa Rica vinham acompanhando e se inserindo nas atividades da Rede de Museus Comunitários da América, existente do ano de 2000, o que ajudou a suscitar o debate sobre a necessidade de criação de uma rede nacional no país.

Os encontros promovidos pelo PMRC promoveram o intercâmbio que delimitaram a Rede de Museus Comunitários da Costa Rica a partir de quatro comunidades que impulsionaram os museus da Costa Rica sendo elas: os territórios indígenas de Boruca, Curré e Térraba e comunidade mestiça de São Vicente de Nicoya. A Rede foi organizada formalmente como uma associação, a Associação de Museus Comunitários da Costa Rica como uma forma de garantir a captação de recursos e gerenciamento de fundos, abertura de contas bancárias, celebrar contratos com outras instituições e outros procedimentos que devem ser formalizados legalmente. Dessa forma a rede estabelece o seguinte objetivo:

Promover o fortalecimento e a consolidação de uma rede de apoio solidário e de cooperação entre os museus comunitários da Costa Rica, a fim de difundir o uso do museu comunitário como um instrumento para o desenvolvimento participativo, autodeterminado e culturalmente congruente, congruente com sua própria cultura (VILLAREAL, 2009, p. 163, tradução nossa)¹⁸.

É importante destacar também que segundo Ronald Martínez Villareal¹⁹ (2009, p. 162) ao relatar a experiência da Rede de Museus Comunitários da Costa Rica, uma rede como: “um

¹⁸ “Propiciar el fortalecimiento y consolidación de una red de apoyo solidario y cooperación entre los museos comunitarios de Costa Rica para propagar el uso del museo comunitario como un instrumento para el desarrollo participativo, autodeterminado y congruente con la cultura propia.” (VILLAREAL, 2009, p. 163).

¹⁹ Facilitador de museus comunitários e responsável por ações de treinamento do Programa de Museus Regionais e Comunitários do Museu Nacional da Costa Rica.

sistema mutuamente benéfico de organizações e relações de intercâmbio e cooperação, que assume uma configuração flexível, entrelaçada nesses mesmos processos de interação”²⁰

A estratégia de trabalho do PMRC consistiu na promoção do intercâmbio entre as comunidades, que eram desconhecidas entre si e distantes territorialmente, culminando em encontros para troca de experiências e desenvolvimento de atividade em equipe para promover a integração e a construção da ideia de grupo dentro da rede. Além disso, promoveu atividades formativas em torno de temas de organização em rede e museus comunitários, resultando na organização formal da rede e na elaboração de um plano estratégico como ferramenta de fundamentação, gestão e orientação de ações da rede.

A Rede de Museus Comunitários da América (RMCA), por sua vez, foi fundada em 2000 por meio da iniciativa da União Nacional de Museus Comunitários de Oaxaca, México. Inicialmente agregou representações comunitárias da Bolívia, Venezuela, Panamá, Costa Rica, Nicarágua, El Salvador, Guatemala, México, Brasil, Colômbia, Chile e Peru. Atualmente a rede conta com a filiação de 27 museus comunitários sendo que a maioria deles (13) se encontra em Oaxaca. De acordo com a RMCA²¹ ela se constitui como:

uma rede inovadora, que visa facilitar o intercâmbio, a solidariedade e a ação conjunta de comunidades nas Américas que entendem o museu comunitário como um instrumento para salvaguardar, valorizar, dignificar e representar para si seu patrimônio cultural, preservando assim "a alma, a voz e a cultura dos povos indígenas e marginalizados das Américas."²²

A Rede desenvolveu projetos de organização e capacitação coletiva por meio da realização de sete encontros internacionais sediados México (2000), Guatemala (2002), El Salvador (2003), Nicarágua (2005), Venezuela (2008), Costa Rica (2010) e Bolívia (2014), dez oficinas de criação de museus comunitários em nove países durante o ano de 2001 e quatro oficinas de treinamento para facilitadores de museus comunitários no México nos anos de 2004, 2007, 2009 e 2010.²³ Além disso, a RMCA reconhece como redes nacionais a

²⁰ “un sistema de organizaciones y relaciones de intercambio y cooperación orientado al beneficio mutuo, que adquiere una configuración flexible, tejida en y con esos mismos procesos de interacción.” (VILLAREAL, 2009, p. 162).

²¹ Disponível em: <<https://www.museoscomunitarios.org/redamerica>> Acesso em: 10 de Junho de 2023.

²² “[...] una red innovadora, que pretende facilitar el intercambio, la solidaridad y acción conjunta de las comunidades de América que comprenden el museo comunitario como un instrumento para resguardar, valorar, dignificar y representar por sí mismos su patrimonio cultural, conservando así “el alma, voz y cultura de los pueblos autóctonos y marginados de las Américas”.

²³ Disponível em: <<https://www.museoscomunitarios.org/>> Acesso em: 03 de Julho de 2023.

União Nacional de Museus Comunitários e Ecomuseus do México, a já mencionada Rede de Museus Comunitários da Costa Rica e a Rede de Museus Culturais da Costa Rica.

Uma iniciativa de articulação em rede de alcance transnacional é o Programa IBERMUSEUS que promove a cooperação entre os museus da Ibero-América. O programa de iniciativa das Cúpulas Ibero-Americanas de Chefes de Estado e de Governo, atua como um órgão intergovernamental no Espaço Cultural Ibero-Americano e é coordenado pela Secretaria Geral Ibero-Americana (SEGIB)

O IBERMUSEUS busca fortalecer as práticas museais articulando trabalhos, promovendo capacitação de profissionais, valorização da memória social e do patrimônio e garantia da presença dos museus nas políticas públicas, além de fortalecer a criação de redes e sistemas de cooperação entre museus da região ibero-americana.

O programa foi instituído a partir do I Encontro Ibero-Americano de Museus realizado entre os dias 26 e 28 de julho de 2007 na cidade de Salvador, no Brasil. Neste encontro foi lançada a Carta da Cidade de Salvador que além de pautar a concretização do referido programa teve como proposta a criação da Rede Ibero-Americana de Museus que tem como finalidade:

[...] promover o desenvolvimento e a articulação de instituições – públicas e privadas – e profissionais do setor museológico ibero-americano, bem como a otimização da proteção e gestão patrimonial e o intercâmbio de práticas, experiências e conhecimentos produzidos. (SALVADOR, 2007, p. 13).

O Brasil compõe a rede desde 2007, representado pelo IBRAM, assinou a declaração de Salvador quando hospedou o I Encontro Ibero-Americano de Museus na cidade de Salvador, Bahia (2007) e no ano seguinte sediou o II Encontro Ibero-Americano de Museus (2008) com o tema: “Museus como agentes de transformação social e desenvolvimento”. Atualmente o programa conta com a participação de vinte e dois países e é dirigido por um conselho intergovernamental composto por representantes de catorze países: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Espanha, México, Peru, Portugal, República Dominicana e Uruguai. Neste conselho o Brasil é o país coordenador da linha de ação Sustentabilidade e faz parte das mesas técnicas das linhas de ação Formação e Capacitação, Patrimônio e do Observatório Ibero-Americano de Museus.²⁴

²⁴Disponível em: <<http://www.iber museos.org/pt/sobre/paises/>> Acesso em: 10 de Abril de 2023.

De acordo com o Programa, desde seu início já realizou mais de cem atividades entre oficinas e cursos de capacitação, projetos educacionais e de intercâmbio de bens museais, pesquisas, reuniões intergovernamentais, reuniões de trabalho e Encontros Ibero-Americano de Museus. A última edição do Encontro, 10º Encontro Ibero-Americano de Museus, aconteceu de 26 a 28 de setembro de 2022 no Museu Nacional de Antropologia e Museu Nacional de História localizado Cidade do México e teve como tema: “O Museu Urgente: ação para um futuro sustentável”, além de comemorar o 50º Aniversário da Mesa de Santiago do Chile.²⁵ O IBERMUSEOS desenvolve suas atividades por meio das seguintes linhas de ação: Curadoria, Sustentabilidade, Formação e Capacitação, Patrimônio, Educação e Observatório Ibero-Americano de Museus.

O Observatório Ibero-Americano de Museus atua em duas frentes: promovendo dinâmicas de incentivo à participação dos museus da região e produzindo informações acerca do setor museal ibero-americano. Um dos resultados deste trabalho foi o Registro de Museus de Museus Ibero-Americanos (RMI) que se apresenta como uma plataforma digital que divulga a diversidade museológica dos museus da região a partir de números e dados sobre as instituições e que até agora conta com o registro de mais de sete mil instituições.

Outra experiência que merece destaque é o caso uruguaio. Alejandro Giménez Rodríguez (2009), ao falar dos anseios e necessidades para a criação de um Sistema Nacional de Museus no Uruguai destaca a realização do primeiro Censo Nacional de Museus do Uruguai, em 2007, para a verificação da realidade museal do país. Além da aplicação não obrigatória de formulários realizou-se reunião com organismos referenciados no setor museológico, contato com gestores de museus e reuniões do setor museológico internacional como o II Encontro Ibero-americano de Museus (2008).

No caso uruguaio, as pretensões para a criação de um sistema nacional de museus, além da articulação e melhoria do setor museal, assim como o que se espera na maioria das iniciativas de criação de sistema de museus, destaca-se a ênfase na orientação do cumprimento do papel social do museu e suas aspirações de justiça social. É importante salientar nesse caso, a admissão da concepção de sistema como uma estrutura normatizada, estável e com coesão entre seus componentes, gerido por meio de um Comitê Gestor constituído por órgãos do Estado, sendo o Ministério da Cultura responsável pela presidência do Comitê, e representantes de museus privados e públicos. O papel de articulação do Sistema é expresso no objetivo geral de “[...] alcançar o desenvolvimento sustentável do setor

²⁵Disponível em: <<http://www.bermuseos.org/pt/sobre/nossa-atuacao>> Acesso em: 10 de Abril de 2023.

museológico uruguaio, por meio da ação articuladora do Sistema para transformar os museus de nosso país em verdadeiros agentes de mudança social e desenvolvimento.” (RODRIGUEZ, 2009, p. 34).²⁶

Dentre os objetivos específicos podemos evidenciar as seguintes iniciativas considerando o foco na gestão e na informação:

– Estabelecer critérios, mecanismos e procedimentos comuns que permitam o registo, sistematização e atualização permanente da informação relativa ao número de obras expostas, em depósito, exposições itinerantes, número de visitantes, etc. [...] - Prestar apoio técnico e financeiro à atualização do Censo Nacional de Museus. [...]– Reforçar a capacidade de gestão dos museus. (RODRIGUEZ, 2009, p. 34- 35, tradução nossa).²⁷

Na mesma perspectiva de enfoque na gestão de museus e de orientações de políticas de informação podemos observar os seguintes requisitos estabelecidos para que os museus possam participar do sistema:

– Coleção registrada, inventariada ou em processo de inventariação, pelo menos manualmente. [...] – Planejamento das atividades com pelo menos seis meses de antecedência. – Apresentar condições de sustentabilidade (viabilidade socioeconômica, promoção da equidade e diversidade cultural, fomentando a participação de toda a comunidade. [...] – Justificar fins não lucrativos. (RODRIGUEZ, 2009, p.35, tradução nossa).²⁸

O Sistema Nacional de Museus do Uruguai foi de fato estabelecido em 28 de dezembro de 2012 a partir da Lei 19.037 que estabelece a Lei de Museus e Sistema Nacional de Museus. Assim, o sistema passa a ser gerido por um comitê coordenador composto pelo diretor Nacional de Cultura, representação do Ministério da Educação e Cultura pelo diretor geral da Comissão Nacional de Patrimônio Cultural e um delegado de cada uma das seguintes regiões territoriais em que o Sistema se organiza: Norte: Artigas, Rivera, Tacuarembó, Cerro Largo, Salto Paysandú e Río Negro; Sudoeste: Florida, Durazno, Flores, Soriano, Colônia e

²⁶ “[...] lograr un desarrollo sustentable del sector museístico uruguayo, mediante la acción articuladora del Sistema a fin de transformar los museos de nuestro país en verdaderos agentes de cambio social y desarrollo” (RODRÍGUEZ, 2009, p.34).

²⁷ “– Establecer criterios, mecanismos y procedimientos comunes que permitan el registro, sistematización y actualización permanente de información referente a cantidad de obras en exposición, en depósito, muestras itinerantes, cantidad de visitantes, etc. [...] – Apoyar técnica y financieramente la actualización del Censo Nacional de Museos. [...] – Fortalecer la capacidad de gestión de los museos.” (RODRÍGUEZ, 2009, p. 34- 35).

²⁸ “– Colección registrada, inventariada o en vías de inventario, al menos manual. [...] – Planificación de actividades con seis meses de anticipación, al menos.– Presentar condiciones de sostenibilidad (viabilidad socioeconómica, promoción de la equidad y la diversidad cultural, propiciando la participación de toda la comunidad). [...] – Justificar fines no lucrativos.” (RODRIGUEZ, 2009,p.35).

San José; Sudeste: Rocha, Lavalleja, Maldonado, Treinta y tres e Canelones e Montevideu: Departamento de Montevideu.²⁹

A lei também estabelece os seguintes requisitos para que um museu possa integrar o Sistema Nacional de Museus do Uruguai:

A) Estar registrado na categoria "Museus" no Registro Nacional de Museus e Coleções de Museus. B) Possuir coleções catalogadas. C) Contar com um Plano Museológico, de acordo com o artigo 43 da presente lei. D) Contar com pessoal técnico profissional ou especializado para o desempenho de suas funções. E) Contar com um plano de segurança para coleções, pessoas e edifícios. F) Contar com um plano de viabilidade orçamentária que garanta a sustentabilidade econômica da instituição. G) Dispor de instalações que garantam a correta prestação de seus serviços. H) Apresentar padrões de qualidade em termos dos serviços públicos prestados, que serão estabelecidos nos regulamentos da presente lei (URUGUAI, 2012).³⁰

Somada a estes requisitos também ficam estabelecidos deveres que devem ser cumpridos pelas unidades museológicas que compõem o sistema como por exemplo: “A) Atuar como centros de referência e apoio aos museus que ainda não tenham sido integrados ao Sistema Nacional de Museus. [...] C) Intervir ativamente na construção, no desenvolvimento e no fortalecimento de redes de museus de caráter territorial, por dependência administrativa, temática, disciplinar etc.” (Lei 19.037, artigo 30).³¹ Visando o cumprimento dos deveres estabelecidos a legislação complementa que “a permanência dos museus no Sistema Nacional de Museus está sujeita a avaliações periódicas, cujas características e abrangência serão estabelecidas na regulamentação da presente lei” (Lei 19.037, artigo 31).³²

²⁹Disponível em: <<http://www.museos.gub.uy/index.php/sistema-nacional/presentacion>> Acesso em 10 de Junho de 2023.

³⁰“ A) Estar registrado en la categoría "Museos" en el Registro Registro Nacional de Museos y Colecciones Museográficas. B) Constar con colecciones catalogadas. C) Contar con un Plan Museológico, conforme lo establece el artículo 43 de la presente ley. D) Contar con personal profesional o técnico especializado para el desarrollo de sus funciones. E) Dispones de un plan de seguridad de colecciones, personas y edificios. F) Contar con un plan de viabilidad presupuestaria que garantice la sustentabilidad económica de la institución. G) Contar con instalaciones que garanticen la correcta prestación de sus servicios. H) Presentar estándares de calidad en materia de los servicios públicos prestados, los cuales serán establecidos en la reglamentación de la presente ley.”(URUGUAI, 2012).

³¹“A) Actuar como centros de referencia y apoyo para los museos que no se hayan integrado aún al Sistema Nacional de Museos. [...] C) Intervenir activamente en la construcción, desarrollo y fortalecimiento de redes de museos de carácter territorial, por dependencia administrativa, temática, disciplinar, etcétera.”(URUGUAI, 2012).

³²“La permanencia de los museos en el Sistema Nacional de Museos estara sujeta a evaluaciones periódicas, cuyas características y alcances serán establecidos en la rereglamentación de la presente ley.”(URUGUAI, 2012).

Observamos nos exemplos apresentados, que as motivações para o estabelecimento de uma ferramenta de articulação entre museus convergem em torno da necessidade da aplicação efetiva de uma política para museus e para a resolução e otimização da gestão dos museus que as integram principalmente por meio da circulação de informação a partir de ações de informação no âmbito dos sistemas. Da mesma forma observamos diferentes caminhos que culminam e pavimentam a construção e a consolidação de sistemas e redes de museus.

2. POLÍTICAS MUSEAIS NO BRASIL: TRAJETÓRIAS DE GOVERNANÇA EM REDE

Partindo da contextualização de políticas culturais entendemos que as primeiras iniciativas voltadas para museus aconteciam no bojo das políticas culturais pensadas de forma geral. No decorrer do desenvolvimento do Estado brasileiro as políticas culturais em âmbito federal mudaram de característica com o curso da história, mudanças que também impactaram nas concepções e formas de consolidação dos museus brasileiros:

Os museus efetivamente são instrumentos multifacetados de ação de governo ou de grupos sociais da elite e populares que representam esses diferentes setores da sociedade. Na área da cultura, os museus são uma das principais expressões dos momentos políticos e ideológicos que vive um país ou determinado grupo social. Assim, têm um papel fundamental de representar, em suas narrativas, a sociedade na qual está inserido e as diversidades sociais, políticas e culturais existentes. (NASCIMENTO JUNIOR, 2019, p.65)

Podemos observar o papel estratégico dos museus no campo cultural e simbólico no processo de construção e afirmação da identidade brasileira durante a Independência. Em um primeiro momento tanto no Brasil quanto em Portugal se mantém a mesma concepção de museus, principalmente a partir dos museus de Ciências Naturais.

Criada em 1784 a Casa de História Natural, conhecida como Casa dos Pássaros, possuiu por anos a responsabilidade de armazenar, preparar e enviar uma vasta quantidade de itens da natureza do Brasil, dentre eles plantas, minerais e objetos indígenas para a metrópole. Situada em um contexto de consolidação das ciências modernas no Império português a partir de uma série de reformas educacionais, a preocupação com a História Natural por parte do governo português e o Brasil se intensificou. Nesse cenário a organização de expedições de exploração portuguesas inseriu a Casa dos Pássaros no contexto de museus do Império Luso Brasileiro dedicados ao fomento do desenvolvimento das Ciências Naturais se integrando ao Museu de Coimbra, criado na reforma da Universidade Coimbra, ao Museu da Ajuda e o Gabinete de História Natural da Academia Real de Ciências de Lisboa (LOPES, 2009).

Após a extinção da Casa dos Pássaros em 1813, o edifício foi derrubado dando lugar ao prédio do erário, assim, os móveis e demais produtos ficaram sob a responsabilidade do

então Inspetor da Casa de História Natural, Luís Antônio da Costa Barradas, até que serem transferidos ao Arsenal de Guerra e então, para a Academia Real Militar (LOPES, 2009).

Em junho de 1818, por meio de decreto, é determinada a compra de casas para abrigar o que passaria a ser o Museu Real de maneira que o núcleo inicial de seu acervo também passa a ser estabelecido pela autorização de transferência de instrumentos e materiais vindos de outros lugares. Em 1819 é estabelecida a “Instrução para os viajantes e empregados nas colônias sobre a maneira de colher, conservar e remeter os objetos de História Natural”. Este documento, segundo Lopes (2009), evidencia o ideal de funcionamento do Museu Real em seus primeiros anos de existência, expondo as concepções de Ciências Naturais e a reprodução de um “modelo europeu de museus metropolitanos apoiados em uma rede de museus provinciais para o abastecimento do museus central” (LOPES, 2009, p. 44). Neste período, o Museu Real cumpriu o papel de armazenamento de objetos que garantiram o seu lugar de provedor dos museus europeus durante o século XIX.

Após este período, destacaram-se também a criação da Academia Imperial de Belas Artes (1826), o Arquivo Nacional (1838), Museu do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838), o Museu do Exército (1864), o Museu da Marinha (1868), a Sociedade Philomatica do Pará (1866) de onde se origina o Museu Paraense Emílio Goeldi (1871), o Museu Paranaense (1876) e o Museu Paulista (1895). Instituições que compuseram a construção do ideário nacional fomentador do discurso da independência apesar de terem se estabelecido com características europeias que constituíram os moldes de criação das primeiras instituições museais.

Ampliando para as práticas museais no nordeste brasileiro neste período, evidenciamos os Gabinetes de História Natural que também se consolidaram no contexto da expansão ultramarina e no colecionismo. O Gabinete de História Natural da cidade de Salvador surge a partir da doação, em 14 de abril de 1835, da coleção do viajante Jean-Baptiste Douville, para a Escola de Medicina da Bahia, onde permaneceu até a criação do Liceu Provincial em funcionamento desde 1837. Lá a coleção serviu para os estudos funcionando como uma espécie de museu escolar, era aberta para observação e passando a ser chamada de Museu de História Natural (CERÁVOLO, 2020).

O Gabinete de História Natural da Província do Maranhão foi fundado em 1844 em São Luís composto por doações enviadas pelo Museu Nacional e da coleção particular de José Joaquim Lopes Rodrigues que já havia sido doada para a Província em 1839 com a intenção de criação de um Museu de História Natural. Apesar de o museu não ter se consolidado, José

Joaquim Lopes Rodrigues foi designado como responsável pela criação do Gabinete de História Natural em 1839, conhecido como Museu Maranhense (BRITTO, 2020).

No Ceará, o Gabinete de História Natural foi iniciado como coleção particular de Joaquim Antônio Alves Ribeiro por volta de 1850. O Gabinete passou a ser aberto ao público em 1867 tendo em vista que era mantido por um particular, o Dr. Alves Ribeiro, no caso. Em 1971 é doado para a província passando a se chamar Museu Provincial e se constituindo como primeiro museu do Ceará (CUNHA, 2020).

Essas experiências são importantes à medida que evidenciam a historicidade dos museus do nordeste como componentes do panorama e formação da prática museal no Brasil principalmente a partir do colecionismo como práticas expressivas de poder político cultural e econômico com grande relevância para a circulação da informação e desenvolvimento das práticas científicas (BRITTO; CUNHA; CERÁVOLO, 2020).

No período que constituiu a Primeira República, novamente em um momento de transição política no Brasil, fazia-se necessária a difusão do ideal republicano também por meio do campo cultural. No campo museal a inauguração do Museu Histórico Nacional (1922) se deu em comemoração ao Centenário da Independência e se tornou um marco na consolidação de outras iniciativas para os museus. Sob a direção de Gustavo Barroso, o MHN foi responsável pela criação do Curso de Museus em 1932, único curso regular voltado para a área no Brasil até 1970 e que formou parte expressiva dos profissionais de museus do país.

Considerando os amplos aspectos que constituem a noção de políticas culturais e seguindo o percurso histórico proposto por Antônio Albino Rubim (2007), identificamos na década de 1930 as primeiras iniciativas diretas no sentido de consolidação de políticas direcionadas para a cultura no Brasil. Neste período, marcado por mudanças sociais e pela centralidade do Estado, o cenário político era contraditoriamente marcado pelo estabelecimento de uma série de iniciativas na área cultural a fim de afirmar valores nacionalistas com a exaltação da mestiçagem como ponto central de fortalecimento do Estado dirigido pelo governo de Getúlio Vargas.

Novamente, o projeto político direcionado para a afirmação da identidade nacional se deu por meio da disputa e reivindicação de narrativas e bens culturais simbólicos por parte do Estado, inclusive por meio do patrimônio, dessa forma, em 1934 é criada a Inspeção de Monumentos Nacionais, no âmbito do MHN. Paralelo a isso, destaca-se a figura de Mário de Andrade no Departamento de Cultura da Prefeitura da cidade de São Paulo, que a partir do movimento modernista representou uma inovação na concepção de cultura, gerando ações que

tiveram expressão nacional. Da mesma forma, a criação do Ministério da Educação e Saúde, em 1930, sob a responsabilidade de Gustavo Capanema, que acolheu artistas e intelectuais modernistas, marcou esse período de iniciação sistemática de políticas públicas para cultura no Brasil.

Juntos, Mário de Andrade, no contexto de ressignificação das concepções culturais e papel das instituições através da promoção de políticas sistemáticas pelo Estado e Gustavo Capanema, assumindo uma posição ministerial e com alinhamento político ao governo vigente, projetaram e viabilizaram a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico (Sphan) (1937) que assumiu as atribuições da Inspetoria de Monumentos Nacionais. Nesse período em âmbito internacional foi criado o Conselho Internacional de Museus (ICOM) em 1946, organização não governamental ligada à UNESCO com o intuito de promover o debate museológico internacional.

O período da Ditadura Militar no Brasil, deflagrado a partir de um golpe em 1964, estreita novamente a relação entre autoritarismo e políticas culturais. Período marcado pela repressão e censura, parte das iniciativas culturais se deu em movimentos de resistência ao regime militar principalmente por artistas e intelectuais de oposição ao regime ditatorial. Contudo houve iniciativas por parte do Estado que caminharam para o controle a partir da midiática de cultura, por meio do investimento em infraestrutura de telecomunicações, especialmente a televisão, como forma de controle dos meios audiovisuais.

No período de endurecimento da ditadura, especialmente com a publicação do Ato Institucional nº 5 (AI-5) em 1968, resultou no aprofundamento de censuras sistemáticas, perseguições e torturas de professores, estudantes, escritores, músicos e artistas que eram considerados uma ameaça à hegemonia do Regime Militar. Neste período, surgiram expressões culturais de resistência à imposição midiática que visavam a reprodução da ideologia oficial. Alguns órgãos, como a criação do Conselho Federal de Cultura (1966) foram criados e contribuíram com a manutenção das políticas de controle das manifestações culturais e censura.

Com o processo de rejeição e o término gradual da ditadura militar, marcado por uma longa transição para o regime democrático, o regime militar buscando manter sua hegemonia após esse processo, estabelece uma série de iniciativas que incluem o campo cultural. Esse movimento e a nomeação de Ney Braga ao Ministério da Educação e Cultura culminaram em alguns avanços no sentido de vislumbrar políticas culturais, como a criação do primeiro Plano

Nacional de Cultura (1975), da Fundação Nacional PróMemória (1979) no âmbito do Sphan e da Fundação Nacional de Arte (FUNARTE).

Neste momento, a presença de Aloísio Magalhães possibilitou a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) em 1975. Posteriormente, em 1979, foi nomeado como diretor do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Cultural (IPHAN) quando foi presidente da Fundação Nacional PróMemória e assumiu como Secretário da Cultura no Ministério da Educação e Cultura em 1981. A postura de renovação em sua breve trajetória no campo da cultura pautou importantes iniciativas para o patrimônio brasileiro e foi fundamental para o estabelecimento de políticas culturais durante a ditadura (RUBIM, 2007).

Outros marcos desse momento histórico foram a, já mencionada, Mesa Redonda de Santiago do Chile (1972), o I Encontro Nacional de Dirigentes de Museus, realizado em Recife em 1975 e a criação do curso de Museologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA) em 1970, que reforçou a articulação do movimento para a regulamentação da profissão de museólogo³³, que já acontecia no Rio de Janeiro desde os anos 1960. (NASCIMENTO JUNIOR, 2019). Cabe salientar que esses movimentos apesar de não terem acontecido sem divergência e conflitos internos e um período de repressão por parte do Estado geraram a perspectiva de consolidação institucional de políticas culturais e patrimoniais no Brasil.

A criação do Ministério da Cultura foi marcada por um longo tempo de consolidação e por uma contínua instabilidade institucional até 2003, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva. No período de transição democrática, que compreende os governos de José Sarney (1985–1989), Collor de Mello (1990–1992), Itamar Franco (1992–1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995- 2003), essa instabilidade institucional fez com que o Ministério tivesse em média nove responsáveis, quase um a cada ano, durante o processo de consolidação institucional (RUBIM, 2007). A inconsistência também se expressou no esvaziamento da responsabilidade do Estado na tomada de decisão de aplicação dos investimentos em cultura por meio do estabelecimento de leis de incentivo fiscal baseadas em um projeto neoliberal para a cultura no país.

A Lei Sarney, criada em 1986, foi a primeira lei de incentivo fiscal criada no Brasil. Segundo Rubim (2007), essa ferramenta tirou a capacidade de financiamento direto do Estado, fazendo com que o investimento proveniente de dinheiro público (por meio do mecanismo de renúncia fiscal) fosse intermediado pela iniciativa privada que, a partir disso,

³³ Lei nº 7.287, de 18 de dezembro de 1984.

adquire o poder de decisão de investimento dos recursos para a cultura. Mais tarde, quando Collor assumiu a presidência em 1990, a Lei Sarney foi extinta e substituída por outra lei de renúncia fiscal, a Lei Rouanet.

O governo Collor extingue o Ministério da Cultura a partir de uma decisão que não considerou nem levou em conta os gestores e demais agentes da cultura. Da mesma forma, o SPHAN e a Fundação Nacional PróMemória foram substituídos pelo Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC). No Governo de Fernando Henrique Cardoso o Ministério da Cultura se encontrava restabelecido por iniciativa do governo de Itamar Franco³⁴, porém seguiu a lógica de retração do Estado, destacando-se a publicação do Ministério da Cultura: “Cultura é um bom negócio”, que estimulava as leis de incentivo fiscal que resumiam a proposta de política cultural do Estado. Na falta de uma política e um projeto com direcionamento estratégico voltado para o desenvolvimento da cultura denunciava a ausência do Estado nas decisões voltadas para o campo cultural. Se existiu uma política cultural nesse período era a de afastar o Estado nas tomadas de decisões sobre a cultura (RUBIM, 2007).

É também nesse contexto de redemocratização que ocorre a criação do o Sistema Nacional de Museus (1986) no âmbito da Fundação Nacional PróMemória e da implementação do Programa Monumenta para a consolidação de reformas nos patrimônios urbanos no Brasil.

No governo Lula (2003), com o ministério sob a responsabilidade de Gilberto Gil, teve desdobramento o esforço que já vinha acontecendo para a construção de uma política cultural sistemática para o Brasil. Com caráter democrático, a proposta era a consolidação de um conceito amplo de cultura que gerasse benefício a toda a população brasileira. Assumindo uma postura dialógica promoveu diversos espaços como encontros e conselhos a fim de aproximar a sociedade civil e movimentos sociais na construção de políticas públicas de caráter democrático (RUBIM, 2007).

Nesse momento destacamos a realização do "Seminário Cultura Para Todos" que percorreu todas as regiões do país, a criação do Programa Cultura Viva (2004) que difundiu a criação do Pontos de Cultura e criação da Secretaria de Identidade e Diversidade, buscando ampliar e diversificar as expressões culturais populares e a aprovação do Plano Nacional de Cultura (2010).

O setor museológico brasileiro, visto como setor estratégico no campo cultural, teve grande espaço para contribuição e construção coletiva, agregando o conjunto de profissionais

³⁴ Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992.

e instituições museológicas, que levaram à consolidação de políticas públicas para museus. Nesse contexto é lançada a Política Nacional de Museus, criado o Departamento de Museus no IPHAN, que foi substituído pelo IBRAM em 2009 e aprovado o Estatuto de Museus (2009) como marco regulatório. Respondendo o terceiro eixo programático da PNM, Formação e Capacitação de Recursos Humanos, e por meio da interlocução com o Ministério da Educação, são criados mais cursos de graduação em Museologia em universidades federais como a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Universidade de Brasília, Universidade Federal de Goiás, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal de Ouro Preto, Universidade Federal do Pará, Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal de Pelotas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal de Sergipe (NASCIMENTO JUNIOR, 2019, p. 80).

A partir da eleição de Dilma Rousseff, em 2011, é constatada a falta de continuidade em projetos iniciados nas gestões anteriores relacionadas aos dois mandatos de Lula. No Ministério da Cultura até então sob a responsabilidade de Ana de Hollanda observa-se a ausência de clareza sobre qual projeto para cultura estava sendo assumido pela gestão, podendo observar a partir das ações do ministério, a valorização de determinadas linguagens artísticas específicas, diminuindo o escopo mais amplo que vinha sendo considerado. Também houve descontinuidade na elaboração das metas do Plano Nacional de Cultura e na finalização e implantação do Sistema Nacional de Cultura e uma expressiva perda de centralidade do processo participativo iniciado na gestão anterior (CALABRE, 2015).

Posteriormente, sob a responsabilidade de Marta Suplicy, persiste a falta de clareza sobre o projeto de política cultural de maneira que as ações do Ministério eram direcionadas por um certo pragmatismo político. Entretanto, a partir de sua gestão e articulação política em nível legislativo foi possível consolidar a aprovação do Sistema Nacional de Cultura, o Vale-Cultura e a Lei Cultura Viva.

Desde a interrupção do governo de Dilma Rousseff em 2016, até o governo de Jair Bolsonaro (2019) o setor cultural sofreu uma série de medidas que culminaram no desmonte de boa parte das políticas públicas que vinham sendo desenvolvidas até então. Michel Temer, como uma das primeiras medidas de governo, extingue o Ministério da Cultura em 2016, mas recua da decisão após ampla mobilização popular contra a medida. Apesar disso, cortou quase metade do total de recursos que eram destinados para a área da cultura, além de realocar recursos que deveriam ir para o Fundo Nacional de Cultura para a área de Segurança Pública.

O incêndio do Museu Nacional da Quinta da Boa Vista, em 2018, levantou o debate sobre a insuficiência de recursos para a manutenção dos museus e do patrimônio brasileiro. Diante do ocorrido e buscando se eximir das obrigações com os museus universitários o então ministro da cultura, Sérgio Sá Leitão, apresentou a Medida Provisória nº 850 com proposta de extinção do IBRAM e criação da ABRAM (Agência Brasileira de Museus), de maneira que os museus federais fossem geridos por Organizações Sociais (OS) tendo assim, sua administração terceirizada.

A tramitação da MP nº 850 abriu uma discussão acerca da capacidade das universidades federais gerirem seus museus, sobre a necessidade de o IBRAM continuar sendo o gestor da PNM e do governo federal continuar responsável pelos museus públicos. O setor museológico se mobilizou nacionalmente contra a proposta e o texto da medida provisória foi modificado de maneira que manteve o Instituto e criou uma fundação de apoio aos museus vinculada ao IBRAM, além de determinar a validade da MP até 18 de fevereiro de 2019.

Este cenário de desmonte é consolidado no governo de Jair Bolsonaro que, assim como Michel Temer, extinguiu o Ministério da Cultura em 2019, dessa vez de forma definitiva. A pasta da cultura foi realocada como uma secretária especial no Ministério da Cidadania e posteriormente, em 7 de novembro, no Ministério do Turismo, trazendo à tona as possibilidades de desdobramentos da MP n. 850, que até então tinha validade, mas que foi, enfim, rejeitada na Câmara dos Deputados. Nesse contexto de disputa, o Instituto Brasileiro de Museus não deixou de existir, mas com a extinção do MinC passou a ser uma autarquia vinculada ao Ministério do Turismo. Posteriormente, com a eleição para mandato presidencial nas eleições de 2022, o Ministério da Cultura é refundado em janeiro de 2023 sob a responsabilidade de Margareth Menezes e o IBRAM volta para a estrutura do MinC.

Observando a trajetória das políticas culturais e museais no Brasil entendemos as “tristes tradições” das políticas culturais apontadas por Antônio Rubim (2007): o caráter tardio das políticas culturais no Brasil, a forte relação entre governos autoritários e políticas culturais e descontinuidade. A consolidação de políticas culturais envolve o exercício de poder e tomada de decisões na maioria das vezes, centralizadas no Estado, que ao longo da história do país se manteve entre conjunturas de caráter autoritário e políticas neoliberais, demarcando assim:

[...] a dimensão profundamente marcada por seu tempo, pois “como política pública só existe quando uma determinada administração governamental se encarrega dela” (BOLÁN, 2006, p. 60). A definição do “quê”, “quem”, “como” e “para quê” de uma política cultural depende, portanto, das estruturas de poder e das relações sociais que vigoram em determinado momento em um espaço específico, seja um município, seja uma nação (BARBALHO, 2016, p. 45).

Considerando a concepção de Estado-rede podemos pensar nas possibilidades de governança em rede como uma forma que se adequa a resolução de novos problemas, e demandas da sociedade da informação, mas também como forma de superar as limitações verificadas nas tristes tradições que marcam a trajetória das políticas culturais brasileiras.

Governar em rede possibilita a intermediação de interesses, gerar acúmulo partindo de diferentes visões para atender as demandas de um tempo complexo gerando a possibilidade de emergir a partir da interação entre setores públicos e privados, parte do reconhecendo que o Estado não é o único agente de importância no processo, além de não ser suficiente e tão efetivo se considerarmos uma construção que envolva a variedade de atores sociais que podem contribuir com a elaboração de uma política pública.

A seguir evidenciaremos a trajetória de construção e articulação de políticas voltadas para os museus no Brasil que culminou na consolidação da Política Nacional de Museus como resultado do desenvolvimento e articulação do campo museal em todo o território nacional.

2.1 Museus e profissionais de museus no Brasil: formação, articulação e os caminhos da construção de uma política nacional em rede

O Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN) é hoje uma autarquia vinculada ao Ministério da Cultura e uma das principais instituições responsáveis pela preservação do patrimônio cultural brasileiro. Ao longo de sua história compreendeu os museus como espaços estratégicos para a difusão e preservação do patrimônio brasileiro, de maneira que promoveu ações importantes de preservação destes museus, especialmente antes da criação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) como instituição responsável unicamente pelos museus.

Criado inicialmente com o nome de Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Sphan, em 1937 foi instituído e vinculado ao Ministério da Educação e Saúde no

contexto da ditadura do Estado Novo, alicerçado em ideais de afirmação de uma identidade nacional pautada na brasilidade e com forte influência do movimento modernista, como já foi visto. Não sendo um órgão voltado especificamente para os museus, o foco estava na proteção do patrimônio cultural, entretanto a ideia de tombamento dos chamados patrimônios de “pedra e cal” atribuía aos museus o papel de lugar de guarda e legitimação deste patrimônio de maneira que estes tiveram lugar expressivos nas políticas aplicadas pelo órgão.

Ainda na década de 1930, uma das primeiras ações do SPHAN se consolidou no esforço de interiorização da política museológica por meio da criação de museus regionais. Apesar de o anteprojeto de criação do órgão assim como seu decreto de regulamentação, o Decreto- lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, estabelecerem a tutela de museus nacionais, o SPHAN passou a compreender a nacionalidade a partir da influência do pensamento de Afonso Arinos de Melo Franco, compreendendo a concepção de “civilização material” no reconhecimento do patrimônio brasileiro da época (BRITTO, 2022).

Essa concepção patrimonial que passa a considerar as características históricas regionais na constituição do patrimônio nacional se expressa principalmente na valorização do patrimônio e criação de museus ligados aos ciclos econômicos, sobretudo ao ciclo do ouro e do diamante em Minas Gerais, o que justifica o foco de criação de museus pelo IPHAN nesse estado, a partir da ideia de regionalização. (BRITTO, 2022). Apesar disto os museus regionais permitiram o reconhecimento de patrimônio que estava fora do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, conforme listado no quadro a seguir:

Quadro 5: Museus Regionais do SPHAN

| MUSEU | CIDADE, ESTADO | DECRETO/LEI DE CRIAÇÃO |
|-------------------------|--|---|
| Museu da Inconfidência | Ouro Preto, Minas Gerais. | Decreto-Lei nº 965, de 20 de dezembro de 1938 |
| Museu das Missões | São Miguel das Missões, Rio Grande do Sul. | Decreto 2.077, de 08 de março de 1940 |
| Museu do Ouro | Sabará, Minas Gerais. | Decreto-Lei nº 7.483, de 23 de abril de 1945 |
| Museu Regional do Caeté | Caeté, Minas Gerais. | Decreto-Lei nº 8534, de 2 de janeiro de 1946 |
| Museu das Bandeiras | Goiás, Goiás. | Decreto-Lei 394, de 03 de dezembro de 1949 |
| Museu do Diamante | Diamantina, Minas Gerais. | Lei nº2.200, de 12 de abril de 1954 |

| | | |
|------------------------------------|---------------------------------|---|
| Museu da Abolição | Recife, Pernambuco. | Lei nº 3.357, de 22 de dezembro de 1957 |
| Museu Regional de São João del-Rei | São João del-Rei, Minas Gerais. | |
| Museu Regional Casa dos Ottoni | Serro, Minas Gerais | |

Fonte: Elaborado pela autora

Instituído pela Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, fica estabelecido nesse primeiro momento, que o Museu Histórico Nacional, o Museu Nacional de Belas Artes e “[...] outros museus nacionais de coisas históricas ou artísticas, que forem creados, cooperarão nas actividades do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, pela forma que fôr estabelecida em regulamento.” (BRASIL, 1937). Com a sua regulamentação por meio do Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, essa disposição é reafirmada reconhecendo o lugar dos museus na preservação do patrimônio.

Fazendo jus à tradição de descontinuidade no campo cultural, mas mantendo sua função de preservação do patrimônio, o Sphan passou por um número considerável de mudanças administrativas ao longo do século XX. De acordo com a publicação *Cadernos de pesquisa e documentação do Iphan* (2008) o órgão passou pela seguinte trajetória institucional:

Quadro 6: Trajetória institucional do IPHAN

| ANO/DENOMINAÇÃO | SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA |
|---|--|
| 1937- Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) | <ul style="list-style-type: none"> • Subordinado ao Ministério da Educação e Saúde³⁵. |
| 1946- Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) | <ul style="list-style-type: none"> • Transformado³⁶ em diretoria, ainda subordinada ao Ministério da Educação e Saúde; • Museu da Inconfidência, Museu das Missões e Museu do Ouro são incorporados a sua estrutura; • Em 1954, o Museu do Diamante é incorporado à sua estrutura • Criação do Museu Regional do Caeté (1946), do Museu das Bandeiras (1949) e do Museu da Abolição (1954). |

³⁵ Lei nº 378, de 13/01/1937

³⁶ Decreto-Lei nº 8.534, de 02/01/1946

| | |
|--|--|
| 1970- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) | <ul style="list-style-type: none"> • Mudou de nome³⁷ e ficou sob responsabilidade do Departamento de Assuntos Culturais do Ministério da Educação e Cultura; • Em 1976 é criada a Divisão de Museus e Difusão Cultural |
| 1979- Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) | <ul style="list-style-type: none"> • Após extinção do Iphan, é criado³⁸ como órgão central de direção da cultura no MEC; • Em 1979 a Fundação Nacional PróMemória é criada com objetivo de auxiliar nas ações do SPHAN. |
| 1981- Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). | <ul style="list-style-type: none"> • Secretaria de Cultura é criada como órgão central no MEC de modo que o SPHAN vira uma subsecretaria³⁹; |
| 1985- Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) | <ul style="list-style-type: none"> • O Ministério da Cultura é criado e a subsecretaria vira uma secretaria sob supervisão direta do MinC⁴⁰; • Em 1986 é criada a Coordenadoria do Sistema Nacional de Museus. |
| 1990- Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC) | <ul style="list-style-type: none"> • Ministério da Cultura e a Fundação Nacional PróMemória são extintos • IBPC é criado como sucessor do SPHAN .⁴¹ |
| 1994- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) | <ul style="list-style-type: none"> • Passa a ser denominado IPHAN⁴². |

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos Cadernos de pesquisa e documentação do Iphan (2008)

2.1.1 Formação e profissionalização

Podemos considerar que a institucionalização da formação em Museologia no Brasil se deu a partir da criação do Curso de Museus em 1932 no Museu Histórico Nacional.⁴³ O Curso dedicado à formação de profissionais para suprir as demandas do próprio Museu Histórico Nacional era coordenado pelo seu então diretor, Gustavo Barroso, e tinha as aulas ministradas pelos funcionários da instituição. No período de 1932 a 1944 o Curso de Museus possuía a duração de dois anos, sendo considerado um curso técnico apesar de exigir a conclusão do que hoje é o ensino médio, formava alunos que saíam com o título de

³⁷.Decreto nº 66.976, de 27/07/1970

³⁸ Decreto nº 89.198, de 13/11/1979

³⁹ Portaria nº 383, de 10/06/1981

⁴⁰ Portaria nº 48, de 18/07/1985

⁴¹ Decreto nº 99.492, de 03/09/1990

⁴² Medida Provisória nº 610, de 08/09/1994

⁴³ Decreto-Lei nº 21.129 de 07 de março de 1932

Conservador de Museus. No primeiro de ano oferecia as disciplinas de História Política do Brasil, Numismática, História da Arte, Arqueologia aplicada ao Brasil, e no segundo ano História Política e Administrativa do Brasil, Numismática, Sigilografia, Epigrafia, Cronologia e Técnica de Museus (COSTA, 2020, p. 149).

Em 1944 após a aprovação do regulamento do Curso de Museus⁴⁴, ele passa a ter duração de três anos dividido em uma parte geral e uma parte específica. Neste período o quadro de docentes passou a ser substituído pelos egressos das primeiras turmas formadas pelo Curso. O Curso de Museus possuía forte orientação pessoal de Gustavo Barroso, seu idealizador, de maneira que por um longo período de tempo a obra de Barroso denominada *Introdução à Técnica de Museus* foi adotada como referência para o Curso. A obra que era considerada um compilado dos ensinamentos técnicos, aulas e demais conhecimentos de Gustavo Barroso possuía dois volumes, sendo o primeiro voltado para o processamento técnico de acervos e o segundo as coleções. Também nesse período, especificamente em 1940, em decorrência da atuação de Barroso, é criado o periódico *Anais do Museu Histórico Nacional* que apresentava a atuação e os trabalhos dos primeiros docentes do curso.

O Curso de Museus passa a ser considerado curso superior em 1951 quando firma convênio entre o MHN e a então Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Neste momento, a partir de sua reorganização na estrutura administrativa, criam-se os Departamento de Técnica de Museus, de História do Brasil, História da Arte, de Antropologia e o Conselho Departamental.

Durante a gestão de Léo Fonseca e Silva como diretor do MHN, no período de 1967 a 1970, foi solicitada a alteração do nome do curso para Faculdade de Museologia, porém o pedido foi negado pela Câmara de Planejamento do Conselho Federal de Educação sob o argumento de que o curso não estava vinculado a uma universidade e sim a uma instituição de cultura. Diante disto, em 1974, o curso assume a designação informal de Escola Superior de Museologia (ESM) e passa a ter duração de quatro anos (COSTA, 2020, p. 152). O Curso de Museus criado pelo MHN passa a ser Curso de Graduação em Museologia quando é transferido Federação das Escolas Federais Isoladas do Rio de Janeiro (FEFIERJ), hoje Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), ocorrendo uma mudança conceitual que passou pelo rompimento com o modelo de Gustavo Barroso, que até então era implementado.

⁴⁴ Decreto nº 16.078 de 13 de julho de 1944.

Outro marco na formação de museólogos e da Museologia no Brasil foi a criação do Curso de Graduação em Museologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA) em 1969, tornando-se o segundo curso de Museologia criado no país. O Curso idealizado pelo Arqueólogo e Historiador de Arte espanhol Valentin Rafael Simón Joaquín Calderón de La Vara, foi instalado na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH) vinculado ao Departamento de História também responsável pela gerência acadêmica e administrativa do curso de Museologia criado. No momento de implementação houve divergências chegando ao ponto de ser solicitada a retirada do curso do departamento (COSTA, 2020).

O Curso era composto por disciplinas dos departamentos de Filosofia, História, Sociologia, Antropologia e Psicologia e áreas afins como introdução a arquitetura e arqueologia. Nos primeiros anos de funcionamento o curso era ministrado no Museu de Arte Sacra e no campus FFCH. As disciplinas consideradas técnicas, Técnicas de Museus I e Técnicas de Museus II foram ministradas por um recém-formado do Curso de Museus do MHN por falta de profissionais capacitadas na UFBA e em 1979 o curso passa por uma reforma curricular 1979 que desmembra as disciplinas técnicas.

Nos anos 1980, houve um movimento interno da universidade para o fechamento do curso de Museologia, porém concomitante a este momento se lutava pelo reconhecimento da profissão de museólogo no Brasil e a aprovação do decreto⁴⁵ que regulamenta a lei⁴⁶ de reconhecimento da profissão, que definia como regra a criação de conselhos de classe nos níveis federal e estadual. Esse movimento mobilizou professores do curso de Museologia para a permanência dele na universidade e culminou em uma segunda reforma curricular em 1989. A discussão dessa reforma contou com a realização de um amplo debate com a comunidade museológica e profissionais de museus atentos aos movimentos internacionais na área de museus, especialmente na América Latina, no que se refere a ampliação da noção do patrimônio e a preservação da diversidade dos museus e em movimentos conceituais que aconteciam no âmbito do ICOM, da Associação Americana de Museus e movimentos paralelos como o MINOM:

Assim, o curso começou a sair do estudo das coleções e direcionou as ações museológicas trabalhadas na academia para o reconhecimento da realidade social soteropolitana, procurando aprofundar com os estudantes as noções de patrimônio tangível e intangível, em permanente processo de construção (COSTA, 2009, p. 245).

⁴⁵ Decreto nº 91.775 de 15 de outubro de 1985.

⁴⁶ Lei nº 7.287 de 18 de dezembro de 1984.

Desde então o curso enfrenta dificuldades estruturais para seu aprimoramento, como ausência de laboratórios, falta de recursos, salas adequadas para os professores gerando o hábito de improviso e de conviver com o mínimo. Entretanto existe disposição do grupo de docentes para ampliação dos horizontes e crescimento acadêmico de maneira que a maioria já obteve título de doutorado ou estão em fase de conclusão. Em 2008, depois de diálogo entre docentes e discentes e realização de seminários para discussão, adota-se um projeto de reestruturação acadêmica implantando novas disciplinas nas grades curriculares e abertura de turmas noturnas (COSTA, 2009, p. 245).

Por muitos anos, até 2003, O Curso de Museologia da UNIRIO e o Curso de Museologia criado na UFBA foram os únicos cursos⁴⁷ superiores de formação em Museologia no país. A partir de 2003, marco de publicação da PNM, devido às mudanças culturais e da aplicação do programa do governo federal denominado Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) o número de cursos de graduação passou para 17 sendo ofertados em todas as regiões do país.

2.1.2 Congressos, encontros e fóruns de discussão

Em 1956, entre os dias 23 e 27 de julho aconteceu o I Congresso Nacional de Museus, sediado na cidade de Ouro Preto no estado de Minas Gerais, tombada pelo Sphan desde 1938 em reconhecimento ao seu patrimônio arquitetônico e urbanístico. O congresso, organizado pelo ICOM e pela Organização Nacional do ICOM (ONICOM), que hoje é o ICOM Brasil, tinha como principal finalidade promover discussões no campo, diante do crescente número de novos museus e reuniu técnicos, profissionais e demais colaboradores de museus.

Na ocasião foram solicitados aos participantes a submissão de trabalho sobre a realidade dos museus brasileiros sendo tratada contemplando as seguintes especificações temáticas: Caráter, Âmbito e objetivos dos museus; Instituições brasileiras atuais; Legislação - organizações e convenções internacionais interessantes à museus; Sede e Instalação; Acervo; Estudos e Pesquisas; Divulgação; Pessoal; Organização técnico-administrativa das instituições e Cooperação. Dentre os trabalhos selecionados e apresentados podemos citar o

⁴⁷ De acordo com Luciana Costa (2017, p. 5) existiu também, em instituição privada, o curso da curso da Faculdade de Arqueologia e Museologia Marechal Rondon (FAMARO), criado em 1975 no Rio de Janeiro depois transferido para Faculdades Integradas Estácio de Sá (FINES) e encerrado em 1995.

Guia Comentado dos Museus Brasileiros de Carlos José Pereira da Costa e José Mário Alves da Silva, o *Plano para a Formação de um Arquivo Central de Documentação Iconográfica Nacional* de Paulo César Vincent da Fonseca, entre outros (REYS, 2018).

O Congresso foi executado por meio de uma Comissão Organizadora presidida por Heloisa Alberto Torres e com Gustavo Barroso como vice-presidente. A referida Comissão se subdividiu em Comissões Técnicas responsáveis pelo estudo e seleção dos trabalhos apresentados e Comissão de Publicação dos Anais, responsável pela relatoria e publicação dos anais que era produto do Congresso

Mais tarde, o I Encontro Nacional de Dirigentes de Museu sediado em Recife- PE, no Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS), em 1976, contou com a participação do então diretor do Centro Nacional de Referência Cultural e foi dividido em sete Grupos de Trabalho resultando na publicação do documento *Subsídios para implantação de uma política museológica brasileira*. Especificamente no GT 3 sobre capacitação profissional, em meio a discussão da necessidade de criação de mais cursos de graduação em Museologia, é apontada a necessidade de cooperação técnica entre museus e instituições parceiras a fim de suprir carências de capacitação técnica. Sobre o contexto e a conformação da discussão realizada no encontro, que apresentou apontamentos para o estabelecimento de uma política para museus, Joana Regattieri Adam (2018, p. 177) ressalta:

As influências do então Ministério da Educação e Cultura (MEC), dos membros do CFC e da Política Nacional de Cultura evidenciam a construção de uma política nacional de museus submetida à conjuntura governamental do período. Nota-se a influência conservadora e tradicionalista que marcam as diretrizes da política museológica aqui tratada, demonstrando a circunstância política em que estava inserida, na qual as estruturas oficiais eram montadas de forma sistêmica, integralista e vertical.

Apesar das limitações marcadas pela conjuntura da época, o documento é uma importante fonte histórica à medida que é uma das primeiras publicações oficiais com diretrizes específicas para a política museológica no Brasil, além de ser mencionado como uma das considerações importantes para a implementação do Programa Nacional de Museus (ADAM, 2018).

Outra importante iniciativa para a reflexão a partir da articulação do campo de museus foi a realização dos Fóruns Nordestinos de Museologia. A mobilização desse espaço se deu em resposta à situação experimentada no X Congresso Nacional de Museologia realizado em 1987 na cidade de Ouro Preto. De acordo com Ana Karina Calmon de Oliveira Rocha (2020),

na ocasião do Congresso, os profissionais de museus do Nordeste passaram por um processo de exclusão, pois, sem direito à fala, não participaram das discussões de construção do campo. Diante do ocorrido, esses profissionais se reuniram para compartilhar a experiência museológica em comum, considerando as especificidades sociais, culturais e econômicas características da região Nordeste.

Os Fóruns, que durante as três primeiras edições eram chamados de Encontro de Museus do Nordeste, aconteceram de 1988 a 1996 em diversas cidades nordestinas, resultando em oito encontros:

- 1988- João Pessoa, Paraíba;
- 1989- São Luís, Maranhão;
- 1990- Natal, Rio Grande do Norte;
- 1991- Recife, Pernambuco;
- 1992- Salvador, Bahia;
- 1993- Maceió, Alagoas;
- 1994- Fortaleza, Ceará;
- 1996- Aracaju, Sergipe.

Ao final do Fórum era produzido um Manifesto com as problematizações apresentadas ao longo do encontro que expressam o pensamento museológico concebido no Nordeste. Os quatro primeiros Fóruns (de 1988 a 1991) foram guiados para o reconhecimento da realidade museológica da região, os debates aconteceram acerca de questões mais técnicas e capacitação de profissionais. A partir disso, os quatro últimos Fóruns (de 1992 a 1996) avançaram sobre discussões teóricas e científicas acerca da Museologia, configurando duas fases de realização dos Fóruns Nordestinos de Museologia:

Ainda que a especialização do trabalho técnico do profissional museólogo marque fortemente a realização desses primeiros fóruns, a militância, a luta por reconhecimento, bem como a ação civil na política do país estiveram presentes nesta fase sendo mantidas no momento posterior (OLIVEIRA ROCHA, 2020, p.120).

Cabe destacar o I Encontro Nordestino de Museologia, realizado 13 a 17 de setembro em João Pessoa de 1988, promovido pela Fundação Casa de José Américo e pela Associação dos Museólogos da Bahia/AMB, organizado pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e

que contou com o apoio do Ministério da Cultura por meio do Sistema Nacional de Museus (SNM). Evidenciamos aqui o objetivo, entre outros, de promoção do intercâmbio da Museologia e dos Museus da região Nordeste e, diante disso, a realização de uma conferência promovida pelo Sistema Nacional de Museus visando debater a realidade museológica diante da difícil situação da área cultural naquele período.

2.1.3 O Programa Nacional de Museus e o Sistema Nacional de Museus

O I Encontro Nacional de Dirigentes de Museu é apontado como um espaço importante para a criação do Programa Nacional de Museus à medida que a partir dele foi publicado o já mencionado documento “Subsídios para implantação de uma política museológica brasileira”. Outro fator a ser considerado como estímulo para a criação do Programa foi a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigou a política do Governo Federal em relação ao patrimônio histórico e artístico nacional. Segundo Nascimento Júnior (2019), apesar de não ter resultado em punições concretas, o relatório final, apresentado em 1982, faz apontamentos que denunciavam as dificuldades de preservação do patrimônio no País e reforçaram a necessidade de criação de políticas públicas para museus no país.

No contexto da fusão do Sphan e Fundação Nacional PróMemória surge o Programa Nacional de Museus. Por conseguinte, o Programa Nacional de Museus é implementado pela Portaria n. 16 de 22 setembro de 1982, da Secretaria da Cultura do Ministério da Educação e Cultura:

Considerando a necessidade de uma articulação entre os museus nacionais, utilização de seus acervos, dos recursos materiais disponíveis da força de trabalho neles envolvida;
Considerando as recomendações emitidas nas Diretrizes para Operacionalização da Política Cultural do MEC;
Considerando as recomendações do I Encontro de Dirigentes de Museus (Recife, 1976) para a implantação de uma política museológica, como também aquelas contidas em documentos finais da comissão de especialistas formada pelo Departamento de Assuntos Culturais do MEC em 1977/78, unânimes em reconhecer a necessidade de uma Coordenação Nacional de Museus;
Resolve;
- Fica criado o Programa Nacional de Museus (MEC, 1982 *apud* NASCIMENTO JUNIOR, 2019, p. 89).

Configurado como um serviço no âmbito da Secretaria de Cultura do MEC, era executado pela Fundação Nacional PróMemória por intermédio de uma Coordenadoria Nacional. A Coordenadoria tinha como principal responsável Rui Mourão, Coordenador de Museus e Casas Históricas do Sphan/PróMemória e então diretor do Museu da Inconfidência, e possuía um conselho composto por quatro pessoas além do coordenador que o presidia: O professor Gerardo Britto Raposo da Câmara, Diretor do MHN e Museu da República; a museóloga Regina Timbó diretora do Museu da Fundação Casa de Rui Barbosa e o professor Aécio de Oliveira, chefe do setor de Museologia da Fundação Joaquim Nabuco e coordenador do Sistema de Museus do Nordeste⁴⁸ (Sphan/Pró-Memória, 1982).

Segundo entrevista de Rui Mourão publicada no Boletim SPHAN/PróMemória (1982, nº 20, p.1), os seguintes órgãos integravam o Programa Nacional de Museus: Museu Histórico Nacional e Museu da República; Museu Imperial, Casa de Rui Barbosa e Arquivo- Museu de Literatura da Fundação Museu Nacional de Belas Artes; Museu do Folclore Edison Carneiro, Museu Villa Lobos, Museu da Estrada do Açude e Museu da Chácara do Céu da Fundação Raymundo Ottoni de Castro Maya; Museu do Homem do Nordeste e Museu Joaquim Nabuco da Fundação Joaquim Nabuco; Museu da Inconfidência e demais museus e casas históricas por eles coordenados, além de museus e casas históricas da Fundação PróMemória não especificados no boletim.

O Programa pretendia contar com uma assessoria especializada visando auxiliar no desenvolvimento de atividades nas seguintes áreas: Museologia, museografia, pesquisa e documentação, atividades educacionais, comunicação social e finanças. Rui Mourão afirmava que a ideia era firmar uma forma de atuação com base nas linhas programáticas estabelecidas pela Secretaria de Cultura e, a partir disso, estabelecer as linhas das áreas de atuação na reunião do Conselho e em seguida procurar os diretores de museus para discussão e aprovação.

Ressaltando a aspiração de promover uma administração integrada entre os museus que estavam na órbita da Secretaria de Cultura, o então coordenador relata a diversidade do conjunto de museus que compõem o programa, de maneira que enquanto alguns funcionam bem outros apresentavam muitos problemas de natureza administrativa e financeira. Assim, reforçava a importância da participação e comprometimento de todos para que realmente se

⁴⁸ Na documentação consultada não foram localizadas mais informações sobre a existência do Sistema de Museus do Nordeste, sendo apenas citado no Boletim SPHAN/PróMemória, nº 20, set/out 1982.

obtenha resultados: “sou dos que acreditam no trabalho de equipe, principalmente quando todos têm tanto pra dar” (SPHAN/PróMemória 1982, nº 20, p.2).

Em 1984, a experiência da cidade de Goiás, antiga capital do estado de Goiás, é apontada como pioneira na implementação de projetos a partir do Programa Nacional de Museus. Isso porque a Secretaria de Cultura entregou no dia 11 de maio de 1984, após reforma, o Museu das Bandeiras e o Museu de Arte Sacra da Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte. O Boletim SPHAN/PróMemória 1984, nº 30 destaca como se deu o processo de revitalização desses museus, que foram contemplados com implantação de equipamentos de segurança e de apresentação de slides e aparelhagem de som, por meio do Projeto de Revitalização das Pequenas Unidades do Programa Nacional de Museus. Durante o processo de trabalho, que teve início em 1983 pela coordenação do Programa, é interessante observar o destaque de que a participação e receptividade da comunidade foi fundamental para implantação do projeto na cidade, que sugeriram formas de usos dos Museus a partir da inserção no Projeto.

O Sistema de Museus do Estado de São Paulo já havia sido criado em janeiro de 1986⁴⁹, quando no IX Congresso Nacional de Museus, realizado em São Paulo de 24 a 28 de agosto de 1986, foi apresentada pelos representantes de São Paulo uma proposta de criação do Sistema Nacional de Museus com base no seu próprio sistema estadual, assumindo protagonismo na consolidação de um Sistema Nacional de Museus.

A criação do Ministério da Cultura em 1986 incorporou o setor de museus por meio da criação da Coordenadoria Geral de Acervos Museológicos da Fundação Nacional PróMemória e do Sistema Nacional de Museus que atuaram de forma integrada. O comitê do Sistema Nacional era composto por um coordenador e um representante de cada estado da federação e realizava reuniões anuais quando o comitê avaliava projetos aos quais seriam aplicados recursos. O primeiro ano de atuação do Sistema, enquanto consolidava a sua estruturação interna, se resumiu a repasses financeiros para os projetos prioritários. Depois de consolidada estruturalmente, passou a prestar acompanhamento de projetos, oferecendo e estimulando a realização de cursos de treinamento, congressos, seminários e edição de livros. (MIZUKAMI, 2014).

De acordo com os números apresentados pelo Ministério da Cultura na conferência promovida pelo Sistema Nacional de Museus no I Encontro Nordestino de Museologia,

⁴⁹ 24.634, de 13 de janeiro de 1986

mencionado anteriormente, o Sistema conseguiu apoiar, mesmo com baixos recursos financeiros, 140 projetos de revitalização museológica em um período de um ano e meio.

Na ocasião, diante da realidade de baixo investimento, foi demandado aos participantes do Fórum a realização de um levantamento de dados para que fosse possível conceber “uma política eficaz favorecendo uma possível e necessária democratização de acesso à informação transmitida pelos bens de cultura” (FREIRE, 1988/2015, p. 8 *apud* OLIVEIRA ROCHA, 2020, p.122). Além disso o Sistema Nacional de Museus representado na figura de Priscila Euler Freire do Ministério da Cultura ressaltou a importância de disseminação desses dados às secretarias estaduais de cultura para a criação de Sistemas Estaduais de Museus, permitindo a configuração de uma rede museológica (OLIVEIRA ROCHA, 2020).

O Sistema Nacional de Museus foi extinto em 1990 juntamente com o Ministério da Cultura e o Sphan/PróMemória quando Fernando Collor de Mello assumiu a presidência. Sobre a atuação do SMN, Simone Flores Monteiro (2016, p.67) aponta para a sua descontinuidade:

[...]ausência de um plano de gestão participativo, à concentração do apoio a projetos no eixo Rio de Janeiro /São Paulo, à escassez de recursos e às dificuldades no setor cultural, provocadas pelo Governo Collor que realizou um desmonte e uma desarticulação das instituições e entidades culturais.

Esses exemplos demonstram que antes da consolidação da Política Nacional de Museus houve iniciativas e tentativas de consolidação não só de uma política orientada para os museus como formas de articulação entre eles. Talvez possam ser consideradas como primeiras tentativas de atuação em rede devido à percepção comum da necessidade de colaboração entre os museus para sobreviverem a escassez de recursos e as descontinuidades.

2.2 A Política Nacional de Museus como política de informação

A criação da Política Nacional de Museus consolida um novo marco no campo dos museus trazendo novas aspirações e perspectivas, fruto de acúmulos de debates e articulações que já vinham sendo desenvolvidas em âmbito nacional e internacional. A Carta do Rio Grande, aprovada no 8º Fórum Estadual de Museus do Rio Grande do Sul, deu o pontapé inicial para o processo de consolidação da PNM. A Carta que serviu de base para o texto da

PNM, foi fruto do trabalho que já vinha sendo desenvolvido pelo Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul (SEM- RS).

Em virtude do ano eleitoral a carta foi apresentada aos candidatos à presidência e indicava de forma enfática que se tratava de um documento que visava “[...]propor aos candidatos a governador dos diversos estados e aos candidatos a presidente a necessária implantação de uma política para o setor museológico e de patrimônio cultural em níveis estadual e federal (RIO GRANDE DO SUL, 2002, p. 170). Outro marco mobilizatório importante para fortalecer o propósito de consolidação de uma política pública para museus foi o documento “Imaginação museal a serviço da cultura no Brasil” lançado pelo Conselho Federal de Museologia em 2002, que teceu observações acerca da situação dos museus no Brasil e sobre a importância de uma mudança de orientação política no contexto cultural brasileiro.

A eleição de Luiz Inácio Lula e a consequente nomeação de Gilberto Gil como responsável do Ministério da Cultura foram fundamentais para a concretização da PNM. Estes fatores conjunturais estabeleceram uma maior abertura do Estado para se pensar um novo cenário cultural onde os museus possuem importância, dessa maneira que a forte mobilização dos agentes do campo museal conduzidas pelas articulações do Departamento de Museus (DEMU/IPHAN) encontrou espaço de diálogo e apresentação de propostas qualificadas para o campo.

Fruto de um processo mobilizatório conduzido pelo DEMU, o texto da PNM se consolidou de forma democrática tendo seu lançamento em 18 de maio de 2003 no Museu Histórico Nacional. No documento, destaca-se logo após os objetivos da Política, a necessidade da construção de uma rede de parcerias para que se dê continuidade ao projeto iniciado no momento de articulação da PNM:

A elaboração e a implementação da Política Nacional de Museus, a ser coordenada pelo Ministério da Cultura, deverá contar com a participação de órgãos do governo federal, estadual, municipal e do setor privado, ligados à cultura, à pesquisa e ao fomento, bem como entidades da sociedade civil organizada. A meta é a constituição de uma ampla e diversificada rede de parcerias que, somando esforços, contribuam para a valorização, a preservação e o gerenciamento do nosso patrimônio cultural, de modo a torná-lo cada vez mais representativo da diversidade étnica e cultural do Brasil (BRASIL, 2003, p.9).

Segue-se então o estabelecimento dos princípios orientadores e os eixos programáticos de ação da Política Nacional de Museus: 1. Gestão e Configuração do campo museológico; 2.

Democratização e acesso aos bens culturais; 3. Formação e capacitação de recursos humanos; 4. Informatização de museus; 5. Modernização de infraestruturas museológicas; 6. Financiamento e fomento para museus; 7. Aquisição e gerenciamento de acervos culturais (PNM, 2003).

Segundo o Relatório de Gestão da Política Nacional de Museus 2003/2010 (2010) a construção da PNM se deu por meio de quatro passos metodológicos: I. a elaboração de um documento base que passou por discussão e construção por uma ampla base de profissionais, colaboradores, universidades e demais organizações museológicas e que teve como base a Carta do Rio Grande e o documento “Imaginação museal a serviço da cultura”, II. apresentação do documento para debate em reuniões ampliadas em Brasília e o Rio de Janeiro entre 23 e 27 de março de 2003; III. ampla disseminação do documento base e IV. sintetização das diferentes sugestões por uma equipe mista constituída por representantes do poder público e da sociedade civil para apresentação de uma nova versão que seria novamente apresentada, debatida e posteriormente aprovada.

O texto foi fruto de uma construção democrática e que buscou ampla participação, assim como a sua implementação que visou a disseminação por todo o território nacional:

Ainda que a Política Nacional de Museus tenha sido lançada como um documento, avaliado e amparado pelo Estado republicano, o segredo do seu funcionamento está no seu caráter de movimento social, de ação que extrapola as molduras políticas convencionais (Política Nacional de Museus, 2010, p.26).

A consolidação da PNM possibilitou a criação de instrumentos de fomento e financiamento que foram fundamentais para a sua aplicação. Esses instrumentos possibilitaram a democratização e diversificação de projetos financiados contavam com uma seleção pública, o programa de financiamento Museu, Memória e Cidadania, por exemplo, deixou de ser restrito aos museus federais e passou a abranger todos os museus brasileiros em 2004. Via Fundo Nacional de Cultura foram criadas outras políticas de financiamento e fomento possibilitando consolidação de editais: Modernização de Museus, Mais Museus, Adoção de Entidades Culturais, Preservação de Acervos e Apoio à Cultura- Patrimônio (Política Nacional de Museus, 2010).

Buscando ainda operacionalizar a PNM superando seus pontos críticos o DEMU/IPHAN estabeleceu um modelo de gestão a partir de três instrumentos de operação sendo eles: Instrumentos institucionais, Instrumentos de fomento e Instrumentos de

democratização. Aqui cabe destaque aos Instrumentos institucionais que incluem a criação do Sistema Brasileiro de Museus, do Observatório de Museus e Centros Culturais, do Cadastro Nacional de Museus, do Instituto Brasileiro de Museus e do Estatuto de Museus; e dos Instrumentos de democratização que pauta a aglutinação de colaboradores nacionais e internacionais, especificamente por meio do Sistema Brasileiro de Museus além das redes temáticas e do Fórum Nacional de Museus.

Dentre esses instrumentos, o Estatuto de Museus constitui um dos mais importantes desdobramentos da PNM por se tratar de um ordenamento jurídico que formaliza, regulamenta e normatiza os conceitos apresentados na Política Nacional de Museus, reforçando o reconhecimento do Estado acerca dos museus e sua importância. O desenvolvimento do Estatuto de Museus se deu por meio do Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus, que devido a inexistência do Ibram na época, estava sob responsabilidade do DEMU/ IPHAN.

Foram promovidas reuniões de trabalho que colhiam, debatiam e sistematizavam sugestões enviadas pelo setor museológico para a constituição de um documento em formato de lei para ser levado para aprovação no Congresso Nacional. As reuniões do Comitê Gestor do SBM visavam “[...]a elaboração de um documento que abrangesse a pluralidade do campo museológico brasileiro, tendo como paradigma a inclusão social e não apenas a regulamentação das atividades do setor, o que em si mesmo representaria um avanço.” (MONTEIRO, 2016, p. 166). A aprovação do Estatuto de Museus representa uma mudança de paradigma em que o Brasil passa a ter uma lei que apresenta uma definição ampliada de museus que estabelece princípios pautados na diversidade como norteadores dos museus brasileiros.

Considerando os eixos programáticos da PNM, observamos a compreensão da importância da informação para a consolidação da política, especialmente se considerarmos as propostas de articulação e consolidação de redes e sistemas de museus. Algumas medidas podem ser consideradas componentes de uma política de informação à medida que visam gerir a informação no contexto museal a partir de uma concepção política que direciona esse fluxo para a consolidação de um objetivo:

Quadro 7- Políticas de informação nos eixos programáticos da PNM

| | |
|--|---|
| <p>1. Gestão e Configuração do Campo Museológico</p> | <p>1.1. Implementação do Sistema Nacional de Museus e incentivo à criação de sistemas estaduais e municipais de museus e outras instituições de memória 1.2. Criação do Cadastro Nacional de Museus, visando à produção de conhecimentos sobre a realidade museológica do País.</p> |
| <p>2. Democratização e Acesso aos Bens Culturais</p> | <p>2.1. Apoio a criação de redes de informação entre museus brasileiros e entre os profissionais desses museus, a fim de facilitar a pesquisa, o desenvolvimento profissional e democratizar o acesso ao conhecimento produzido. 2.2. Estímulo e apoio ao desenvolvimento de processos e metodologias de gestão participativa nos museus, a começar pela própria agenda de temas expositivos. 2.3. Criação de mecanismos que favoreçam a documentação, organização, conservação, restauração, informatização e disponibilização dos acervos museológicos. 2.6. Apoio à publicação da produção intelectual e científica e à difusão da produção editorial específica dos museus e da Museologia.</p> |
| <p>3. Formação e Capacitação de Recursos Humanos</p> | <p>3.2. Inclusão nos currículos escolares de ensino fundamental e médio de conteúdos e disciplinas que tratem do uso educacional dos museus e dos patrimônios culturais. 3.3. Criação de políticas de formação em educação museal e patrimonial, reconhecendo que estas expressões configuram campos de atuação e não metodologias específicas. 3.6. Apoio a realização de encontros, seminários, congressos e outros fóruns de discussão para divulgação da produção de conhecimento da área dos museus, da memória social, do patrimônio cultural e da Museologia.</p> |
| <p>4. Informatização de Museus</p> | <p>4.2. Apoio aos processos de desenvolvimento de sistemas informatizados de documentação e gestão de acervos. 4.3. Estímulo e apoio a projetos que visam a disponibilizar informações sobre acervos, pesquisas e programações dos museus em mídias eletrônicas.</p> |
| <p>5. Modernização de Infra- Estruturas Museológicas</p> | <p>5.3. Estímulo a projetos de pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias no campo da conservação, documentação e exposição.</p> |
| <p>6. Financiamento e Fomento para Museus</p> | <p>6.3. Criação de políticas de fomento e difusão da produção intelectual e científica dos museus nacionais, estaduais e municipais.</p> |

| | |
|---|--|
| 7. Aquisição e Gerenciamento de Acervos Culturais | 7.1. Criação de um programa de políticas integradas de permuta, aquisição, documentação, pesquisa, preservação, conservação, restauração e difusão de acervos nos níveis municipal, estadual e nacional e de acervos de comunidades indígenas, afrodescendentes e das diversas etnias constitutivas da sociedade brasileira. |
|---|--|

Fonte: Elaborado pela autora

Nessa perspectiva, entendemos que a Política Nacional de Museus é constituída e constituinte de um regime de informação, que compõe políticas de informação por meio de ações de informação que agenciam uma cadeia de relações entre diferentes atores sociais que se encontram em diversos espaços, desde as esferas governamentais à sociedade civil.

2.3 O Sistema Brasileiro de Museus e a informação em rede

O Sistema Brasileiro de Museus surgiu em 2004 por meio do Decreto n. 5.264, de 5 de novembro de 2004 e faz parte de um sistema maior, o Sistema Nacional de Cultura. Em um primeiro momento, o órgão esteve submetido ao DEMU/IPHAN, mas passou para a coordenação do IBRAM quando este foi criado, em 2009 e passa a ser regido pelo Estatuto de Museus, que o fortalece. Na ocasião da elaboração da proposta do Decreto de criação do Sistema o envolvimento da comunidade museológica foi uma das principais preocupações, tendo em vista que a participação e mobilização dos museus em torno do SBM é uma de suas premissas básicas para funcionar

Sendo um dos primeiros desdobramentos da PNM (pautado no eixo programático 1), a consolidação do SBM contribuiu para gerar a interlocução entre as organizações do setor museal, promovendo a atuação de rede para a consolidação das ações da Política Nacional de Museus e também para organização e gestão dos museus. Visando garantir a capilaridade necessária para a consolidação da PNM em todo território nacional foram realizadas ações de difusão como o estímulo e criação de sistemas estaduais de museus, a realização dos fóruns nacionais e a Semana Nacional de Museus, além de ter sido essencial para o processo de formulação e aprovação do Estatuto de Museus. Dessa forma, caminha para o cumprimento da sua finalidade de promover:

- I – a interação entre os museus, instituições afins e profissionais ligados ao setor, visando ao constante aperfeiçoamento da utilização de recursos materiais e culturais;
- II – a valorização, registro e disseminação de conhecimentos específicos no campo museológico;
- III – a gestão integrada e o desenvolvimento das instituições, acervos e processos museológicos;
- IV – o desenvolvimento das ações voltadas para as áreas de aquisição de bens, capacitação de recursos humanos, documentação, pesquisa, conservação, restauração, comunicação e difusão entre os órgãos e entidades públicas, entidades privadas e unidades museológicas que integrem o Sistema;
- V – a promoção da qualidade do desempenho dos museus por meio da implementação de procedimentos de avaliação. (BRASIL, 2009, art. 58)

O Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus é composto por representantes de órgãos e entidades com representatividade na área da Museologia nacional. De acordo com o site do IBRAM⁵⁰ a composição do Comitê Gestor está em processo de designação devido alteração de vínculo do IBRAM com a administração pública federal em 2019, entretanto é importante evidenciar que o último Comitê Gestor designado⁵¹ era composto pelas seguintes representações: Ministério da Cultura, Ministério da Educação, Ministério da Defesa, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Ministério do Turismo, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Ministério do Meio Ambiente, Instituto Brasileiro de Museus, Fundação Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional, Sistema Estadual de Museus, Sistema Municipal de Museus, Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus - ICOM, Conselho Federal de Museologia - COFEM, Associação Brasileira de Museologia, Conselho Federal de Biblioteconomia, Associação Brasileira de Conservadores-Restauradores de Bens Culturais, Federação de Amigos de Museus do Brasil, Associação Brasileira de Antropologia, Entidades Representantes dos Museus Privados, de âmbito Nacional, Entidades Representantes dos Ecomuseus e Museus Comunitários, de âmbito Nacional, Instituições universitárias relacionadas à área de Museologia

Manter a diversidade de representações no Comitê Gestor viabiliza a atuação democrática e abrangente do SBM pois à medida que o Sistema Brasileiro de Museus se conforma como uma ferramenta de gestão do campo museológico, cumpre um papel significativo no fluxo informacional das políticas públicas do campo museal a partir de suas

⁵⁰Disponível

em:

<<https://www.gov.br/museus/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/sistema-brasileiro-de-museus>> Acesso em: 15 de out. de 2022.

⁵¹ Portaria nº 105, de 8 de novembro 2018.

ações. Dentre os objetivos do SBM podemos destacar as seguintes medidas direcionadas à articulação de redes e sistemas e do fluxo de informação entre elas:

I– promover a articulação entre as instituições museológicas, respeitando sua autonomia jurídico-administrativa, cultural e técnico-científica; [...] III– divulgar padrões e procedimentos técnicocientíficos que orientem as atividades desenvolvidas nas instituições museológicas; [...] V – estimular a participação e o interesse dos diversos segmentos da sociedade no setor museológico; VI – estimular o desenvolvimento de programas, projetos e atividades educativas e culturais nas instituições museológicas; VII – incentivar e promover a criação e a articulação de redes e sistemas estaduais, municipais e internacionais de museus, bem como seu intercâmbio e integração ao Sistema Brasileiro de Museus; VIII – contribuir para a implementação, manutenção e atualização de um Cadastro Nacional de Museus; [...] XII – estimular práticas voltadas para permuta, aquisição, documentação, investigação, preservação, conservação, restauração e difusão de acervos museológicos (BRASIL, 2009).

Para aderir ao SBM, instituições devem ser reconhecidas por meio de solicitação de adesão e apresentação de documentação que será analisada. Além disso, é preciso que a instituição execute um trabalho permanente com o patrimônio, realize exposições ao público e disponibilize seu acervo, desenvolvam projetos de educação e inclusão social por meio do patrimônio e desenvolva a comunicação e a preservação de acervos e testemunhos culturais. Ainda de acordo com o Relatório de Gestão de Gestão 2003-2010, de 2004 a 2010, foram reconhecidas pelo Sistema Brasileiro de Museus, 153 instituições em todo país sendo a maioria (34%) localizada na região Sudeste, seguida da região Sul (28%), depois Nordeste (24%), Centro-Oeste (11%) e Norte (3%).

Ainda segundo este documento, em 2010 existiam sistemas ou redes de museus consolidados no Ceará, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. Também sistemas municipais nas cidades de Ouro Preto e Pelotas e os sistemas estaduais da Bahia, Maranhão, Piauí e Tocantins estavam em fase de implementação (Política Nacional de Museus- Relatório de Gestão 2003-2010).

2.4 Redes e Sistemas de museus no Brasil

Conforme foi observado na trajetória de consolidação das políticas públicas para museus, a criação dos sistemas e redes de museus estaduais, municipais e distrital foram formas de promover a otimização dos recursos de administração e gestão de museus. Alguns

destes sistemas de museus se consolidaram antes mesmo da criação do Sistema Nacional de Museus (1986) e do Sistema Brasileiro de Museus (2004), outros, no entanto, se consolidaram a partir do incentivo estabelecido por meio das iniciativas em âmbito nacional. De acordo com as informações do site do Instituto Brasileiro de Museus e dos trabalhos encontrados na pesquisa bibliográfica, existem os seguintes sistemas de museus no Brasil hoje:

Quadro 8- Sistemas estaduais, municipais e distrital de museus no Brasil

| SISTEMA DE MUSEUS | CRIAÇÃO |
|---|--|
| Sistema Estadual de Museus de São Paulo (SISEM-SP) | Decreto nº 24.634 de 1986 |
| Sistema Estadual de Museus do Goiás | Decreto nº 3.202, de 23 de junho de 1989 |
| Sistema Estadual de Museus do Paraná (SEM- PR) | Lei nº 9.375 de 24 de setembro de 1990 |
| Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul (SEM- RS) | Decreto nº33.791, de 21 de janeiro de 1991 |
| Sistema Integrado de Museus do Pará (SIM- PA) | Lei nº 6.104, de 14 de janeiro de 1998 |
| Sistema Estadual de Museus do Ceará (SEM/CE) | Lei nº 13.602, de 28 de maio de 2005 |
| Sistema Municipal de Museus de Pelotas | Decreto nº 4.895, de 15 de setembro de 2006 |
| Sistema Municipal de Museus de Ouro Preto | Lei nº 305 de 07 de dezembro de 2006 |
| Sistema Municipal de Museus de Santa Maria | Lei nº 5.136 de 22 de dezembro de 2008 |
| Sistema Alagoano de Museus (SAM) | Decreto nº 4.092, de 29 de dezembro de 2008 |
| Sistema Estadual de Museus do Mato Grosso do Sul (SIEM- MS) | Decreto nº 12.687, de 30 de dezembro de 2008 |
| Sistema Estadual de Museus de Minas Gerais (SEM-MG) | Decreto nº 45.236 de 4 de dezembro de 2009 |
| Sistema Estadual de Museus do Rio de Janeiro (SIM-RJ) | Decreto nº42.306 de 2010 |
| Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina (SEM- | Decreto nº 599 de 18 de outubro de 2011 |

| | |
|--|--|
| SC) | |
| Sistema Municipal de Museus de Joinville | Decreto nº 19.798 de 2012 |
| Sistema de Museus do Distrito Federal (SIM/DF) | Decreto nº 33.957 de 23 de outubro de 2012 |
| Sistema Maranhense de Museus (SIMM) | Lei nº 11.120 DE 07 de Outubro de 2019 |

Fonte: Elaborado pela autora.

O Sistema Estadual de Museus de São Paulo (SISEM-SP) foi um dos primeiros sistemas estaduais de museus do Brasil e inspirou a criação de outros sistemas estaduais. A gênese do SISEM/SP está na Rede de Museus Históricos Pedagógicos, que surgiu como consequência da criação de Museus Históricos Pedagógicos em diversos municípios do estado de São Paulo em 1956 e em 1973 já existiam 79 museus resultantes dessa iniciativa.

Diante da demanda dos gestores dos Museus Históricos Pedagógicos no interior do estado, que se queixavam das condições precárias desses aparelhos, em 1981 foi criada por iniciativa da Secretaria de Cultura (SEC- SP) a Comissão de Dinamização de Museus que mapeou a situação de funcionamento dos museus de São Paulo por meio de visitas a museus, principalmente no interior do estado, buscando um diagnóstico detalhado da situação. No documento denominado “Os museus da Rede Estadual”, o parecer da Comissão recomendava a municipalização de boa parte dos museus e a criação de um Sistema de Museus de São Paulo visando dar assistência técnica para o processo (MIZUKAMI, 2014).

O Sistema foi institucionalizado em 1986 por meio do Decreto nº 24.634, denominado Sistema de Museus de São Paulo (SEM- SP) até 2011, quando foi publicado o Decreto n.º 57.035, de 2 de junho de 2011, que mudou o nome para Sistema Estadual de Museu (SISEM-SP). adequou o sistema às normativas do Estatuto de Museus e realizou projeções para o futuro, marcando um novo momento no funcionamento do sistema.

Atualmente é coordenado pela Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico da Secretaria de Cultura e Economia Criativa de São Paulo (UPPM/SEC). De acordo com informações de seu site, o SISEM-SP também conta a operacionalização de suas ações feita pela equipe de apoio técnico da Associação Cultural de Apoio ao Museu Casa de Portinari (ACAM Portinari), uma Organização Social de Cultura, que além de dar apoio ao SISEM-SEP administra quatro equipamentos culturais pertencentes ao Governo do Estado de São Paulo.

O SISEM- SP possui um Conselho de Orientação do Sistema Estadual de Museus (COSISEM) e um Grupo de Técnico de Coordenação (GTC SISEM-SP). O COSISEM se reúne bimestralmente, tem o papel de instância consultiva do GTC SISEM-SP e tem seus representantes eleitos de forma direta na ocasião do Encontro Paulista de Museus. Apesar de ter sido estabelecido no ato de criação do Sistema, só foi efetivamente instituído em 2012 e atualmente é composto por 13 representações.

Buscando atingir capilaridade e articulação em todo o território do estado, o SISEM-SP possui um Grupo de Trabalho composto por representantes regionais eleitos diretamente, por meio da eleição do COSISEM, que atuam em parceria com o GTC SISEM-SP. Este Grupo de Trabalho é composto por 24 Representações Regionais⁵² e suas representantes, 35 titularidades e 35 suplentes. O trabalho do SISEM-SEP é orientado por cinco linhas de ação, são elas:

- Articulação: Encontro Paulista de Museus, Encontros Regionais de Museus, Representações Regionais;
- Apoio Técnico: Assessoria Técnica, Plano Museológico, Visita Técnica;
- Comunicação: Exposições Itinerantes, Publicações técnicas;
- Formação: Cursos, Estágios Técnicos, Oficinas, Palestras;
- Fomento: Editais do Programa de Ação Cultural (ProAC), Convênios, Emendas parlamentares.

Visando obter informações sobre as condições técnicas dos museus com finalidade de realizar um diagnóstico da situação museológica para a realização de políticas públicas, o Cadastro Estadual de Museus de São Paulo (CEM-SP) realizou um processo de diagnóstico dos museus que deu origem a uma base de dados a partir do resultado que mapeou 415 instituições museológicas públicas e privadas em 190 municípios de São Paulo além de uma lista de 48 acervos e projetos em implantação em 44 municípios (MIZUKAMI, 2014, p. 92).

Para aderir ao Cadastro a instituição deve preencher um formulário por meio de endereço eletrônico do Sistema de Gerenciamento de Dados do CEM-SP e passar por um processo de avaliação tendo o cadastro deferido ou indeferido. As instituições que têm o cadastro deferido avançam para o preenchimento do Instrumento de Qualificação Cadastral em Níveis (IQC Níveis) que por meio do envio da documentação necessária por parte da

⁵² Disponível em: <<https://www.sisemsp.org.br/representantes-regionais/>> Acesso em: 15 de out. de 2022.

instituição e de visitas técnicas realizadas pelo SISEM-SP qualificam a instituição em três níveis: Nível 1, Nível 2 e Nível 3.

Com um mapeamento em andamento, o SISEM-SP informou por meio do seu site que até setembro de 2022: 292 instituições museológicas inscritas estavam aptas para iniciar o processo de cadastramento, 343 cadastros foram iniciados na Plataforma do CEM-SP, 162 estavam em processos em fase de análises e 116 processos cadastrais estavam concluídos.⁵³

O primeiro Encontro Paulista de Museus (EPM) aconteceu em 2009 com objetivo de reunir os museus do estado promovendo articulação e intercâmbio entre eles, mas também professores, estudantes, gestores e demais interessados na programação de atividades oferecidas. Em 2019 o Encontro passou a acontecer de forma itinerante sendo realizado em seis macrorregiões com o intuito de ampliar o alcance das discussões. Em 2020 e em 2021, em decorrência da pandemia de COVID- 19, o EPM experimentou um novo formato.

O EPM de 2022 aconteceu com atividades presenciais, no Museu do Ipiranga, virtuais e híbridas (presenciais com transmissão via internet). Visando discutir as transformações nos museus paulistas, o tema inspirado pelo marco de 50 anos da Mesa Redonda de Santiago do Chile foi: “Bem-viver, território, antirracismo, diversidade: com quantos termos se faz um museu?”.

Outra experiência pioneira pode ser visualizada no Rio Grande do Sul. O Sistema Estadual de Museus do Rio Grande Sul se constitui como uma das experiências mais relevantes no que diz respeito à articulação em rede e participação comunitária. Seu processo de concepção se deu em um momento de efervescência do debate museológico diante do cenário de redemocratização do país. Além da experiência já instituída do Sistema de Museus de São Paulo (1986) a consolidação do Sistema Nacional de Museus, e a partir dele o estímulo à criação de sistemas estaduais, levantaram a discussão sobre a necessidade de criação de um sistema de museus no estado.

No estado já se observava a articulação de uma rede de colaboração entre os profissionais de museu, que girava em torno da orientação programática dos museus sobre a necessidade de formação museológica. Esse movimento percebeu a necessidade de aproximação da administração pública para realizar a consolidação de uma política pública que caminhasse com a iniciativa nacional (MONTEIRO, 2016).

⁵³Disponível em: <https://www.sisemsp.org.br/sisem-sp-mapeia-museus-do-estado-para-desenvolver-politicas-publicas-em-beneficio-do-setor/> Acesso em: 15 de out. de 2022.

Não havendo secretaria de cultura naquele momento os museus eram articulados por meio da Coordenadoria Estadual de Museus do Conselho de Desenvolvimento Cultural (CODEC) do governo do estado. A Secretaria de Cultura do Rio Grande do Sul só foi criada em 1990, um ano antes da institucionalização do SEM/RS. Em decorrência da regulamentação da profissão de museólogo em 1984 e a autorização da criação do Conselho Federal de Museologia (COFEM) e dos Conselhos Regionais de Museologia (COREM) gerou a necessidade de criação da Associação Rio-Grandense de Museologia, tendo em vista que o estado não possuía graduação em museologia (MONTEIRO, 2016).

Dessa maneira elementos externos como o SEM/SP e o Sistema Nacional de Museus foram somados a um cenário de mobilização que culminou na consolidação do Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul por meio do Decreto nº 33.791, de 22 de janeiro de 1991, Sistema Estadual e que posteriormente foi incluído na Constituição do Estado, no artigo 224.

O SEM/ RS é composto por um coordenador geral, nomeado pelo Secretário da Cultura e por sete coordenadores regionais, correspondente a cada região museológica, e eleitos diretamente em sua região. Atualmente, as Regiões Museológicas encontram-se divididas da seguinte forma: 1ª Região: sede Canoas; 2ª Região: sede Bento Gonçalves; 3ª Região: sede Carazinho; 4ª Região: sede Panambi; 5ª Região: sede Santa Maria; 6ª Região: sede Dom Pedrito; 7ª Região: sede Rio Grande. Atualmente o SEM/ RS é coordenado por Carine Silva Duarte que servidora pública estadual, exerce suas funções há vinte anos no Sistema Estadual de Museus.⁵⁴

Algumas finalidades do SEM/ RS são: Promover articulação entre os museus do estado, realizar e acompanhar programa de desenvolvimento museológico, prestar assistência técnica aos museus participantes, propor formas de captação de recursos provenientes do Estado, promover capacitação de recursos humanos e promover e divulgar padrões e procedimentos técnicos que sirvam de orientação aos responsáveis pelos museus entre outras (Decreto nº 33.791, de 22 de janeiro de 1991).

Podem participar do Sistema tanto os museus públicos quanto os privados que devem manifestar adesão por meio de formulário de cadastro que pode ser encontrado no site do SEM/RS. O formulário deve ser preenchido e encaminhado ao sistema com a documentação necessária. Atualmente o SEM/RS possui 388 museus cadastrados entre as 7 regiões museológicas: 1ª Região: 104, 2ª Região: 84, 3ª Região: 40, 4ª Região: 45, 5ª Região: 49, 6ª

⁵⁴ Disponível em: < <https://cultura.rs.gov.br/sistema-estadual-de-museus> > Acesso em: 15 de out. de 2022.

Região: 25, 7ª Região: 41. A partir do Cadastro de Museus, o Sistema disponibiliza em seu site um mapa com a localização das instituições cadastradas que podem ser consultadas.⁵⁵

Buscando cumprir com a finalidade relativa à capacitação, o SEM/RS promove cursos voltados para capacitação técnica e participação em congressos. Por meio de boletim eletrônico divulga as atividades desenvolvidas e que possam ser de interesse dos profissionais dos museus entre as regiões museológicas.

Os Fóruns Estaduais de Museus são importantes espaços deliberativos onde são definidas as diretrizes que vão pautar as atividades do SEM/RS em cada período, além de serem espaços de promoção de capacitação de debates, trocas de experiências entre museus.

O I Fórum Estadual de Museus do Rio Grande do Sul (1986) aconteceu no Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul localizado no município de Taquara. Como ainda não existia uma Secretaria de Cultura do estado, foi realizado pela Coordenadoria Estadual de Museus do Conselho de Desenvolvimento Cultural. Neste fórum aconteceram as discussões sobre a criação de um sistema estadual de museus tendo em vista a participação do estado do Rio Grande do Sul no Sistema Nacional de Museus.

O 8º Fórum Estadual de Museus (2002), realizado na Cidade de Rio Grande teve como tema "Museus e Globalização" e além de comemorar 30 anos da Mesa Redonda de Santiago do Chile trouxe importantes reflexões sobre o papel dos museus e da Museologia no contexto de globalização que resultou na já mencionada Carta do Rio Grande, um dos documentos base para a Política Nacional de Museus (MONTEIRO, 2016, p.71).

O SEM/RS já realizou 14 fóruns estaduais, sendo que o 13º foi realizado em 2013 e o 14º de 24 a 27 de maio de 2022. O 14ª Fórum Estadual de Museus do Rio Grande do Sul foi sediado pela Universidade Federal de Pelotas e teve como tema "Políticas Públicas para Museus: os 20 anos da Carta de Rio Grande". A abertura contou com a realização da mesa redonda: "20 anos da Carta do Rio Grande" e teve como convidados José do Nascimento Junior representando a Casa de Oswaldo Cruz/ Fiocruz, Simone Flores Monteiro representando o Museu de Ciência e Tecnologia da PUCRS e Noris Leal representando o curso de Museologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

Nesse contexto, as atividades do Fórum incluíram mesas redondas, apresentação de comunicações, reuniões de grupos de trabalhos voltado para a discussão de políticas

⁵⁵ Disponível em:

<https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?mid=1Ttl2-P4LleCWDa7roTjRBdyI2iYUtV5n&ll=-30.09813032830222%2C-53.49641893902297&z=7> Acesso em: 15 de Out. de 2022.

museológicas, apresentações musicais e confraternização. Nessa ocasião foi lançada a 4ª Edição do Guia Estadual de Museus e realizada a Assembleia Geral do SEM/RS com apresentação dos resultados dos Grupos de Trabalho. As atividades foram realizadas de forma híbrida, de maneira que as atividades presenciais foram transmitidas pela internet na plataforma de vídeo YouTube e se encontram disponíveis para serem assistidas a qualquer momento no canal da UFPel na mesma plataforma.

Também é digno de referência o Sistema Integrado de Museus do Pará (SIM-PA), que surgiu de um movimento de ampliação de espaços museológicos realizado a partir de um projeto de requalificação urbana denominado Feliz Lusitânia. O projeto reestruturou construções históricas que foram transformadas em espaços museológicos, por consequência desse aumento no número de aparelhos culturais a Secretaria de Cultura passou por uma revisão na própria estrutura de funcionamento. A expansão museológica resultante do referido projeto de expansão e a experiência de organização sistêmica do estado de São Paulo influenciaram a criação do SIM-PA, que foi formalizado pela Lei n.º 6.104, de 14 de janeiro de 1998 (MIZUKAMI, 2014).

A estrutura do SIM-PA foi composta por um organograma formado por diretorias que correspondem a unidades museológicas e coordenadorias técnicas referentes às principais atividades museológicas. As direções e coordenações foram dispostas de maneira que as atividades se cruzassem, ou seja, as ações realizadas pelas coordenadorias técnicas passam por todas as unidades museológicas possibilitando, em tese, uma ampla articulação entre as componentes dos sistemas (MIZUKAMI, 2014). Com o propósito de cumprir os objetivos estabelecidos na criação do SIM-PA, as atividades desenvolvidas foram pautadas em três programas museológicos: salvaguarda, comunicação e infraestrutura.

Ao invés de se buscar a estruturação de, por exemplo, uma coordenação de ação educativa para cada museu, é possível, em teoria, atingir aqui uma grande coerência na política de educação em museus visto que uma única coordenação poderá trabalhar com todas as unidades. E mesmo as especificidades tipológicas de cada museu permitiriam uma otimização na gestão de recursos, visto evitar sobreposições de ação que poderiam existir caso cada unidade atuasse isoladamente. Em relação ao programa museológico de salvaguarda, sua manifestação concreta aparece na concepção e implantação de reservas técnicas sistêmicas, onde acervos de distintos museus compartilham o mesmo espaço. (MIZUKAMI, 2014, p. 107)

Atualmente, denominado Sistema Integrado de Museus e Memoriais é responsável por coordenar as políticas museais do Estado em parceria com a direção de nove espaços

culturais: Museu de Arte Sacra, Museu do Círio, Museu do Forte, Museu da Imagem e do Som, Museu do Estado do Pará, Museu de Gemas, Memorial Amazônico da Navegação, Casa das Onze Janelas e Museu do Marajó Padre Giovanni Gallo. De forma concomitante, o Sistema está diretamente responsável pela administração de dois memoriais: Memorial Verônica Tembé e o Memorial do Porto e Arqueologia. O Sistema se divide em quatro coordenadorias que desenvolve atividades de forma transversal entre os espaços que estão sob sua responsabilidade, sendo elas: Coordenadoria de Preservação, Conservação e Restauração, Coordenação de Curadoria e Montagem, Coordenação de Documentação e Pesquisa e Coordenação de Educação e Extensão.

Uma das maiores dificuldades apontadas pelos gestores do sistema, consiste no desenvolvimento de uma cultura sistêmica no interior do SIM- PA, do entendimento das ações de forma integrada, buscando o funcionamento em rede para além da estrutura matricial, formalmente estabelecida. Além disso, as instituições culturais geridos por Organizações Sociais, ao contrário do estado de São Paulo, não agem de maneira integrada com o SIM- PA que encontra dificuldades para alcançar museus que estão fora do Sistema agregando novas instituições e ampliando suas conexões.

O Sistema Estadual de Museus no Rio de Janeiro (SIM-RJ) foi estabelecido em 2010, articulado por meio da Superintendência de Museus estabelecida na Secretaria de Estado de Cultura. O processo de criação, iniciado em 2008 teve como primeiro diagnóstico dados do Cadastro Nacional de Museus, publicado em março de 2008 e apontava a concentração de 222 unidades museais no Rio de Janeiro.

O processo de criação do SIM-RJ foi dividido em etapas com base nas orientações da coordenadora do SEM-RS e executado por meio de um grupo de trabalho sob coordenação da museóloga Luciene Figueiredo dos Santos e composto pelas seguintes instituições: Museu da República, Museu da Justiça, Museu de Arte Contemporânea - MAC de Niterói, Museu Militar, Museu Casa do Pontal, Conselho Regional de Museologia, Associação Brasileira de Museologia e Escola de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. (FIGUEIREDO DOS SANTOS, 2015, p. 45).

No decorrer de 2008 foram realizados três encontros do grupo de trabalho que resultaram na minuta do decreto de criação do Sistema. A minuta apresentada no I Fórum Estadual de Museus, em março de 2009, foi debatida a fim de receber sugestões, processo que resultou na formulação de um documento para nortear as ações do SIM-RJ. No documento

denominado *Diretrizes para Ações do SIM-RJ* foram estabelecidas 15 diretrizes, destacando as seguintes:

[...] 2 – Estimular a inserção dos Museus, Centros Culturais, Espaços Históricos e Reservas Naturais no Cadastro Nacional de Museus, contribuindo para a manutenção e atualização do banco de dados deste cadastro que será utilizado também pelo SIM-RJ; [...] 5 – Divulgar padrões e procedimentos técnico-científicos que sirvam de orientação às equipes responsáveis pelas instituições museológicas integrantes do sistema; [...] 10 – Estimular políticas de permuta, aquisição, documentação, investigação, preservação, conservação, restauração e difusão de acervos museológicos dos museus do Estado; 11 – Promover o intercâmbio com sistemas e redes municipais, estaduais e internacionais de museus, criando plataformas eletrônicas de discussão; [...] 15 – Criar um banco de competências institucionais e expertises para socialização de serviços e conhecimentos (FIGUEIREDO DOS SANTOS, 2015, p.45-46).

A partir da publicação do Decreto, o SIM-RJ passa a ter estabelecida uma Comissão Consultiva, para atuar junto a coordenação, composta por representantes do Conselho Regional de Museologia, da Associação Brasileira de Museologia, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, representantes e suplentes das oito regiões Político Administrativas do estado, sendo elas: Médio Paraíba, Costa Verde, Serrana, Noroeste Fluminense, Norte Fluminense, Baixadas Litorâneas, Centro-Sul, Fluminense e Metropolitana.

Em parceria com o IBRAM, o SIM-RJ realizou oficinas entre o período de 2009 a 2011 buscando suprir a demanda de capacitação profissional verificada nos museus do estado, foram realizadas oficinas de Gestão e Documentação de Acervos; Plano Museológico; Museus e Novas Tecnologias de Informação de Acervos, Conservação Preventiva de Documentos, Biblioteca dos Museus, entre outras.

Desde o estabelecimento do Sistema foram realizados mais quatro Fóruns Estaduais de Museus do Rio de Janeiro: II Fórum Estadual de Museus, de 31 de agosto a 1 de setembro de 2011, III Fórum Estadual de Museus em maio de 2014, IV Fórum Estadual de Museus em julho de 2018⁵⁶ e o V Fórum Estadual de Museus em junho de 2022⁵⁷.

Outra experiência digna de nota é o caso de Santa Catarina. O Sistema Estadual de Museus (SEM/SC) foi criado inicialmente como consequência do estímulo da implantação do

⁵⁶ Disponível em: <<http://www.museusdoestado.rj.gov.br/forum-estadual-de-museus/>> acesso em: 04 de Nov. de 2022.

⁵⁷Disponível em: <<https://www.facebook.com/sistemademuseusrj/posts/pfbid0wb9uPV98Afm8gYuzxuSV6gqCPyDaxj8piqMHxNMcyRLwm23kYuZs5wFfMEwGh8il>> acesso em: 04 de Nov. de 2022

SNM em 1986. A princípio, apesar de integrar o comitê de coordenação do SNM, o Sistema não era oficializado por meio de uma legislação formal, de maneira que funcionava vinculado a Unidade de Museus da Fundação Catarinense de Cultura no que diz respeito ao apoio para realização de suas atividades (RAFAEL, 2017).

Nesse momento o Sistema iniciou a tradição de forte promoção de atividade de capacitação tendo como uma de suas primeiras ações a realização da Oficina Básica de Museologia em parceria com o SPHAN, na cidade de Laguna. Em decorrência da realização dessa atividade foi recuperado o acervo do Museu Anita Garibaldi e o prédio foi restaurado pelo SPHAN. De acordo com Maurício Rafael (2017), nos primeiros quatro anos de atividade, o Sistema realizou mais de cinco oficinas básicas de Museologia, sendo essencial para a constituição do campo de museus em Santa Catarina.

Com a extinção do Ministério da Cultura em 1990, o SEM/ SC se restringiu a conclusão das atividades iniciadas no ano anterior e no estabelecimento de uma nova conjuntura, o fato de não ser formalizado dificultou sua atuação. Dessa forma, a sua oficialização se deu em 1991 por meio do Decreto nº 615, de 10 de setembro de 1991, que também cria o Museu Nacional do Mar, mas suas atividades foram descontinuadas no mesmo ano.

A implementação da PNM por meio do fortalecimento do Ministério da Cultura reacendeu a mobilização no estado em torno da constituição de uma Política Nacional de Museus e da reestruturação do SEM/SC. Sob a condução de Marli Fávero, funcionária da Secretaria de Estado da Educação, assim como a criação de outros sistemas estaduais de museus, foram estabelecidos grupos de trabalho para a redação da Política Estadual atualização do Decreto do SEM/SC. Da mesma forma, os textos foram apresentados e colocados para discussão durante o 1º Fórum Estadual de Museus em 2004, iniciando um período de debates que culmina na publicação em 2006, com o Decreto nº 4.163 de 21 de março de 2006, que estabelece o novo SEM/SC.

As atividades desse novo período também estão concentradas na capacitação de profissionais de museus, de maneira que foram realizadas 35 oficinas de capacitação em parceria com o DEMU/IPHAN em 2008 publicou a segunda edição do Guia de Museus de Santa Catarina (RAFAEL, 2017, p.76).

Em 2011 novamente o SEM/SC foi restabelecido por meio do Decreto no 599 de 18 de outubro de 2011 vigente até hoje. Essa revisão foi impulsionada principalmente para inserir atualizações decorrentes da criação do IBRAM e da publicação do Estatuto de Museus,

que traziam novas concepções e demandas para os museus brasileiros. Neste ano o Programa de Capacitação Museológica (PCM) é iniciado realizando diversas oficinas entre os anos de 2011 e 2014, quatro edições das oficinas sobre Plano Museológico, em parceria com o IBRAM, entre 2018 e 2022 e uma edição da oficina com o tema Educação e Museus em parceria com o Núcleo de Ação Educativa do Museu de Arte de Santa Catarina.⁵⁸

Além disso, a reestruturação dividiu a atuação do SEM/SC em sete regiões museológicas buscando conhecer as especificidades do território e promover a regionalização da atuação do Sistema, são elas: 1. Região Oeste; 2. Região Meio-Oeste; 3. Região da Serra; 4. Região Sul; 5. Região da Grande Florianópolis; 6. Região do Vale do Itajaí e 7. Região Norte. Essas regiões possuem cadeira de representação no Comitê Gestor juntamente com o Conselho Regional de Museologia e secretarias públicas estaduais.

O 3º Fórum de Museus de Santa Catarina realizado no município de Chapecó em 2011 marcou o início da construção do Plano Estadual Setorial de Museus (PESM). O texto base do Plano Estadual passou por formulações e reformulações a partir de propostas encaminhadas para debate no 3º Fórum de Museus de Santa Catarina, em XX, e finalmente aprovado na plenária final do 4º Fórum de Museus de Santa Catarina, realizado em Florianópolis, em 2013. Desde então, PESH pauta as atividades do Sistema de Museus de Santa Catarina.

Pretendendo ampliar o escopo de estudo sobre os sistemas de museus consolidados no Brasil, no capítulo a seguir apresentaremos de maneira mais aprofundada a trajetória do Sistema de Museus do Distrito Federal tendo em vista que este é pouco apresentado nos estudos sobre sistemas de museus e não citado nos sistemas de museus elencados no site do IBRAM.⁵⁹

⁵⁸ Disponível em: <<https://www.cultura.sc.gov.br/a-fcc/patrimoniocultural/sem/acoes-do-sem-sc>> acesso em: 4 de Novembro de 2022.

⁵⁹ Disponível em: <<https://antigo.museus.gov.br/sistemas-de-museus-no-brasil/>> acesso em: 30 de Out. de 2022.

3. SISTEMA DE MUSEUS DO DISTRITO FEDERAL: TRAJETÓRIA, AÇÕES DE INFORMAÇÃO E DESAFIOS

Observando a trajetória do Sistema de Museus do Distrito Federal é possível constatar um caminho de inconstâncias, constituída pela existência de momentos de consolidação, estruturação e momentos de hiato. Quando foi criado, em 1990, tem sua estrutura e abrangência diretamente condicionada à Secretaria de Cultura e um ato normativo que não evidencia de forma detalhada como se daria a atuação do Sistema. Neste momento, entendemos que a criação do Sistema foi um avanço no sentido de reconhecer uma movimentação nacional, a partir da criação do Sistema Nacional de Museus⁶⁰ e estímulo à criação de sistemas estaduais, e na conquista de espaço institucional para museus na pasta de cultura do governo distrital.

O Sistema de Museus passa por uma interrupção ocasionada por uma troca governamental em decorrência da posse do primeiro governador eleito do Distrito Federal um ano depois de sua criação. Além da constatação de sua existência por meio do Decreto de criação, não se tem registros sobre a atuação do Sistema de Museus do DF neste breve período. Tentando encontrar informações sobre este período no Arquivo Público do Distrito Federal, por meio da plataforma governamental de acesso à informação ParticipaDF, obtivemos a seguinte resposta:

O Guia de Fundos do Arquivo Público do Distrito Federal, Fundo Secretaria de Cultura, não aponta documentos com referências ao Sistema de Museus criado pelo Decreto nº 12.396, de 31 de março de 1990, já revogado.

O processo de recolhimento do Fundo da Secretaria de Estado de Cultura 0151-000060/2009, 119510673 também não aponta documentos com referências ao Sistema de Museus.

O Fundo da Fundação Cultural do Distrito Federal, embora dentro das datas-limite da solicitação, não aponta documentos com referências ao Sistema de Museus.

Encaminhamos os autos para a Diretoria de Pesquisa, Difusão e Acesso (DIPED) e Gerência de Atendimento ao Público (GEAP) para busca mais detalhada nos instrumentos de pesquisa existentes no Arquivo Público do Distrito Federal e não foram encontrados documentos nem processos relativos ao Sistema de Museus do Distrito Federal, ou documentos referentes ao Decreto nº 12.396, de 31 de maio de 1990. 119671514.

⁶⁰ O Sistema Nacional de Museus (SNM) foi criado em 1986 na Fundação Nacional PróMemória no contexto de criação do Ministério da Cultura. Sua consolidação foi evidenciada no segundo capítulo deste trabalho.

Diante da falta de registro sobre a criação do Sistema de Museus em 1990, tampouco de seu funcionamento, inicia-se em 2011 uma mobilização, estimulada pelo IBRAM em parceria com o então Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico (DEPHA) da Secretaria de Cultura em torno do que era entendido como a criação do Sistema de Museus do Distrito Federal. Ao longo do processo de regulamentação identificamos por meio da assessoria do governo do Distrito Federal que já existia um decreto de criação, que foi revogado com o restabelecimento do Sistema que culminou nesta mobilização.

Neste segundo momento, oficialmente iniciado com a publicação do Decreto 33.957 de 23 de outubro de 2012, o Sistema de Museus tem a atuação mais estruturada, em decorrência de um cenário de consolidação das políticas museais em âmbito nacional. Demonstrou uma boa capacidade de articulação dos museus se fazendo presente na construção de algumas atividades e dando início ao importante processo de mapear os museus do DF por meio de um cadastro de museus⁶¹. Após esse momento, novamente o Sistema de Museus interrompeu paulatinamente suas atividades durante o ano eleitoral de 2014. Três anos depois, o Sistema de Museus reaparece enquanto pauta a ser realizada a partir da Lei Orgânica de Cultura (LOC) aprovada em 2017.

Buscando compreender melhor o processo de criação, consolidação e inconstâncias que marcaram a trajetória do SIM/DF até aqui, apresentaremos neste capítulo o conjunto de informações obtidas acerca do que consideramos como os três momentos de (des) articulação e mobilização do campo museal em torno do Sistema de Museus do Distrito Federal e o delineamento de suas ações de informação.

3.1 Criação do Sistema de Museus do Distrito Federal - SM/ DF (1990)

O caminho de consolidação de um Sistema de Museus para o Distrito Federal está diretamente ligado ao estabelecimento de uma pasta para a cultura no domínio do governo do Distrito Federal, dessa forma será conveniente apresentar brevemente a trajetória de consolidação da pasta enquanto Secretaria de governo e o lugar ocupado pelos museus neste percurso.

⁶¹ O cadastro não chegou a ser finalizado tendo suas atividades limitadas a um pré cadastro disponível no arquivo do Sistema de Museus do Distrito Federal da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal.

Em 1964⁶² a cultura se apresenta no GDF por meio da criação da Secretaria de Educação e Cultura (SEC), mas, considerando as atribuições de seu regimento interno, a SEC possuía maior ênfase no desenvolvimento de atividades voltadas para a educação de maneira que as atividades culturais da Secretaria eram executadas por meio da Fundação Cultural do Distrito Federal (FCDF), que existia desde 1961, mas foi subordinada a SEC em 1966⁶³ (OLIVEIRA, 2016).

Nesse contexto, na alçada da SEC, foi criado o Departamento de Cultura que se ramificou em Divisão Cultural e Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico, que por sua vez era subdividida em Seção de Tombamento, Seção Projetos e Construções e Seção de Expediente⁶⁴. Dentre as competências da Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico estava a de “[...] promover atividades de museologia” (DISTRITO FEDERAL, 1975, p.9). Na seção de tombamento, por sua vez, foram elencadas algumas atividades que se relacionavam com as competências de atuação dos museus:

I- difundir recursos históricos e artísticos do Distrito Federal; III- catalogar o acervo do patrimônio histórico e artístico, público e de coleções particulares, do Distrito Federal; IV- conservar monumentos e obras de arte de valor histórico e artístico do Distrito Federal [...] VII- divulgar o acervo de bens históricos e artísticos do Distrito Federal (DISTRITO FEDERAL, 1975, p. 9).

O Departamento de Cultura deixou de existir em 1983 dando lugar ao Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA)⁶⁵ subdividido em Divisão de Pesquisa do Patrimônio e Divisão de Proteção do Patrimônio. Segundo Oliveira (2016) não existia no regimento do DePHA menção aos museus ou a Museologia, nem determinava cargo de museólogo, mas a autora faz a seguinte observação:

Em documento de 1984 ou 1985, afirma-se que o DePHA tinha como proposta a implantação do Arquivo Público do DF, a criação de uma Comissão Consultiva do Patrimônio Histórico e Artístico e como “meta mais distante” implantação de um Sistema de Proteção ao Patrimônio Cultural do Distrito Federal”, composto de quatro subsistemas: de Museus, de Arquivos, de Bibliotecas e de Patrimônio Histórico (OLIVEIRA, 2016, p.29).

⁶² Lei nº 4.545/64

⁶³ Decreto nº 481/66

⁶⁴ Decreto n.º 2.893/75

⁶⁵ Decreto nº 7.451/83

Em 1985 a SEC é desmembrada e a Secretaria de Cultura é criada⁶⁶, mas o DePHA continuou subordinado a Secretaria de Educação até ser levado para Secretaria de Cultura em 1988 (OLIVEIRA, 2016). Diante disso no ato de sua criação a Secretaria de Cultura possuía na sua estrutura a Coordenadoria do Programa de Museus com as seguintes atribuições:

- I – supervisionar as unidades integrantes do **sistema de museus do Distrito Federal**;
- II – Executar projetos de conservação e restauração;
- III – executar projetos de ação cultural e pedagógica;
- IV – produzir documentações audiovisuais;
- V – expor, permanentemente, o acervo museológico de maneira clara e didática;
- VI – exercer as funções de centro de informação, de documentação e de ação cultural e pedagógica;
- VII – acolher e integrar ao seu acervo eventuais doações ou aquisições;
- VIII – incentivar e estimular todo e qualquer tipo de intercâmbio e participação das comunidades abrangidas pelo seu raio de ação geográfico;
- IX – executar outras atividades que lhe forem atribuídas dentro de suas funções (DISTRITO FEDERAL, 1986, p. 8 e 9, grifo nosso).

Percebemos que a primeira atribuição elencada sugere a existência de um Sistema de Museus tendo em vista que determina a supervisão das unidades que o integrariam. Durante a realização desta pesquisa não identificamos nenhuma informação a respeito da existência, composição e funcionamento de um Sistema de Museus, nesse momento, na Coordenadoria do Programa de Museus, mas podemos afirmar que ele existia enquanto projeto a ser desenvolvido pela Secretaria.

Em reportagem sobre a criação de novas secretarias no âmbito do governo do DF, o jornal *Correio Braziliense* de 1986⁶⁷ destacou a experiência de Vera Pinheiro, nora de Israel Pinheiro (primeiro prefeito de Brasília) nomeada para assumir a Secretaria de Cultura. Em seu relato, Vera destaca que aceitou assumir a pasta “[...] atendendo a um apelo dramático de seu amigo José Aparecido” (MARQUES, 1986) o então governador de Brasília, tendo em vista que já estava preparada para ir para os Estados Unidos fazer um curso de aperfeiçoamento e diante disto, ficar em Brasília exercendo uma função que também é política, foi um corte muito doloroso sendo esta sensação amenizada quando descobriu que também poderia ser arte educadora.

⁶⁶ Decreto nº 9.798/86

⁶⁷ Disponível em: <

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_03&pesq=%22Sistema%20de%20Museus%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=80469> acesso em 20 de setembro de 2023.

Diante desta preocupação, a de educar através da arte, Vera explica que contou com o Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico, o DePHA, e com o Departamento do Intercâmbio e da Integração Cultural para promover uma ação cultural que se apoiaria em um tripé composto por três sistemas: o sistema de centros de ação cultural nas cidades-satélites, de bibliotecas e de museus. De acordo com a matéria, “o sistema de museus é outro projeto que Vera cultiva com um carinho todo especial. Ela faz questão de observar que vê os museus como uma coisa dinâmica, viva, através da qual as pessoas se questionam e aprendem” (MARQUES, 1986). Em seguida, desenvolve-se a ideia de criação do Museu de Ciência e Tecnologia, que seria localizado no Setor de Autarquias Norte e cita a instalação do Museu da Memória Candanga, como é chamado na matéria jornalística, onde funcionava o primeiro hospital de Brasília.

Em consequência das discontinuidades administrativas acarretadas pelas trocas de governo, a Secretaria passa por mais uma mudança institucional e é fundida à pasta de esporte e então, é criada a Secretaria de Cultura e Esporte (SCE) em 1989. Neste contexto institucional é instituído no ano seguinte o Sistema de Museus do Distrito Federal (SM/DF) formalizado por meio do Decreto nº 12.396, de 31 de maio de 1990. De acordo com o decreto de criação, o SM/DF é instituído com a finalidade de "integrar, orientar, implementar e implantar museus no Distrito Federal, quaisquer que sejam suas designações como unidades orgânicas." (DISTRITO FEDERAL, 1990). Além disso, estabelece considerações que justificam e direcionam a compreensão de museus adotada para a criação do sistema:

Considerando que o livre acesso à informação é um componente significativo na participação da comunidade no processo democrático; Considerando que o Museu é uma instituição que integra as ações e instrumentos de educação, informação, cultura e lazer, fatores essenciais para o desenvolvimento equilibrado e harmonioso da comunidade [...] (DISTRITO FEDERAL, 1990).

Observamos que apesar de não apresentar uma definição de museus e desconsiderar alguns processos museológicos mais comumente associados aos museus, como a documentação, a conservação e a preservação, a dimensão educacional dos museus é reconhecida e a dimensão informacional é enfatizada, tanto como ação no museu como no próprio sistema, enquanto ferramenta de democratização. Esta atenção pode ser percebida a partir dos objetivos do Sistema:

- I — democratizar o acesso à informação, à cultura e à educação;
- II — promover e apoiar a integração e o desenvolvimento entre os museus nos contextos sócio-culturais em que se inserem;
- III — promover e apoiar ações que visem à implementação de programas de assistência técnica, de formação e desenvolvimento de acervos e capacitação de recursos humanos para os museus integrantes do SM/DF;
- IV — estabelecer mecanismos de cooperação e intercâmbio com outros sistemas e museus, com vista ao fortalecimento do sistema como um todo;
- V -- estimular a realização de eventos educativo-culturais, visando a integração museu/comunidade;
- VI — promover a operacionalização de atividades de interesses comuns aos componentes do SM/DF;
- VII — favorecer a ação dos museus, para que funcionem como agentes culturais em favor da preservação da memória, difusão da informação e do incremento da produção cultural da comunidade;
- VIII — promover contatos dos museus com entidades nacionais ou internacionais capazes de contribuir para a viabilização de projetos específicos e para a realização dos objetivos das instituições filiadas ao Sistema (DISTRITO FEDERAL, 1990).

Em relação à estrutura organizativa e à gestão do Sistema, a supracitada Coordenadoria do Programa de Museus da Secretaria de Cultura e Esporte era responsável pela coordenação geral, enquadrada pelo decreto como “órgão central” ao qual o Sistema deveria responder. O Sistema era integrado pelos “[...] museus dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Distrito Federal. [...]” podendo também “[...] participar do SM/DF, mediante assinatura de convênio, museus e órgãos similares pertencentes aos municípios do entorno, as instituições privadas e o Governo Federal” (DISTRITO FEDERAL, 1990). Assessorado por um colegiado composto pelas unidades museológicas integrantes, o órgão central de coordenação tinha entre suas competências:

- I — estabelecer diretrizes e normas gerais do SM/DF, ouvidas as Unidades Museológicas, com vista à consolidação de uma política de Museus para o Distrito Federal; [...] III — coordenar as atividades inerentes ao SM/DF; IV — promover estudos e pesquisas relativas a área; V — estabelecer os planos e programas do SM/DF referentes às ações comuns; VI — propor os estudos e criação de novas Unidades Museológicas [...] (DISTRITO FEDERAL, 1990).

Em contrapartida as unidades museológicas possuíam as seguintes competências:

- I — manter o museu e seu acervo dentro dos padrões técnicos definidos pelo SNM -- Sistema Nacional de Museus; II — executar as atividades estabelecidas nos programas e projetos do SM/DF; III — sugerir linhas programáticas para implementação do SM/DF; IV — promover o aperfeiçoamento dos serviços já existentes no museu. (DISTRITO FEDERAL, 1990)

Também podemos voltar a atenção para a pretensão de se consolidar, por meio do Sistema, uma política de museus para o Distrito Federal. A menção ao Sistema Nacional de

Museus, que apesar de limitar-se aos padrões técnicos relacionados ao acervo, evidencia um possível movimento de alinhamento e cumprimento de uma demanda nacional, possivelmente desencadeada pela iniciativa de organização sistêmica ou em rede.

Observamos a partir do decreto que a abrangência do Sistema da época extrapola os domínios da Secretaria de Esporte e Cultura, uma vez que permitiam museus de órgãos da administração direta e indireta, entretanto não se evidencia como se daria a participação desses museus no colegiado de assessoramento do órgão central nem os detalhes sobre a possibilidade de adesão dos museus fora desse escopo de abrangência. Em contrapartida, é possível ter uma breve dimensão da quantidade de museus existentes na época, a partir de uma matéria do *Correio Braziliense* de 1990, composta por uma entrevista com a então coordenadora do Programa de Museus, Célia Corsino, que afirma:

Ao todo, são 15 museus espalhados pelo Distrito Federal, ao lado dos que preservam a história de Brasília, existem aqueles destinados a perpetuar momentos da economia (como o da Caixa Econômica Federal ou o do Banco Central), o da Imprensa e o que guardam documentos de fases importantes do Brasil, como o do Supremo Tribunal Federal. (MOSQUÉRA, 1990).

Na mesma reportagem, Célia Corsino discorre sobre a baixa visitação dos brasilienses aos museus e como isso prejudica a manutenção de acervo tendo em vista que os museus precisam de prestígio junto à comunidade para crescerem, implicando diretamente na obtenção de recursos e exemplifica com a falta de verba para a continuidade e inauguração do Museu Vivo da Memória Candanga. Expõe a preocupação dos administradores dos museus que apontam a necessidade de “plantar uma semente de interesse pela história de Brasília” e constata que um decreto de criação do Sistema de Museus seria assinado no mês seguinte (no caso, mês de abril, mas o decreto tem data de publicação em maio daquele ano) promovendo os meios para arcar com as demandas apresentadas:

O decreto facilitará na integração dos museus e, segundo Célia, “assim será mais fácil a execução dos projetos de melhoria e estímulo à procura por eles” [...] A integração dos museus tornará viável a luta por um orçamento único, o que pode representar melhores condições de sobrevivência para todos” (MOSQUÉRA, 1990).

Em agosto de 1990 é publicada uma portaria⁶⁸ determinando a integração de Sistemas de Museus, Arquivos e Bibliotecas. A Portaria indicava a nomeação da equipe de trabalho desses sistemas, que funcionava na dinâmica de uma ação conjunta entre o DePHA e Fundação Cultural. Entre as considerações estava “[...] a necessidade da integração dos Sistemas de Arquivo, Bibliotecas e Museus e do estabelecimento de uma rede de informação sobre os acervos arquivísticos, bibliográficos, museológico e arquitetônicos do Distrito Federal’ (DISTRITO FEDERAL, 1990, p.9) e estabeleceu um prazo de 60 dias para a conclusão dos trabalhos e apresentação de um relatório.

Neste ponto tudo indicava a concretização de um antigo desejo, mas toda a movimentação em torno da integração sistêmica entre museus, e ainda, em torno da rede de informação a partir da integração entre sistemas de museus, arquivos e bibliotecas foi suspensa no ano seguinte. Em 1991 Joaquim Roriz é eleito e revoga o regimento interno de todas as secretarias de governo, a partir daí, a SCE sofre três reorganizações em um intervalo de dois anos: Secretaria da Cultura, Esporte e Comunicação Social em 1992, Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo em 1993 e volta a ser Secretaria de Cultura e Esporte ainda em 1993. Mediante todas essas mudanças administrativas, não foi aprovado nenhum novo Regimento para a Secretaria, que só foi reorganizada em 1999 quando foi dividida em Secretaria de Cultura e Secretaria de Esportes e Valorização da Juventude (OLIVEIRA, 2016, p 32).

De acordo com a pesquisa realizada por Oliveira (2016), a partir dessa reorganização os museus estavam diretamente subordinados à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico sendo que a Coordenadoria do Programa de Museus, órgão central do Sistema de Museus (1990), foi extinta reaparecendo somente em 2011 como Divisão do Sistema de Museus.

Durante a realização da pesquisa, buscamos por registro sobre as atividades do SM/DF (1990) no arquivo da Secretaria de Cultura e no Arquivo Público do Distrito Federal, entretanto não foram encontrados registros das atividades realizadas por iniciativas do Sistema naquela época de maneira que é difícil saber com detalhes os resultados no campo dos museus.

⁶⁸ Portaria de 08 de agosto de 1990. Disponível em:
<http://www.tc.df.gov.br/sinj/BaixarArquivoDiario.aspx?id_file=0e3358bb-e443-357e-bc26-57e8e3401f02>
Acesso em 19 de setembro de 2023.

3.2 Reativação e (des) articulação do Sistema de Museus do Distrito Federal- SIM- DF (2012)

Temos como princípio de um momento de reorganização do Sistema de Museus do DF a iniciativa do DePHA que em 2005 convocou gestores de museus do DF para pensar uma política museal que contemplasse os anseios do grupo e as necessidades de cada instituição. Dessa reunião foram criados, com base nos sete eixos da PNM, quatro grupos de trabalho. As deliberações dos grupos de trabalho foram apresentadas no I Fórum de Museus do Distrito Federal, realizado de 16 a 18 de dezembro de 2005 em parceria com o DEMU/IPHAN, como podemos visualizarmos na reportagem⁶⁹ do *Correio Braziliense intitulado* “Uma rede para os museus”:

A sala Alberto Nepomuceno do Teatro Nacional vai se transformar, a partir de hoje, em templo de queixas, constatação de problemas e busca de soluções para estruturar os 43 museus do Distrito Federal. Profissionais da área e simpatizantes dos temas memória e patrimônio participam, até sexta-feira, do Fórum de Museus do Distrito Federal [...]

A reportagem indicava que o Fórum era o primeiro passo para a criação de um Sistema Distrital de Museus e evidenciava a fala de José do Nascimento Júnior, então diretor do DEMU afirmando que “[...] o DF vai ser o primeiro do Centro-Oeste a implantar o seu sistema de museus” (MACIEL, 2005).

O evento que teve a participação de 150 inscritos abordou temas como políticas para museus, planejamento estratégico, fomento e capacitação. De acordo com a historiadora Ilane Nogueira, que coordenou o evento enquanto assessora do DePHA, no DF havia apenas cinco profissionais formados na área de Museologia, além disso, a realização do Fórum tinha a intenção do DePHA mapear e conhecer quantidade de funcionários e acervos das instituições, traçando um perfil das instituições museológicas do DF. Destaca ainda que o evento contou com uma palestra de Simone Flores Monteiro, que coordenava o Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul, sobre a formação de um sistema de museus como uma rede de comunicação entre instituições e capacitação profissional (MACIEL, 2005).

⁶⁹ Disponível em: <
http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_05&pesq=%22Sistema%20de%20Museus%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=113595> Acesso em 28 de setembro de 2023.

Essa movimentação em torno da articulação dos museus do Distrito Federal foi apresentada na justificativa de um ofício⁷⁰ enviado pela Secretaria de Cultura, em dezembro de 2011, para o gabinete do então governador Agnelo Queiroz apresentando a necessidade de criação de um sistema de museus para o DF. De acordo com este ofício:

No Distrito Federal, essa discussão teve início em 15 de fevereiro de 2005, quando a extinta Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), convocou todos os gestores de museus e servidores que atuavam nessas instituições, abrindo canal para discussão e interação desses espaços, com o objetivo de se implantar, no âmbito do DF, uma política museal que contemplasse os anseios da classe, à altura da responsabilidade de cada instituição e, sobretudo, do patrimônio Histórico e artístico perante uma cidade- sede dos poderes da união, Capital da República e Patrimônio Cultural da Humanidade- Brasília.”

É importante observar que, neste momento, fala-se da criação, não de reorganização, de um Sistema omitindo a existência do Sistema de Museus do Distrito Federal criado em 1990 no âmbito da Secretaria de Cultura e Esporte (1989). Este ofício, que já apresentava um projeto de Lei para a criação do Sistema, evidenciava outros movimentos de articulação dos museus que vinham acontecendo, além do I Fórum de Museus do DF. Dentre eles, está a realização II Fórum de Museus do Distrito Federal, realizado em agosto de 2006, que teve uma expressiva votação favorável à proposta de um Projeto de Lei de criação de um Sistema de Museus do Distrito Federal (SOARES, 2019).

Das articulações e reivindicações dos referidos Fóruns de Museus, o DePHA em parceria com o DEMU e a Academia de Polícia Civil do Distrito Federal (APCDF) implementou o Programa de Capacitação em Museologia sendo oitenta por cento das vagas voltadas para profissionais que já desenvolviam atividades na área e vinte por cento para estudantes e profissionais de áreas afins. Neste período o Programa ofertou dez cursos dispostos da seguinte forma:

Quadro 9: Programa de Capacitação em Museologia- Cursos Ministrados em parceria com o DEMU/IPHAN.

| CURSO | PERÍODO | MINISTRANTE |
|--|---------------|----------------------------------|
| Ação educativa em museus | 16 a 20/05/05 | Magaly de Oliveira Cabral Santos |
| Treinamento de Equipes Administrativas e de Apoio para Atuação em museus | 26 a 28/04/06 | Telma Lasmar Gonçalves |

⁷⁰ Folhas nº 2 a 12 do processo 360.001433/2011. Arquivo da SECEC.

| | | |
|---|---------------|-----------------------------------|
| Plano Museológico: Implantação, Gestão e Organização dos Museus | 12 a 14/07/06 | Albino Barbosa de Oliveira Junior |
| Conservação de Acervos | 27 a 29/09/06 | Luiz Antônio Cruz Souza |
| Segurança em Museus | 25 a 27/07/07 | Eugenio Pacle Maia |
| Elaboração de projetos de fomento para a área Museológica | 23 a 25/10/07 | Vinícius Barcelos |
| Ação Educativa em Museus | 25 a 27/03/08 | Aluane de Sá da Silva |
| Gestão e Documentação de Acervos | 24 a 26/06/08 | Noris Mara Pacheco Martins Leal |
| Museus e Turismo | 22 a 24/04/09 | Telma Lasmar Gonçalves |
| Museu, Memória e Cidadania | 25 a 27/05/10 | Aline Montenegro Magalhães |

Fonte: Elaborada pela autora.⁷¹

Por fim, o documento enfatiza que o DePHA vinha prestando assessoria técnica para a gestão de museus federais e particulares do DF, mas que tais esforços não estavam sendo suficientes para suprir as demandas dos museus de modo que a implementação de um Sistema garantiria melhor assistência para essas instituições.

Em resposta ao pedido realizado pelo então Secretário de Estado de Cultura, Hamilton Pereira da Silva, o parecer da Coordenadoria de Assuntos Jurídicos da Secretaria de Estado de Governo recomendava que o ato normativo fosse editado como decreto, não havendo a necessidade de ser uma lei. Além disso, o parecer observa que este ato normativo não criaria um Sistema de Museus no DF, tendo em vista a existência de decreto anterior, Decreto 12.396, de 31 de maio de 1990. Neste caso, o novo decreto, que estava sendo proposto, não iria criar, mas dispor sobre o Sistema de Museus do DF prevendo a revogação do decreto de criação. Após as adaptações necessárias a minuta de decreto é despachada para a aprovação do governador, assinado e publicado no Diário Oficial no dia 24 de outubro de 2012.

3.2.1 Normatização e estruturação interna

A partir do processo de rearticulação o Decreto nº 33.957 de outubro de 2012 passa a reger o Sistema de Museus do Distrito Federal (SIM/DF), vinculado à Secretaria de Estado de Cultura, que deve garantir as condições para o funcionamento do Sistema. Nesta fase, o SIM/DF amplia seu espaço de integração podendo ser composto por museus e centros culturais sediados no DF e por universidades e faculdades com curso de Museologia, considerando:

⁷¹ Com base no processo 360.001433/2011 do arquivo da SECEC.

- I - Museus: instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento;
- II - Centros Culturais: entidades que facilitam a preservação, a continuação e a gerência de recursos patrimoniais tangíveis ou intangíveis, patrimônio vivo e atividades criativas digitais, podendo ser, também, espaços de memória (DISTRITO FEDERAL, 2012).

Observamos que o Decreto apresenta de maneira mais elaborada uma definição do que se considera Centros Culturais e a mesma definição de museus apresentada no Estatuto de Museus (2009). Os objetivos do Sistema também foram ampliados, demonstrando alinhamento com as orientações estimuladas a partir da Política Nacional de Museus e a regulamentação do campo museológico ao fazer apontamentos que consideram o Estatuto de Museus e o Cadastro Nacional de Museus:

- I - sistematizar e implementar políticas de integração e incentivo aos museus sediados no Distrito Federal, estabelecendo diretrizes democráticas e participativas entre essas instituições;
- II - estabelecer e divulgar padrões e procedimentos técnicos que sirvam de orientação aos dirigentes de museus;
- III - estabelecer e acompanhar programas de atividades, de acordo com as especificidades e o desenvolvimento da ação cultural de cada instituição museológica;
- IV - proporcionar o desenvolvimento de programas de capacitação de recursos humanos, visando ao aperfeiçoamento dos profissionais que atuam em instituições museológicas e nas que se enquadram na definição do inciso II do art. 2º deste Decreto;
- V - encaminhar o debate sobre o papel dos museus junto às comunidades em que atuam, possibilitando a avaliação de suas atividades;
- VI - estimular propostas de realização de atividades educativas e culturais dos museus junto às comunidades;
- VII - propor formas de provimento de recursos, financiamento e fomento destinados à área museológica;
- VIII - estimular a participação democrática dos diversos segmentos da sociedade, inclusive da iniciativa privada, para viabilização e manutenção dos objetivos do Sistema;
- IX - promover o intercâmbio com sistemas, redes e entidades museológicas nacionais e internacionais;
- X - criar e manter atualizado o Cadastro de Museus do Sistema;
- XI - incentivar a inclusão dos Museus do Distrito Federal no Cadastro Nacional de Museus;
- XII - incentivar os museus do Sistema a adotar políticas institucionais de segurança de seus acervos, instalações e edificações;
- XIII - estimular os museus do Sistema a adotar políticas de pesquisa, salvaguarda e comunicação de seus acervos;
- XIV - fomentar a difusão dos programas e projetos desenvolvidos pelos museus do Sistema, avaliando, discutindo e divulgando os seus resultados;
- XV - incentivar e assessorar os museus do Sistema a adequar suas estruturas, recursos e ordenamentos ao Estatuto de Museus, instituído pela Lei Federal nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009 (DISTRITO FEDERAL, 2012).

Outra mudança significativa consiste na gestão do Sistema, que não cabe mais a um “órgão central”, mas a um comitê gestor envolvendo as representações de museus nas

decisões e deliberações sobre a atuação do Sistema. O Comitê Gestor é composto pelos seguintes membros:

I - um coordenador geral, escolhido pelo Secretário de Estado de Cultura do Distrito Federal, a partir de lista tríplice, enviada pelos participantes do SIM/DF; II - um representante da Subsecretaria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Distrito Federal; III - um representante dos museus públicos do Distrito Federal; IV - um representante dos museus públicos federais; V - um representante dos museus privados ;VI - um representante dos museus universitários; VII - um representante dos museus comunitários e ecomuseus; VIII - um representante da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal; IX - um representante da Secretaria de Estado de turismo do Distrito Federal; e X - um representante da Secretaria de Estado de Ciência, tecnologia e Inovação do Distrito Federal. Art. 7º A atuação dos membros do Comitê Gestor do Sistema não será remunerada (DISTRITO FEDERAL, 2012).

Após a indicação dos membros correspondentes a cada representação, aconteceu em novembro de 2012, sob a coordenação temporária de Ana Maria Duarte Frade e Ana Taveira (ambas do Museu Nacional da República) a eleição do comitê gestor. Apesar da ata da reunião registrar baixo quórum, a reunião consolidou o Comitê Gestor, que posteriormente se reuniu para indicação de lista tríplice a ser apresentada ao Secretário de Estado de Cultura para indicação do coordenador do Sistema. A lista apresentou o nome de Cláudia Rachid, Lilian Branco Campos e Marta Jabounski do Museu da Legião da Boa Vontade, sendo Claudia Rachid nomeada ao cargo de coordenadora. Assim, o primeiro Comitê Gestor do SIM- DF teve a seguinte conformação:

Quadro 10- Comitê Gestor eleito em novembro de 2012

| COMPOSIÇÃO | MEMBRO | INSTITUIÇÃO DE ORIGEM |
|---|----------------------|--------------------------------|
| Coordenador geral | Cláudia Rachid | Secretaria de Cultura (SECULT) |
| Subsecretaria do Patrimônio Cultural (SUPHAC) | Lilian Branco Campos | Secretaria de Cultura (SECULT) |
| Museus públicos do Distrito Federal | Rosana Stuckert | Museu Vivo da Memória Candanga |
| | Ana Frade | |
| Museus públicos federais | Heine Lima | Museu do Senado |
| | Alan Silva | |
| Museus universitários | Maria Júlia Chelini | Museu de Geociências da UnB |

| | | |
|---------------------------------|--------------------|---------------------------|
| Museus privados | Roberto Castello | Museu Virtual de Brasília |
| Ecomuseus e Museus Comunitários | Liberiano Oliveira | Museu Móvel do Carnaval |

Fonte: Elaborado pela autora de acordo com a ata de reunião do dia 12 de novembro de 2012, apresentada nas folhas 119 e 120 do processo 360.001433/2011 do arquivo da SECEC.

As representações da Secretaria de Estado de Turismo (SETUR), da Secretaria de Estado de Educação (SEEDF) e da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI), não puderam ser preenchidas nesta ocasião devido à ausência dos mesmos. Posteriormente, ao longo da gestão, o Comitê sofreu algumas alterações: Alan Silva substituiu Heine Lima após assumir o cargo de Diretora do Museu do Senado Federal e Ana Frade substituiu Rosana Stuckert. Essas mudanças impactaram na elaboração do Regimento Interno, determinando a eleição representantes com as respectivas suplências e, nos casos de vacância, uma nova representação poderia ser eleita em assembleia convocada pelo comitê gestor (SOARES, 2019). Ainda no primeiro ano de gestão e sob a gestão deste Comitê, ocorre a elaboração e a aprovação do regimento interno, conforme estabelecido pelo Decreto 33.957 de 23 de outubro de 2012:

Art. 8º O Comitê Gestor elaborará o Regimento Interno do Sistema de Museus do Distrito Federal.

Art. 9º As ações do Comitê Gestor serão pautadas na legislação afeta ao Sistema de Museus do Distrito Federal e no Regimento Interno do Sistema, tendo como escopo o Estatuto de Museus, instituído pela Lei Federal nº11.904, de 14 de janeiro de 2009.

Em julho de 2013 a minuta do Regimento Interno do Sistema de Museus do Distrito Federal é encaminhada para a SUPHAC e, após passar pelas adaptações necessárias, é publicada como Portaria nº 80 de 29 de novembro de 2013. De acordo com o Regimento, o SIM/DF é designado como:

[...] órgão de assessoramento à Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal- SECULT, e às secretarias municipais de cultura dos municípios que compõem o entorno do Distrito Federal, para assuntos diretamente relacionados ao campo museal , de caráter consultivo e propositivo (DISTRITO FEDERAL, 2013)

Convém pontuar neste momento que a estrutura da SECULT possuía a Divisão do Sistema de Museus chefiada por Wagner Pacheco Barja, que estabelecia diálogo e intermediava as ações do Sistema de Museus com a SUPHAC. De forma complementar ao

que é estabelecido pelo Decreto, o Regimento Interno faz a seguinte colocação em relação a adesão ao Sistema:

Poderão compor o Sistema as entidades, integrantes do Cadastro de Museus do SIM/DF, que formalizarem sua adesão através de instrumento hábil específico a ser firmado entre SIM/DF e o órgão competente, museus públicos e privados, instituições educacionais relacionadas à área da museologia e entidades afins, na forma da legislação específica. (DISTRITO FEDERAL, 2013)

Além disso, o Regimento estabelece as atribuições dos membros do SIM/DF que devem compor as assembleias e contribuir para o andamento do Sistema, determina realização de uma assembleia ordinária a cada semestre e extraordinária quando convocada pelo Comitê Gestor que deve se reunir ordinariamente uma vez por mês. A renovação do Comitê deve ser realizada sempre no mês de novembro, sendo a primeira renovação no segundo ano a partir da formação do comitê e as seguintes a cada ano; a partir de então o coordenador deve ser eleito a cada dois anos com direito a recondução.

Em meados de 2014 Claudia Rachid assume outras atividades na SECULT, mais especificamente na Subsecretaria de Fomento, e demonstra interesse em sair da coordenação do Sistema, devido à dificuldade de conciliar e acumular as funções do Comitê Gestor do Sistema. Apesar disso, considerando o ano eleitoral e a mudança de gestão na Secretaria no ano seguinte, aceitou permanecer na coordenação do sistema até a nova eleição dos membros do comitê gestor.

A eleição do segundo Comitê Gestor ocorreu em novembro de 2014 de modo que, diante do baixo quórum da primeira assembleia, uma segunda foi convocada dando continuidade ao processo. Nesta eleição as representações foram eleitas com suas respectivas suplências, considerando as determinações do Regimento Interno.

Quadro 11- Comitê Gestor eleito em novembro de 2014

| COMPOSIÇÃO | MEMBRO | INSTITUIÇÃO DE ORIGEM DO REPRESENTANTE |
|--|----------------------|---|
| Coordenador geral | Cláudia Rachid | Secretaria de Cultura (SECULT) |
| Subsecretaria do Patrimônio Cultural (SUPAC) | Lilian Branco Campos | Secretaria de Cultura (SECULT) |
| Museus Públicos do Distrito Federal | Tânia Primo | Memorial dos Povos Indígenas |
| | Jussara Almeida | Centro Cultural Três Poderes |

| | | |
|--------------------------|-----------------------------|---------------------------|
| Museus públicos federais | Marcelo de Sá Souza | Museu da Câmara Federal |
| | Wesley Vasconcelos | Museu da Câmara Federal |
| Museus Privados | Janete das Graças Oliveiras | Museu do Vinil |
| | Roberto Castello | Museu Virtual de Brasília |

Fonte: Elaborado pela autora de acordo a ata da assembleia realizada no dia 03 de novembro de 2014 apresentada nas folhas 219 e 220 do processo 360.001433/2011 do arquivo da SECEC.

Apesar da eleição dos membros, o comitê teve pouca atuação durante o ano de 2014, mesmo diante do acordo de retomada das atividades do Sistema após a constituição da nova gestão da Secretaria de Estado de Cultura.

3.2.2 Museus do Distrito Federal em debate, mobilização e articulação do campo

Nesta fase do SIM/DF, além das medidas de estruturação que possibilitaram seu funcionamento, foi realizada uma quantidade considerável de atividades que envolveram um conjunto de agentes do campo museal e da Museologia em torno do interesse de articulação dos museus no Distrito Federal.

Por meio da representação da então coordenadora, Cláudia Rachid, em junho de 2013 o SIM/DF participou do 5º Encontro Paulista de Museus, realizado pelo Sistema Estadual de Museus de São Paulo, que teve como tema central as políticas públicas para as instituições museológicas e o aumento da rede de colaboradores dos museus paulistas. Na ocasião, além de acompanhar as discussões referentes ao funcionamento do SISEM-SP, o SIM/DF participou de reunião com demais representantes dos sistemas estaduais com vistas para o restabelecimento da Rede dos Sistemas Estaduais de Museus (REDE SIMUS).⁷²

Com o objetivo de debater as discussões sobre o campo museal do Distrito Federal, ressaltando a importância do Plano Museológico nas instituições e a legislação museológica vigente, foi realizado o I Seminário do Sistema de Museus do Distrito Federal, sediado na Sala Adalberto Nepomuceno do Teatro Nacional Cláudio Santoro nos dias 21 e 22 de novembro de 2013. A programação do Seminário envolveu profissionais de museus e do IBRAM, museólogos e professores da Universidade de Brasília e registrou a presença de mais de oitenta pessoas entre os dois dias.

⁷² Folhas n.º 97 a 116 do processo 360.001433/2011. Arquivo da SECEC.

Quadro 12: Programação do I Seminário do Sistema de Museus do Distrito Federal

| | 21/11/2013 | 22/11/2013 |
|--------------|--|--|
| 9h | Subsecretaria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural da SECULT/DF e Comitê Gestor do SIM/DF | Dimensões Estratégicas do Plano Museológico Palestrante: Prof. Andréa Considera (UnB) |
| 10h 15 | Intervalo | Intervalo |
| 10h 30 | O Sistema de Museus do Distrito Federal: ações de 2013, planos para 2014 | Dimensões Estratégicas do Plano Museológico Palestrante: Prof. Andréa Considera (UnB) |
| 14h | “Fogo no museu: duas ou três observações sobre os museus de hoje” Palestrante: Prof. Dr. Emerson Dionisio (UnB) | “Museu e Acessibilidade: uma temática contemporânea” Palestrante: Isabel Sanson Portella (Museu da República/RJ) Mesa de debates: Isabel Sanson, Rafaela Felício (IBRAM) e Maria Júlia Chelini (UnB) |
| 16h 15 – 18h | A Lei 111.904, de 14 de janeiro de 2009 e o Decreto nº 8.124 d 17 de outubro de 2013; implicações para o futuro dos museus no DF Palestrante: museóloga Tais Valente dos Santos (IBRAM) | Construção Coletiva do Plano de Ação do SIM/DF para 2014 |

Fonte: Adaptação do cartaz de divulgação.⁷³

Buscando cumprir com a disposição sobre a consolidação do Cadastro de Museus do DF, porém sem recursos financeiros e estrutura organizativa para a aplicação imediata do Cadastro, ao longo do ano 2013 o SIM/DF deu início ao Pré- Cadastro de Museus do DF. Por meio da estrutura da Secretaria de Estado de Cultura, o Comitê Gestor iniciou o contato com os museus e centros culturais por meio do envio de circulares manifestando a intenção de se consolidar um Cadastro de Museus como uma importante ferramenta de mapeamento da realidade museológica do DF.

O formulário para a coleta de dados teve como base o Cadastro Nacional de Museus com adaptações voltadas para a realidade do DF e a coleta de dados teve a colaboração das Gerências de Cultura das Regiões Administrativas do Distrito Federal na identificação dos espaços culturais existentes no território. No dia 5 de novembro de 2013 o SIM/DF apresentou uma lista com a existência de 71 museus no Distrito Federal, com a pretensão de consolidar o Cadastro de Museus até novembro de 2014 (SOARES, 2019):

⁷³ Disponível em: < [PPGCINF - I Seminário do Sistema de Museus do Distrito Federal \(unb.br\)](http://ppgcinf.unb.br)> Acesso em: 29/09/2023.

Quadro 13: Pré- Cadastro dos Museus existentes o Distrito Federal

| NOME DA INSTITUIÇÃO | PERFIL | MANTENEDOR |
|--|--------------------|---|
| Acervo de Dulcina de Moraes | Particular | Fundação Brasileira de Teatro |
| Caixa Cultural - Brasília | Público Federal | Caixa Cultural |
| Museu do Voto | Público Federal | Tribunal Superior Eleitoral |
| Centro de Referência do Trabalhador - Leonel Brizola | Público Federal | Ministério do Trabalho e Emprego |
| Espaço Cultural Contemporâneo | Privado- Empresa | ECCO |
| Espaço Cultural do Incra | Público Federal | Incra |
| Espaço Cultural do INSS | Público Federal | não informado |
| Espaço Cultural Marcantonio Vilaça | Público Federal | Tribunal de Contas da União |
| Espaço Lúcio Costa | Público Distrital | Secretaria de Cultura do DF |
| Espaço Memória da CEB | Privado- Empresa | CEB |
| Espaço Oscar Niemeyer | Privado- Fundação | não informado |
| Experimentoteca | Público Federal | UnB |
| Herbário da Universidade e Brasília | Público Federal | UnB |
| Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal | Privado- Sociedade | Não informado |
| Memorial das Idades do Brasil | Outra- Particular | Não informado |
| Memorial do Ministério Público Federal | Público Federal | Não informado |
| Memorial dos Povos Indígenas | Público Distrital | Secretaria de Cultura do DF |
| Memorial JK | Privado- Sociedade | Memorial JK |
| Memorial TJDF- Espaço Lila Pimenta Duarte | Público Federal | Tribunal de Justiça do Distrito Federal |
| Mostra Permanente de Sismologia | | obsis |
| Museu Ambiental da Companhia de Polícia Militar Ambiental | Público Distrital | Polícia Militar Ambiental |
| Museu Ariovaldo Vulcano | Privado- OSCIP | Não informado |
| Museu Brasileiro de Contabilidade- Conselho Federal de Contabilidade | | Conselho Federal de Contabilidade |
| Casa da Memória da Arte Brasileira | Outra- Particular | ICELC |
| Museu Casa da Memória Viva | Privado | Casa da Memória Viva |
| Museu Criminal Academia Nacional de Polícia- DePol | Público Federal | Não informado |
| Museu da Câmara dos Deputados | Público Federal | Câmara dos Deputados |
| Museu da Cidade | Público Distrital | Secretaria de Cultura do DF |
| Museu a Fotografia Documental | Privado | |
| Museu da Fundação Nacional de Saúde | Público Federal | Funasa |
| Museu da Imprensa | Público Federal | Museu da Imprensa |
| Museu da Inteligência | Público Federal | ABIN |
| Museu da Justiça Militar da União | Público Federal | |
| Museu da Limpeza Urbana | Público Distrital | Mara Rodrigues |

| | | |
|---|------------------------------------|---|
| Museu da Polícia Militar do Distrito Federal | Público Distrital | Polícia Distrital |
| Museu da Semente do Cerrado- Instituto Cultural e Ecológico Luiz Costa- ICELC | Outra- Particular | ICELC |
| Museu de Anatomia Humana | Público Federal | USP |
| Museu de Armas da Polícia Civil do Distrito Federal | Público Distrital | Polícia Civil do Distrito Federal |
| Museu de Arte de Brasília | Público Distrital | Secretaria de Cultura do DF |
| Museu de Artes e Tradição do Nordeste | Privado- Associação | Casa do Ceará |
| Museu de Drogas | Público Distrital | Polícia Civil |
| Museu de Embriologia e Anatomia Bernard Duhamel da Faciplac | Privado- Empresa | Faciplac |
| Museu de Geociências | Público Federal | |
| Museu de Geociências Odette Rezende Roncador/ Museu Vivo do Cerrado | Privado- Empresa | Uniceub |
| Museu de Taxidermia | Público Distrital | Zoológico de Brasília |
| Museu de Valores do Branco Central do Brasil | Público Federal | Banco Central do Brasil |
| Museu de Zoologia da Fundação Pólo Ecológico de Brasília | Outra- Mista- Distrital - Fundação | Zoológico de Brasília |
| Museu do Automóvel | Privado- Fundação | Museu Nacional do Automóvel |
| Museu do Catetinho | Público Distrital | Secretaria de Cultura do DF |
| Museu do Cerrado | Outra- ONG | Não informado |
| Museu do Superior Tribunal de Justiça | Público Federal | Tribunal de Justiça do Distrito Federal |
| Museu do Superior Tribunal Federal | Público Federal | Supremo Tribunal Federal |
| Museu do Templo da Boa Vontade | Outra- ONG | LBV |
| Museu do Tribunal de Contas da União | Público Federal | Tribunal de Contas da União |
| Museu dos Insetos | Público Federal | Não informado |
| Museu Histórico da OAB | Outra | Acervo |
| Museu Histórico do Corpo de Bombeiros | Público Distrital | Não informado |
| Museu Histórico do Senado Federal | Público Federal | Senado Federal |
| Museu Histórico e Artístico de Planaltina | Público Distrital | Não informado |
| Museu Itinerante do Piano | Privado- Empresa | Casa do Piano |
| Museu Nacional do Conjunto Cultural da República | Público Distrital | |
| Museu Nacional dos Correios | Público Federal | |
| Museu Virtual de Brasília | Privado- Associação | Museu Virtual de Brasília |
| Museu Virtual de Ciência e Tecnologia da Universidade de Brasília | Não informado | UnB |
| Museu Virtual do Transporte Urbano | Privado- Associação | Não informado |
| Museu Vivo da Memória Candanga | Público Distrital | Secretaria de Cultura do DF |

| | | |
|-------------------------------------|-------------------|--|
| Panteão da Pátria | Público Distrital | Secretaria de Cultura do DF |
| Parque Nacional de Brasília | Público Federal | ICMBIO |
| Parque Olhos D'Água | Público Distrital | |
| Museu da Educação | Em Implantação | |
| Museu de Ciência e Tecnologia do DF | Em Implantação | Secretaria de Ciência e Tecnologia do DF |

Fonte: Elaborada pela autora. Reprodução das informações apresentadas nas folhas 177 a 181 do processo 360.001433/2011 do arquivo da SECEC.

Durante as reuniões algumas outras atividades entraram em pauta, como a necessidade de divulgação do Sistema a partir da criação de um site e um página no Facebook, o que se concretizou, a elaboração de um jornal mensal e um boletim de divulgação das atividades realizadas e a disponibilização de um link para a realização do cadastro de forma online. Também foi discutida a realização de uma Pré- conferência de Museus e Memória, demanda do IBRAM como etapa preparatória da II Conferência Nacional de Cultura, e a realização de um Encontro de Museus, entretanto o Comitê decidiu efetivá-las em 2014 (SOARES, 2019).

Em síntese, no primeiro ano de atividade após a reestruturação, o SIM/DF teve funcionamento ativo, considerando que foi realizada uma reunião ordinária por mês, conforme estabelecido pelo Regimento Interno, além de três reuniões extraordinárias para planejamento das atividades eventos promovidos pelo Sistema. Assim, com o acúmulo das discussões internas e na discussão realizada no I Seminário do Sistema de Museus do DF, o SIM/DF apresentou o seguinte plano de atividades para 2014:

Quadro 14: Plano de Ação 2014 – SIM/DF

| ATIVIDADE | MAR | ABR | MAI | JUN | JUL | AGO | SET | OUT | NOV |
|--|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| Estatuto de Museus | x | x | x | x | x | x | | | |
| Publicações | x | x | x | x | x | x | x | | |
| Cadastro do SIM/DF | x | x | x | x | x | x | x | x | |
| Oficina Temática | | | x | | | x | x | | |
| Encontro de Museus | | | | | | x | x | x | x |
| Renovação de membros do Comitê Gestor 2015- 2017 | | | | | | | | | x |
| Plano Setorial de Museus | | x | x | x | x | x | x | x | x |
| Programa Nacional de Educação Museal | | x | x | x | x | x | x | x | x |

Fonte: Adaptação do quadro apresentado no processo 360.001433/2011 do arquivo da SECEC

Do plano de ação apresentado apenas uma oficina foi realizada, o Seminário sobre Plano Museológico. A iniciativa foi motivada pelo fim do prazo estabelecido pelo Estatuto de Museus e pela constatação, a partir do Seminário do SIM/DF, de que a maioria dos museus distritais não possuíam Plano Museológico e dúvidas sobre a elaboração do mesmo. O Seminário sobre Plano Museológico aconteceu entre de 26 a 28 de maio de 2014, no Museu Nacional da República e foi ministrado pela professora Andrea Considera, docente do curso de Museologia da Universidade de Brasília.

Com vistas a instrumentalizar os gestores dos museus para a produção do Plano Museológico foram realizadas discussões sobre a Lei n.º 11.904/2009 e o Decreto n.º 8.124/2013 e exposições com as temáticas: “Noções de estruturação de instrumentos de gestão – missão, visão, metas, estratégias e objetivos”, “Organização de instrumentos de gestão no Plano Museológico – instrumentos e como os programas interagem”. Além da realização do Seminário sobre Plano Museológico, as únicas atividades registradas foram a eleição do comitê gestor e uma reunião, sem ata, apenas lista de presença (SOARES, 2019).

Em despacho destinado a SUPAHC para arquivamento da documentação referente ao Sistema de Museus do Distrito Federal com data de 02 de junho de 2015, Cláudia Rachid relata as atividades realizadas pelo Sistema ao longo de sua gestão, lista a documentação que compõe o processo e relata que não encontrou no arquivo da SECULT nenhum documento referente às atividades do Sistema implementado em 1990. Por fim, reforça as dificuldades de mobilização e de acompanhamento do Sistema no último ano e coloca à disposição o cargo de coordenador do SIM/DF e ressalta que, de acordo com o Regimento Interno, na ausência do coordenador, assume, interinamente, um representante da SUPHAC.

De acordo com Diário Oficial do Distrito Federal publicado em 29 de janeiro de 2015⁷⁴, Anabel Sousa Lima é nomeada para exercer o cargo de coordenador, Cargo de Natureza Especial, da Coordenação do Sistema de Museus da SUPAC. Cerca de quatro meses depois, em 17 de abril de 2015⁷⁵ Wagner Pacheco Barja é atribuído para responder pela

⁷⁴ ” [...] NOMEAR ANABEL SOUSA LIMA para exercer o Cargo de Natureza Especial, Símbolo CNE-06, de Coordenador, da Coordenação do Sistema de Museus, da Subsecretaria do Patrimônio Cultural, da Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal.” Diário Oficial do Distrito Federal, 29 de janeiro de 2015, p. 22. Disponível em: <https://www.dodf.df.gov.br/index/visualizar-arquivo/?pasta=2015/01_Janeiro/DODF%20005%2029-012015%20EDICAO%20EXTRA&arquivo=DODF%20005%2029-01-2015%20EDICAO%20EXTRA.pdf> Acesso em 07 de outubro de 2023.

⁷⁵ ”[...] O SECRETÁRIO DE ESTADO DE CULTURA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentares, constantes do Decreto nº 36.325, de 28 de janeiro de 2015, RESOLVE: Art. 1º Delegar competência a WAGNER PACHECO BARJA, matrícula 0218.490-7, Assessor Especial da Subsecretaria do Patrimônio Cultural, para, sem prejuízo de suas atribuições normais, responder pela Coordenação do Sistema de

Coordenação do Sistema de Museus sem prejuízo às suas atribuições de Assessor Especial da SUPAC. As publicações no Diário Oficial do DF dificultam a compreensão das atribuições de cargos relacionados ao Sistema de Museus, mas, acreditamos que a nomeação de Wagner Pacheco Barja diz respeito à chefia da Divisão do Sistema de Museus, cargo que já exercia no período de reativação do Sistema, entre 2012 e 2014. A indisponibilidade dos ex-integrantes do Comitê Gestor e a falta de informações referentes a esse período no arquivo da SECEC nos impede de ter uma noção mais assertiva sobre esta distribuição de funções dentro da estrutura da SUPAC.

Ainda de acordo com o Diário Oficial do Distrito Federal, em 24 de julho de 2015⁷⁶, a portaria publicada em 16 de abril de 2015 que atribui a Wagner Pacheco Barja as competências de responder administrativamente pelo Museu Nacional da República e pela coordenação do Sistema de Museus é revogada. Seis meses depois, em 25 de janeiro de 2016⁷⁷ Anabel Sousa Lima é exonerada do cargo de coordenadora da Coordenação do Sistema de Museus da SUPAC.

3.3 A Lei Orgânica de Cultura (LOC) e o lugar do SIM/DF

Diante da ausência de registro das atividades do Sistema de Museus e de um responsável na Secretaria de Cultura e Economia Criativa do DF, o que conseguimos identificar é que o Sistema de Museus do Distrito Federal tem atualmente um Decreto e um

Museus, da Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal[...]” Diário Oficial do Distrito Federal, 17 de abril de 2015, p. 35. Disponível em: <https://www.dodf.df.gov.br/index/visualizar-arquivo/?pasta=2015/04_Abril/DODF%20075%2017-04-2015&arquivo=DODF%20075%2017-04-2015%20SECAO2.pdf> Acesso em 07 de outubro de 2023.

⁷⁶ ” [...] O SECRETÁRIO DE ESTADO DE CULTURA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentares, constantes do Decreto nº. 36.325, de 28 de janeiro de 2015, RESOLVE: REVOGAR a Portaria nº 14, de 20 de março de 2015, publicada no DODF nº 57, de 23 de março de 2015 e a Portaria nº 21, de 16 de abril de 2015, publicado no DODF nº 75, de 17 de abril de 2015, que delegou competência ao servidor WAGNER PACHECO BARJA, para sem prejuízo de suas atribuições normais, responder administrativamente pelo Museu da República e pela Coordenação do Sistema de Museus da Secretaria de Estado de Cultura, respectivamente.” Diário Oficial do Distrito Federal, 24 de julho de 2015, p. 26. Disponível em: <https://www.dodf.df.gov.br/index/visualizar-arquivo/?pasta=2015/07_Julho/DODF%20142%2024-07-2015&arquivo=DODF%20142%2024-07-2015%20SECAO2.pdf> Acesso em 07 de outubro de 2013.

⁷⁷ ” [...] EXONERAR, a pedido, ANABEL SOUSA LIMA, do Cargo de Natureza Especial, Símbolo CNE-06, de Coordenador, da Coordenação do Sistema de Museus, da Subsecretaria de Patrimônio Cultural, da Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal, a contar de 03 de novembro de 2015.” Diário Oficial do Distrito Federal, 26 de janeiro de 2016. Disponível em: <https://www.dodf.df.gov.br/index/visualizar-arquivo/?pasta=2016/01_Janeiro/DODF%20017%2026-01-2016&arquivo=DODF%20017%2026-01-2016%20SECAO2.pdf> Acesso em 07 de outubro de 2023.

Regimento interno de normatização e desde 2017 é assegurado por uma Lei distrital, a Lei Orgânica de Cultura (LOC).

Considerando a determinação constitucional de que o Estado deve garantir o pleno exercício dos direitos culturais e o marco de organização do Sistema Nacional de Cultura (SNC), que propõe a articulação dos entes federativos do território nacional e do Estado com a sociedade civil no estabelecimento de políticas públicas para cultura, em 2005 se iniciou um processo de integração do DF ao SNC por meio de iniciativa do Ministério da Cultura em contato com o poder executivo local (DISTRITO FEDERAL, 2017).

Anos depois, a iniciativa teve continuidade a partir do Projeto de Apoio à Elaboração de Planos Estaduais de Cultura, coordenado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que acompanhou a instituição, em 2012, de um Grupo de Trabalho para elaboração do anteprojeto de Lei para estabelecer o Sistema Distrital de Cultura e do Plano de Cultura do DF. A minuta de anteprojeto passou por alterações, debates e consultas ao longo dos anos até que a sua versão final foi encaminhada à Câmara Legislativa do Distrito Federal como Projeto de Lei Complementar nº 84, de 2016. A discussão passa a acontecer em âmbito legislativo e, após um ano de tramitação, o Projeto de Lei é aprovado como Lei Complementar nº 84, de 2016, a LOC, marcando a adesão do Distrito Federal ao Sistema Nacional de Cultura

A Lei Orgânica da Cultura do Distrito Federal institui o Sistema de Arte e Cultura (SAC), o Plano de Cultura e o Sistema de Financiamento da Cultura. O SAC pretende envolver e articular a ação das instâncias da área da cultura, considerando a Secretaria de Cultura, agentes e coletivos sociais. No contexto deste trabalho destacamos, entre outros, os seguintes objetivos SAC:

[...] VII – viabilizar manutenção, conservação, restauro, promoção, valorização da memória e demais ações voltadas ao tombamento e ao registro do patrimônio material e imaterial, histórico e artístico-cultural, bem como estimular, promover e apoiar os projetos culturais de preservação do patrimônio cultural material e imaterial; [...] XIV – estimular a pesquisa, a sistematização de dados, a formulação de indicadores, a documentação e a difusão de informações culturais. (DISTRITO FEDERAL, 2017)

O Sistema de Arte e Cultura é composto pelas instâncias I. de coordenação; II. de articulação, deliberação e participação social; III. de sistemas setoriais de cultura e IV. de instrumentos integrados de gestão. A instância de coordenação é composta pela Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal, responsável pela coordenação geral do SAC e possíveis

entidades vinculadas, pela gerência de cultura das administrações regionais e demais órgãos ou entidades do DF com interface direta com as políticas da cultura (DISTRITO FEDERAL, 2017).

Desta forma, a partir da instituição da LOC, o Sistema de Museus do DF passa a ser reconhecido como um subsistema da instância de sistemas setoriais de cultura do SAC ao lado de outros sistemas setoriais: o Sistema de patrimônio cultural do Distrito Federal; do sistema de bibliotecas, livros, leitura e literatura do Distrito Federal; do sistema de museus do Distrito Federal; da rede de comunicação cultural do Distrito Federal; da rede de equipamentos de cultura e da rede Cultura Viva do Distrito Federal (DISTRITO FEDERAL, 2017).

Ainda de acordo com a Lei, o Sistema de Museus deverá ser coordenado pelo Museu Nacional da República em conjunto com a Secretaria de Cultura e implementar políticas de integração e fomento aos museus sediados no Distrito Federal (DISTRITO FEDERAL, 2017, p. 28). Neste ponto, cabe observar uma mudança na dinâmica de gestão do Sistema, que deixa de ser responsabilidade exclusiva da Secretaria de Cultura, a partir da indicação de lista tríplice eleita pelo Comitê Gestor⁷⁸, e passa a ser responsabilidade do Museu Nacional da República.

O Plano de Cultura, também estabelecido pela LOC, é composto por oito eixos com diretrizes e estratégias que direcionam o SAC. O eixo oito “Patrimônio Cultural Material e Infraestrutura Cultural” tem como diretriz:

Zelar e dinamizar o conjunto de bens culturais materiais tombados e não tombados nos territórios do Distrito Federal. Implementar políticas públicas e soluções criativas para o uso harmônico das cidades, garantindo diversidade das manifestações artísticas e culturais em ruas, praças, parques, outros espaços urbanos não convencionais e lugares públicos (DISTRITO FEDERAL, 2017).

Assim, o Eixo estabelece estratégias de ocupação cultural de espaços urbanos do Distrito Federal, de proteção do patrimônio cultural e artístico material móvel e imóvel promovendo ações que englobam a garantia de orçamento para preservação, restauro e manutenção, criação de instâncias para formulação de políticas de preservação e a implementação de um programa de educação patrimonial. No mesmo eixo, a estratégia de modernização e fortalecimento dos equipamentos públicos culturais do DF estabelece como

⁷⁸ Conforme o Decreto 33.957 de 23 de outubro de 2012, que dispõe sobre o Sistema de Museus do Distrito Federal e a Portaria 80 de 29 de novembro de 2013 que aprova o Regimento Interno do mesmo.

uma de suas ações “Implementar e manter o sistema de museus e a rede de equipamentos culturais” (DISTRITO FEDERAL, 2017, p. 64).

Dessa forma, observamos que do Sistema de Museus passa a ser garantido por uma Lei e se torna componente de uma política de estado, o SAC, ele se encontra desativado, partindo do entendimento de que não existe hoje uma coordenação responsável, nem por parte da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal nem por parte do Museu Nacional da República.

Entretanto, em conversas realizadas durante as idas a SECEC e ao Museu Nacional buscando aporte para realização desta pesquisa, percebemos uma movimentação da SUPAC em torno da reativação do SIM/DF. Em uma reportagem de maio de 2023 do *Correio Braziliense*⁷⁹ sobre as atividades realizadas durante a 21 Semana Nacional de Museus, o então titular da SUPAC, Aquiles Brayner afirma que seria apresentado um mapeamento dos acervos dos museus da Secretaria que possibilitaria uma melhor definição da identidade destes espaços possibilitando a realização dos planos museológicos e complementa afirmando que a iniciativa seria “[...] um ponto de partida para constituirmos um sistema de museus públicos do DF e dar suporte aos que não fazem parte da secretaria” (CORREIO BRAZILIENSE, 2023).

O mapeamento citado é resultado de iniciativa estabelecida por meio de um projeto de cooperação técnica internacional entre a SECEC e a UNESCO em que foi realizado o levantamento e a catalogação do acervo dos cinco museus sob a gerência da SECEC⁸⁰. De acordo com os resultados apresentados, estes equipamentos culturais guardam conjuntamente 9.639 itens classificados em objetos históricos de arte e cultura indígena. De acordo com o mapeamento:

[...] o espaço com maior número de itens é o Museu Vivo da Memória Candango (28,1% do total da Secec, com 2712 peças), seguido pelo Memorial dos Povos Indígenas (20,1%, 1942 unidades) e Museu de Arte de Brasília (17,5%, 1687 obras). Em seguida vem o MuN e, depois dele, há 1292 peças em acervos dispersos (que não são museus) e, fechando a lista, aparece o Catetinho (4,8%, 466 itens). Todos são equipamentos da Secec. (FREIRE, 2023)

⁷⁹ Disponível em: <

<https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/cultura/2023/05/5094567-21-semana-nacional-de-museus-co-meca-nesta-segunda-feira-15.html>> Acesso em 01 de outubro de 2023.

⁸⁰ Disponível em: < <https://www.cultura.df.gov.br/secec-conclui-mapeamento-de-acervos-de-seus-museus/>> Acesso em 01 de outubro de 2023

Além das iniciativas apresentadas, foi publicada no Diário Oficial do Distrito Federal no dia 11 de agosto de 2023⁸¹ a nomeação de Mirella Patrícia Melo Ximenes para o cargo de coordenadora, Cargo Público de Natureza Especial e Gabriel Parente Oliveira para o cargo de assessor lotados na Coordenação de Museus e Patrimônio, da Subsecretaria do Patrimônio Cultural, da SECEC. Apesar da Coordenação de Museus e Patrimônio não existir no organograma⁸² disponibilizado pela Secretaria, as nomeações sugerem a criação da Coordenação.

3.4 Ações de informação e desafios do Sistema de Museus do Distrito Federal-SIM/DF

Considerando a proposta de funcionamento e os objetivos, o Sistema de Museus do Distrito Federal gera uma demanda informacional específica para o cumprimento da sua proposta principal, de articulação de museus a partir de uma organização sistêmica e em alguns momentos e alguns casos, como uma rede, envolvendo um conjunto de sujeitos e instituições heterogêneas. Partindo do ponto de vista interno podemos citar a demanda por organização, normatização e alinhamento e sinergia entre os componentes que integram o Sistema, envolvendo órgãos governamentais, estruturas administrativas e processos burocráticos, ferramentas de regulamentação, processos legislativos e políticos, instâncias deliberativas, políticas governamentais e políticas de Estado.

Outras atividades, que também envolvem o meio exterior ao Sistema, podem exigir grande capacidade comunicacional e de mediação de informação, capaz de agregar agentes externos que são ou podem ser diretamente afetados pelas ações do Sistema. Envolve os próprios museus, seus processos museológicos e seu público, a comunidade acadêmica, profissionais de museus, as instâncias de comunicação em massa e a internet.

Consideramos as Ações de Informação como forma de intermediação da informação em uma instância subjetiva de análise, evidenciando o Regime de Informação em determinado contexto, a partir do entendimento de um regime informacional por meio da análise das ações de informação possibilitam os ajustes e direcionamentos mais precisos dos fluxos informacionais nestes ambientes considerando que o agenciamento das ações de informação é

⁸¹ Ano LII, edição nº 152

⁸² Disponível em: < <https://www.cultura.df.gov.br/institucional/>> Acesso em 02 de outubro de 2023.

condicionado pelos sujeitos participantes e disponibilidade de recursos de linguagem de infraestruturas tecnológicas e de comunicação, de acordo com Maria Nélida Gonzalez de Gomez:

o que se denomina informação constitui-se a partir de formas culturais de semantização de nossa experiência do mundo e seus desdobramentos em atos de enunciação, de interpretação, de transmissão e de inscrição. Tais condições de possibilidade e de realização de uma ação de informação abrangem, assim, condições, regras e recursos de locução, transmissão, inscrição, decodificação, circunscritas pelas disponibilidades materiais e infraestruturais em que se inscreve a ação (2003, p. 32)

Estas demandas, variações e possibilidades evidenciam o caráter seletivo das ações de informação e a indecidibilidade estrutural da informação (GONZÁLEZ DE GOMEZ, 2003), determinada socialmente, uma vez que é materializada pelo conjunto das ações de informação nas atividades de integração e um contexto social caracterizado por um regime de informação.

A concepção de um Regime de Informação, proposto por Frohmann (1995) e desenvolvido por González de Gomez (2002) a partir de suas ações de informação, possibilita uma ampliação nos estudos sobre políticas de informação na Ciência de Informação, podendo ser pensado não só no escopo de políticas governamentais e passa a abranger demais agenciamentos de informação por atores participantes de um determinado grupo, comunidade ou estrutura social.

Partindo desta perspectiva, a partir da análise de suas ações de informação, podemos pensar uma política de informação no âmbito do Sistema de Museus do DF visando a garantia da perenidade, continuidade e autonomia do Sistema diante das mudanças conjunturais o que ajudaria na garantia da aplicabilidade das políticas de Estado e a constante participação dos componentes envolvidos.

Consideraremos que as ações de informação se realizam em diferentes estratos heterogêneos que ocorrem de modo paralelo e simultâneo. Segundo González de Gomez (2003, p. 33-34) os três estratos de articulação das ações de informação são os seguintes:

- O estrato que é denominado como “Informação” é um estrato de ações polimórficas pois expressa singularidades de diferentes sujeitos e seus modos de vida. Neste estrato ações ocorrem de forma narrativa associadas às diversas formações culturais, dinâmicas de comunicação a partir de regras que estabilizam o uso coletivo das narrativas;

- O estrato denominado “meta- informacional” se conforma como um estrato regulatório com ações de informação relacionais, gerando o entendimento do que é apreendido como informação a partir de ações de regulação, monitoramento e controle;
- O estrato denominado de “Infraestrutura de informação” é um estrato de ações mimeomórficas onde se conforma a disponibilidade de informação a partir de mediação sociocultural, por meio de dispositivos ou artefatos de informação, condicionando e limitando uma ação de informação.

É compreendido como ações polimórficas aquelas que só poderiam ser assimilada por quem participa de determinada forma de vida de modo que a “[...] mesma ação, na mesma situação, pode ser executada conforme um número indefinido de comportamentos e, ao mesmo tempo, uma mesma instância de comportamento pode dar lugar a muitas e diferentes ações” (GONZALEZ DE GOMEZ, 2003, p. 35) e as ações mimeomórficas poderiam ser compreendidas e reproduzidas da mesma forma por tanto por um observador externo quanto por um participante interno.

De modo complementar e concomitante às ações de informação podem se manifestar em três modalidades de acordo com seu contexto de inserção (GONZALEZ DE GOMEZ, 2003, p. 36):

- ação de informação de mediação, quando a ação de informação fica atrelada aos fins e orientação de uma outra ação;
- ação de informação formativa aquela que é orientada à informação não como meio, mas como sua finalização;
- ação de informação relacional, quando uma ação de informação tem como finalidade intervir numa outra ação de informação, de modo que –ainda quando de autonomia relativa – dela obtém a direção e fins.

Considerando as categorias apresentadas e buscando aprimorar o entendimento do funcionamento do SIM/DF sob a perspectiva da Ciência da Informação, tendo em conta que as ações de informação “[...] podem orientar- se à reprodução quanto à mudança dos regimes de informação que direcionam o fluxo e distribuição de informação entre sujeitos, áreas do conhecimento, atividades e regiões.” (GONZALEZ DE GOMEZ, 2003, p.33) cabe à

classificação das ações de informação do sistema direcionadas aos cumprimentos dos objetivos estabelecidos:

Quadro 15: Ações de informação do SIM/DF com base nos objetivos estabelecidos pelo Decreto 33957 de outubro de 2012.

| OBJETIVO | AÇÃO DE INFORMAÇÃO | |
|---|--------------------|-----------------------------------|
| | MODALIDADE | ESTRATO INFORMACIONAL |
| I - sistematizar e implementar políticas de integração e incentivo aos museus sediados no Distrito Federal, estabelecendo diretrizes democráticas e participativas entre essas instituições; | Relacional | Meta- informação |
| II - estabelecer e divulgar padrões e procedimentos técnicos que sirvam de orientação aos dirigentes de museus; | Relacional | Meta- informação |
| III - estabelecer e acompanhar programas de atividades, de acordo com as especificidades e o desenvolvimento da ação cultural de cada instituição museológica; | Relacional | Meta- informação |
| IV - proporcionar o desenvolvimento de programas de capacitação de recursos humanos, visando ao aperfeiçoamento dos profissionais que atuam em instituições museológicas e nas que se enquadram na definição do inciso II do art. 2º deste Decreto; | Formativa | Informação (semântico-pragmática) |
| V - encaminhar o debate sobre o papel dos museus junto às comunidades em que atuam, possibilitando avaliação de suas atividades; | Mediação | Informação (semântico-pragmática) |
| VI - estimular propostas de realização de atividades educativas e culturais dos museus junto às comunidades; | Mediação | Informação (semântico-pragmática) |
| VII - propor formas de provimento de recursos, financiamento e fomento destinados à área museológica; | Formativa | Meta- informação |
| VIII - estimular a participação democrática dos diversos segmentos da sociedade, inclusive da iniciativa privada, para viabilização e manutenção dos objetivos do Sistema | Mediação | Informação (semântico-pragmática) |
| IX - promover o intercâmbio com sistemas, redes e entidades museológicas nacionais e internacionais; | Relacional | Meta- informação |
| X - criar e manter atualizado o Cadastro de Museus do Sistema; | Formativa | Meta- informação |
| XI - incentivar a inclusão dos Museus do Distrito Federal no Cadastro Nacional de Museus; | Mediação | Informação (semântico-pragmática) |
| XII - incentivar os museus do Sistema a adotar políticas institucionais de segurança de seus acervos, instalações e edificações; | Mediação | Informação (semântico-pragmática) |
| XIII - estimular os museus do Sistema a adotar políticas de pesquisa, salvaguarda e comunicação de seus acervos; | Relacional | Informação (semântico-pragmática) |
| XIV - fomentar a difusão dos programas e projetos desenvolvidos pelos museus do Sistema, avaliando, discutindo e divulgando os seus resultados; | Relacional | Informação (semântico-pragmática) |
| XV - incentivar e assessorar os museus do Sistema a adequar suas estruturas, recursos e ordenamentos | Relacional | Informação (semântico-pragmática) |

A partir desta classificação, no SIM/DF as ações de informação de modalidade relacional, ações com fim de transformar a informação e a comunicação que orientam o agir coletivo (GONZALEZ DE GOMEZ, 2003) expressam ações de direcionamento, da regulamentação do Sistema e dos museus e centros culturais que o compõe. A realização destes objetivos geraria outras ações de informação, pois se baseiam na orientação dos museus no desenvolvimento de suas atividades. As ações relacionais capacitariam os museus para sua gestão, possibilitando a adequação às normativas institucionais e governamentais, acesso a recursos e políticas de fomento e estruturação e formação e capacitação para realização de atividades fim. No Sistema de Museus do Distrito Federal, o cumprimento deste objetivo integra os museus do DF no escopo das orientações da Política Nacional de Museus, além de permitir ao Sistema uma maior capacidade de atuação à medida que os museus participantes estivessem mais bem estruturados. Estas ações se expressam nos seguintes objetivos:

- I - sistematizar e implementar políticas de integração e incentivo aos museus sediados no Distrito Federal, estabelecendo diretrizes democráticas e participativas entre essas instituições;
- II - estabelecer e divulgar padrões e procedimentos técnicos que sirvam de orientação aos dirigentes de museus;
- III - estabelecer e acompanhar programas de atividades, de acordo com as especificidades e o desenvolvimento da ação cultural de cada instituição museológica;
- IX - promover o intercâmbio com sistemas, redes e entidades museológicas nacionais e internacionais;
- XIII - estimular os museus do Sistema a adotar políticas de pesquisa, salvaguarda e comunicação de seus acervos;
- XIV - fomentar a difusão dos programas e projetos desenvolvidos pelos museus do Sistema, avaliando, discutindo e divulgando os seus resultados;
- XV - incentivar e assessorar os museus do Sistema a adequar suas estruturas, recursos e ordenamentos ao Estatuto de Museus, instituído pela Lei Federal nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009.

Dentre as ações de informação de mediação, ações com fim de transformação do mundo social ou natural (GONZALEZ DE GOMEZ, 2003), observamos que os objetivos estão ligados em sua maioria à promoção de atividades de estímulo às instituições buscando promover um alinhamento sobre o papel dos museus diante da sociedade e da articulação em torno do Sistema de Museus. Estas ações têm potencial de adensar e expandir entre os museus do Distrito Federal as concepções que vêm sendo discutidas pela Museologia, especialmente no que diz respeito à aproximação dos museus da comunidade e elaboração de políticas internas como o Plano Museológico. Estas ações se expressam a partir dos seguintes objetivos:

- V - encaminhar o debate sobre o papel dos museus junto às comunidades em que atuam, possibilitando a avaliação de suas atividades;
- VI - estimular propostas de realização de atividades educativas e culturais dos museus junto às comunidades;
- VIII - estimular a participação democrática dos diversos segmentos da sociedade, inclusive da iniciativa privada, para viabilização e manutenção dos objetivos do Sistema;
- XI - incentivar a inclusão dos Museus do Distrito Federal no Cadastro Nacional de Museus;
- XII - incentivar os museus do Sistema a adotar políticas institucionais de segurança de seus acervos, instalações e edificações.

As ações de informação formativas, com o fim de transformar o conhecimento para transformar o mundo (GONZALEZ DE GOMEZ, 2003), são expressas nos objetivos que permitem conhecer gerar e dados acerca da realidade dos museus possibilitando a realização de atividades voltadas para o preenchimento de lacunas. O desenvolvimento destes objetivos no âmbito do Sistema de Museus do DF subsidia os museus na construção de autonomia por meio do fornecimento de informações.

- IV - proporcionar o desenvolvimento de programas de capacitação de recursos humanos, visando ao aperfeiçoamento dos profissionais que atuam em instituições museológicas e nas que se enquadram na definição do inciso II do art. 2º deste Decreto;

- VII - propor formas de provimento de recursos, financiamento e fomento destinados à área museológica;
- X - criar e manter atualizado o Cadastro de Museus do Sistema;

Podemos considerar ainda, que as ações de informação expressas nos objetivos, contribuem para a mobilização em torno do Sistema, gerando integração e funcionamento sistêmico. Em nível de análise, tanto em relação ao cumprimento dos objetivos estabelecidos, quanto com a diversidade das ações desenvolvidos, classificaremos as ações de informação com base nas atividades desenvolvidas durante o período de atuação do Sistema de 2012 a 2014, considerando os já explicitados objetivos e os contextos de aplicação destas ações:

Quadro 16: Ações de informação do SIM/DF com base nas atividades realizadas entre 2012 e 2014.

| AÇÃO DE INFORMAÇÃO | MODALIDADE | ESTRATO INFORMACIONAL |
|--|-------------------|------------------------------------|
| I - Eleição do Comitê Gestor 2012-2014 | Relacional | Meta- informacional |
| II - Eleição do Comitê Gestor 2014 | Relacional | Meta- informacional |
| III - Elaboração e aprovação do Regimento Interno | Relacional | Meta- informacional |
| IV - Participação no 5º Encontro Paulista de Museus | Formativa | Informação (semântico- pragmática) |
| V - I Seminário do Sistema de Museus do Distrito Federal | Mediação | Informação (semântico- pragmática) |
| VI - Pré- Cadastro de Museus do DF | Formativa | Meta- informacional |
| VII - Criação de site e de perfil no Facebook | Relacional | Infraestrutura de informação |
| VIII - Seminário Sobre Plano Museológico | Mediação | Meta- informacional |

Fonte: Elaborado pela autora.

A partir do exercício de classificação das ações de informação do SIM/DF podemos observar como diferentes modalidades de ação de informação podem se articular em diferentes estratos, envolvendo sujeitos e finalidades diferentes. Notamos que, tanto os objetivos elencados pelo decreto quanto às atividades realizadas no recorte de tempo apresentado, originam ações de informação de diferentes modalidades. Contudo existe predominância de ações de informação de mediação, considerando que as ações do Sistema de Museus orientam outras ações de informação, e ações de informação relacionais, o que

pode ser justificado pelo caráter regulatório que o Sistema assume diante das instituições museológicas e centros culturais.

O exercício abre espaço, por exemplo, para a reflexão sobre a possibilidade de inclusão da realização de um número maior de ações de informação de modalidade formativa que considera a informação não como um meio, mas com um fim, o que poderia impactar não só na produção de dados sobre a realidade museal do DF, mas também sobre o próprio Sistema, na produção de pesquisas e realização de atividades formativas.

O Sistema de Museus do Distrito Federal surge em decorrência da criação do Sistema Nacional de Museus em 1986. Não se pode afirmar que este foi o único motivo, mas a influência é constatada por meio do decreto de criação. O contexto de institucionalização do Sistema se dá em meio a uma série de mudanças administrativas ligadas a constante realocação da pasta de cultura na estrutura do governo distrital, ou seja, fruto de uma implicação mais ampla que envolvia o setor cultural e os museus como um todo. Neste primeiro momento suas atividades foram interrompidas logo após a nomeação do primeiro governador eleito do Distrito Federal.

No momento de rearticulação do Sistema em 2012, o grupo envolvido demonstra desconhecimento sobre a existência de um Sistema de Museus no DF e das atividades previamente desenvolvidas. A estruturação e organização do Sistema neste momento, ao que tudo indica, parte de um desconhecimento da realidade museal do DF e a ausência de memória institucional das atividades desenvolvidas previamente. O ofício⁸³ da Secretaria de Cultura destinado ao então governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz, que dá início a reativação do Sistema de Museus do DF, apresenta as articulações do DePHA em torno dos museus, mas salienta que:

esses esforços não estão sendo suficientes para atender às necessidades dos museus sediados no DF, pois estariam em melhores condições se amparados, guiados e assistidos pelo Sistema, um instrumento criado para ele que, por ser específico, terá maior capacidade para implementar políticas museológicas, integrar a categoria, buscar qualificação institucional, conseqüentemente, prestar serviços de qualidade à população

Ou seja, a iniciativa parte da Secretaria de Cultura diante do desafio que vinha sendo enfrentado para realizar gestão dos museus sem uma estrutura voltada exclusivamente para esse fim. Ligado diretamente a estrutura da Secretaria de Cultura, o Decreto 33957 de outubro

⁸³ Folha 04 do processo processo 360.001433/2011. Arquivo da SECEC.

de 2012, que dispõe sobre o Sistema neste momento, apresenta maiores possibilidades de articulação entre museus, ampliando o diálogo por meio da gestão através de um comitê composto por representações indicadas e eleitas. Neste sentido, podemos considerar que o SIM/DF, talvez por experiências de outros Sistemas já estabelecidos no país e em decorrência das políticas nacionais, conseguiu ter uma estruturação melhor por meio do Decreto e da elaboração do Regimento Interno.

Entretanto, se observamos as atividades realizadas voltadas diretamente para a mobilização da comunidade museológica em torno do Sistema, considerando o I Seminário do Sistema de Museus do DF, o Seminário sobre Plano Museológico e o contato estabelecido para a construção do Pré- Cadastro de Museus, o número é inexpressivo em relação ao que foi estabelecido em decreto. Observamos nas atas de reunião a constante discussão sobre a necessidade de divulgação do Sistema de Museus, seja por meio da criação de um boletim mensal ou pela criação de um site com link para facilitar a adesão ao Cadastro de Museus.

No que diz respeito às reuniões, o comitê conseguiu realizar uma reunião ordinária por mês, conforme estabelecido no Regimento Interno, entretanto era constante a observação da frequente ausência de representantes, especialmente os representantes das Secretarias de Estado de Educação, de Turismo e de Ciência e Tecnologia, que inclusive não foram eleitos para o Comitê Gestor de 2014 pois as pessoas indicadas estavam ausentes na assembleia.

Alguns servidores renunciaram da representação no Sistema devido ao acúmulo de tarefas que já realizavam em suas instituições de origem, o que gerou trocas em algumas representações, motivo apresentado inclusive por Claudia Rachid ao deixar a coordenação. Este é um indicativo de que, apesar da criação do Sistema de Museus como uma ferramenta voltada para os museus do DF, a falta de pessoal, tanto na Secretaria de Cultura quanto nos museus, impacta na dinâmica de funcionamento do Sistema, uma vez que a participação no Sistema sobrecarrega os profissionais de museus que o coordenam. A dificuldade de realização das atividades propostas no Plano de Ação de 2014 e a ausência de registro de reuniões neste período demonstram as dificuldades latentes em um novo momento de desarticulação na trajetória do SIM/DF.

Diante da vacância das atividades do SIM/DF, observamos um novo movimento de reestruturação do Sistema a partir das disposições aprovadas pela Lei Orgânica de Cultura. Contudo, a falta de responsáveis pelo Sistema, tanto no Museu Nacional da República quanto na Secretaria de Cultura e Economia Criativa, demonstra a existência dos mesmos desafios encontrados nos momentos anteriores. Um deles consiste na dificuldade de alocar o Sistema

de Museus diante das constantes mudanças na estrutura da SECEC, algumas delas desencadeada pelas mudanças de governo, e pensar seu funcionamento a partir das normativas que estabelecem sua estrutura e suas atividades.

Outro desafio constante na trajetória do SIM/DF é a falta de memória institucional que se inicia pela ausência de informações sobre sua atuação em 1990 de forma que não localizamos registros oficiais de suas atividades. Os registros de sua reativação em 2012 possuem informações importantes, porém a dificuldade de acesso a estes registros gera obstáculos para a compreensão de sua história. Durante a realização da pesquisa sobre o Sistema, as dificuldades de contato e indisponibilidade de alguns ex-integrantes para realização de entrevistas sobre o Sistema enfatizaram o desafio de restabelecer a memória da trajetória do Sistema de Museus do Distrito Federal.

Ademais, podemos pensar no estabelecimento de uma política de informação que possibilite o andamento e a continuidade das atividades realizadas, na divulgação e comunicação das ações, na constante mobilização dos museus e centros culturais e sociedade como um todo e que preserve a memória da trajetória do sistema, considerando que durante a realização da pesquisa, os documentos consultados e as fontes contatadas constantemente referiam-se à criação de um Sistema, quando na verdade ele já existia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar informação no contexto dos museus por meio da Ciência da Informação é compreender como os museus se inserem como produtores de informação e conhecimento, mas também como agentes inseridos em uma sociedade em que a informação se configura cada dia mais como um valor de importância. Os museus na sociedade da informação são marcados pelo reconhecimento do papel estratégico para a democratização e acesso a bens e patrimônio culturais, demandando cada vez mais capacidade de gestão, guarda, preservação e comunicação deste patrimônio.

Este movimento intencional se consolida a partir de importantes publicações como a Declaração da Mesa Redonda de Santiago do Chile, Declaração de Quebec, Declaração de Caracas, Recomendação referente à Proteção e Promoção dos Museus e Coleções, sua Diversidade e seu Papel na Sociedade desencadeando ações de informação que reafirmam a importância da informação e da integração de museus para o fortalecimento do campo. A tendência de organização social em torno de redes e sistemas é expressa no campo dos museus também a partir destas resoluções que orientam uma ação integrada de museus, desencadeando a consolidação de redes de museus em diversos países e com diferentes abrangências territoriais temáticas.

Embora não tenhamos identificado uma delimitação clara das diferenças entre redes e sistemas de museus, observamos que isto não impediu que os museus se organizassem mutuamente em torno de objetivos comuns, o que identificamos é que próprio processo mobilizatório em torno da construção de um Sistema gera articulações em redes. Desta forma é preciso compreender que a articulação por meio de redes e sistemas de museus perpassa, antes da normatização, pelo entendimento destas instituições como fruto do contexto em que estão inseridas e como detentoras de responsabilidades sociais.

No Brasil, a construção de políticas culturais se deu em meio a inconstâncias, marcando caminho de descontinuidades. Neste contexto, os museus eram pensados dentro deste escopo mais amplo, conforme se pensava as políticas de patrimônio fortemente ligadas à consolidação de um Estado nacional. Porém, naquele contexto, mesmo não existindo políticas museais integradas identificamos iniciativas na realização dos Fóruns Nordestinos de Museologia, o Encontro Nacional de Museus e o Encontro de Dirigentes de Museus, por exemplo, demonstrações expressivas das articulações de profissionais de museus em torno da

consolidação do campo, criação de cursos, capacitação de profissionais e na acomodação e promoção das discussões museológicas nos museus.

A Política Nacional de Museus, acompanhada da consolidação do Sistema Brasileiro de Museus, do Estatuto de Museus e da criação do Instituto Brasileiro de Museus, consolida os esforços empreendidos anteriormente, ao longo dos anos, pelos profissionais e demais atores do campo museológico. O compromisso com a função social dos museus passa a ser reconhecido institucionalmente por meio de uma política pública de Estado e a organização e aplicação de políticas articuladas em todo território nacional passa a ser regulamentada.

Sabemos que a iniciativa de criação de redes e sistemas de museus em alguns estados, como São Paulo, Rio Grande do Sul, Pará, Goiás e Paraná antecederam a criação do Sistema Brasileiro de Museus, o Sistema de Museus do Rio Grande do Sul por exemplo atuou de forma ativa na consolidação da Política Nacional de Museus. Contudo, a partir da instituição oficial do SBM e a publicação da PNM outros sistemas estaduais foram criados em decorrência de um maior fluxo de informação e orientações estruturadas em âmbito nacional.

Contudo, quando partimos para a investigação dos sistemas de museus estaduais, municipais e distrital percebemos que o funcionamento destes sistemas está condicionado a muitas variáveis, sendo a principal delas, a dinâmica de governo local. A ausência de informação sobre a existência de alguns sistemas estaduais, municipais e do sistema distrital no site do IBRAM é sintomático, representando um descompasso na premissa de integração proposta pelo SBM. Somado às variáveis locais, devemos destacar os processos de reestruturação que o IBRAM passou pelo período de quatro anos, quando deixou de ser uma autarquia e passou a ser uma secretaria especial o que evidentemente gerou impacto na sua estrutura e raio de atuação.

O caso do Sistema de Museus do Distrito Federal é expressivo nesse sentido à medida que se restabelece em um cenário de amparo das políticas em âmbito nacional, mas que apresenta desafios para sua continuidade devido às questões de ordem local. Fica evidente que os ciclos de (des) articulação do Sistema de Museus do Distrito Federal estão associados ao grau de instabilidade da estrutura da Secretaria de Cultura em decorrência dos períodos eleitorais. Neste sentido, caberá analisar o impacto que uma política cultural para museus no DF teria para a estabilização dos museus aqui sediados.

Apesar da trajetória de descontinuidade, o estudo sobre o Sistema de Museus do Distrito Federal revela uma quantidade significativa de iniciativas por parte dos agentes do

campo do patrimônio e dos museus em torno da consolidação de estratégias que garantam a atenção para os museus na administração pública do Distrito Federal.

A dinâmica de organização em redes e sistemas de museus demanda o entendimento das particularidades dos museus considerando todos os seus processos internos e demandas de gestão desses processos museológicos. Assim os sistemas de museus lidam com um fluxo de informação que consiste em uma troca entre as unidades museológicas e os sistemas, gerando a dinâmica de integração entre os componentes dos sistemas ao mesmo tempo que o estrutura. Considerando este aspecto, observamos que a proposta de consolidação de sistemas de museus tem em seus objetivos uma diversidade de ações de informação que buscam garantir não só a consolidação das atividades fim realizadas pelas instituições museológicas, quanto a manutenção do próprio sistema e a mobilização social em torno da importância dos museus na realidade cultural local

Analisar as ações de informação das redes e sistemas de museus, neste caso específico do Sistema de Museus do Distrito Federal, permitiu um mapeamento preliminar do cumprimento dos objetivos do Sistema, ajudando a elucidar as lacunas, podendo contribuir para o entendimento e direcionamento de ações de informação específicas.. Assim poderíamos pensar a partir de todo acúmulo já existente, a elaboração de políticas de informação que otimizem o funcionamento e continuidade destes sistemas e, conseqüentemente, na construção e aplicação efetiva das políticas públicas museais.

Acreditamos que o estudo aqui realizado possa contribuir para o entendimento da realidade museal do Distrito Federal, abrindo caminhos para investigação e consolidação de propostas museológicas voltadas para o DF considerando as particularidades deste território e da cultura que aqui se estabeleceu. Também esperamos que o entendimento da trajetória do SIM/DF contribua para o mapeamento e entendimento dos desafios da organização em redes e sistemas de museus no Brasil.

REFERÊNCIAS

ADAM, Joana Regattieri Adam. Da rede, o rastro: aspectos da trajetória da política museológica brasileira. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, vol. 50, p. 167-183, 2018.

AUGUSTIN, Raquel França Garcia. **Política de gestão de acervos, instrumentos auxiliares na tomada de decisão: Análises de documentos disponibilizados por museus brasileiros na web**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

BARBALHO, Alexandre. Definindo política cultural. In: BARBALHO, Alexandre. **Política Cultural e Desentendimento**. Fortaleza: IBDCult, p. 39- 48, 2016.

BEZERRA, E. P.; SILVA, Z. C. G. da; GUIMARÃES, Ítalo J. B.; SOUZA, E. D. de. Regime de informação: abordagens conceituais e aplicações práticas. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 22, nº 2, p. 60–86, 2016.

BRASIL. Decreto-Lei no 5264/04 de 5 de novembro de 2004. **Criação do Sistema Brasileiro de Museus**, 2004.

BRASIL. Lei n.º 11.904, de 14 de janeiro de 2009. **Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, 15 jan. 2009.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. **Política Nacional de Museus. Memória e Cidadania**. Brasília: MinC. 2003.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. **Política Nacional de Museus. Relatório de gestão 2003- 2010**. Brasília: Minc/IPHAN/DEMU, 2010.

BRITTO, Clovis Carvalho. A ‘civilização material’ nos museus regionais do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: confluências entre a criação do Museu do

Diamante e a imaginação museal de Juscelino Kubitschek. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, Belém, v. 17, n. 2, 2022.

BRITTO, Clóvis Carvalho; CUNHA, Marcelo Nascimento Bernardo; CERAVOLO, Suely Moraes (Orgs.). **Estilhaços da Memória: o Nordeste e a reescrita das práticas museais no Brasil**. UFBA/CNPq, 2020.

CALABRE, Lia. Notas sobre os rumos das políticas culturais no Brasil nos anos 2011 -2014. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre; CALABRE, Lia (Orgs.). **Políticas culturais no governo Dilma**. Salvador, EDUFBA, p. 33-48, 2015.

CALADO CAFÉ, Daniel. **Redes em teias museológicas: Sociomuseologia, redes museológicas locais, e o Museu do território de Alcanena**. Tese (Doutorado em Museologia). Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2012.

CALMON, Paulo; COSTA, Arthur Trindade. Redes e Governança das Políticas Públicas. **Revista de Pesquisa em Políticas Públicas**, n. 1, 2013.

CAMACHO, Clara Frayão. Red Portuguesa de Museos (2000-2010): concepto, programa, resultados y perspectivas. In: **Redes de Museos en Iberoamerica. Propuestas para la articulación y el fortalecimiento de las instituciones museísticas em El espacio iberoamericano**. Ministério da Cultura e Centro Cultural de Espanha em Montevideu (AECID), p. 53- 74, 2009.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. **Gestão de museus, um desafio contemporâneo: diagnóstico museológico e planejamento**. 3. ed. Porto Alegre: Medianiz, 2019.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede (A Era da Informação: economia, sociedade e cultura)**. 12. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

CASTELLS, Manuel. Museus na era da informação: conectores culturais de tempo e espaço. **Revista MUSAS**, nº 5, p 8- 21, 2011.

COSTA, Luciana Ferreira da. Institucionalização e a configuração atual da Formação em Museologia no Brasil. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.25, número 3, p. 145-163, 2020.

COSTA, Luciana Ferreira da. **MUSEOLOGIA NO BRASIL, SÉCULO XXI: atores, instituições, produção científica e estratégias**. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Ciência). Universidade de Évora, Évora, 2017.

DELAIA, Claudia Regina. **Subsídios para um Política de Gestão da Informação da Embrapa Solos- À luz do Regime de Informação**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). UFF, Rio De Janeiro, 2018.

DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 2.893, de 13 de maio de 1975. **Aprova o Regimento da Secretaria de Educação e Cultura e dá outras providências**, 1975.

DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 7.451, de 23 de março de 1983. **Extingue e cria órgãos na Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal, e dá outras providências**, 1983.

DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 9.798, de 13 de outubro de 1986. **Aprova o Regimento da Secretaria de Cultura, cria funções do grupo Direção e Assessoramento Superiores e do grupo Direção e Assistência Intermediárias, na tabela de pessoal do Distrito Federal, e dá outras providências**, 1986.

DISTRITO FEDERAL. Decreto n.º 12.396, de 31 de maio de 1990. **Institui o Sistema de Museus do Distrito Federal**, 1990.

DISTRITO FEDERAL. Decreto n.º 33.957, de 23 de outubro de 2012. **Dispõe sobre o Sistema de Museus do Distrito Federal**, 2012.

DISTRITO FEDERAL. **Lei nº 4.545 de 10 de dezembro de 1964. Dispõe sobre a reestruturação administrativa do Distrito Federal, e dá outras providências**, 1964.

DISTRITO FEDERAL. Lei complementar nº 934, de 7 de dezembro 2017. **Institui a Lei Orgânica da Cultura dispondo sobre o Sistema de Arte e Cultura do Distrito Federal**, 2017.

ESCOBAR, Célia Maria de Souza. **Governança Estratégica em Redes de Políticas Públicas: A Experiência do Programa Bolsa Família**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) UnB, Brasília, 2008.

FIGUEIREDO DOS SANTOS, Lucienne. **Credenciar museus: um estudo para o credenciamento de museus do estado do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2015.

FREIRE, Alexandre. Secec conclui mapeamento de acervos de seus museus. **Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal**, 2023. Disponível em: <<https://www.cultura.df.gov.br/secec-conclui-mapeamento-de-acervos-de-seus-museus/>> Acesso em: 10 de outubro de 2023.

FROHMANN, Bernd. Talking information policy beyond information science: applying the actor network theory. In: ANNUAL CONFERENCE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE. Alberta: Canadian Association for Information Science 1995.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GONZÁLEZ, Fernando Estévez. Redes de museos: conexiones y enredos. **Museo**, nº11, p. 151-157, 2006.

GONZÁLEZ DE GOMEZ, Maria Nélida. Escopo e abrangência da Ciência da Informação e a Pós-Graduação na área: anotações para uma reflexão. **Transinformação**, v.15, n.1, p.31-43, 2003.

GONZÁLEZ DE GOMEZ, Maria Nélida. Metodologia de Pesquisa no campo da Ciência da Informação. **Revista de Ciência da Informação**, Brasília, Vol. 1 n. 6, 2000.

GONZÁLEZ DE GOMEZ, Maria Nélide. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 31, n. 1, p. 27-40, jan/abr. 2002.

GONZÁLEZ DE GOMEZ, Maria Nélide. Política e gestão da informação: novos rumos. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 28, n. 2, 1999.

GOUVEIA JÚNIOR, Mário. O novo museu e a sociedade da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.19, n.4, p.81-93, out./dez. 2014.

IPHAN, Coordenação-Geral de Pesquisa, Documentação e Referência. **Cadernos de pesquisa e documentação do IPHAN 5**. COPEDOC/IPHAN, Rio de Janeiro, 2008.

ICOM. Declaração de Caracas ICOM 1992. **Cadernos De Sociomuseologia**, nº 15, 1999.

ICOM. Declaração de Quebec. **Cadernos De Sociomuseologia**, nº 15, 1999

ICOM. Mesa Redonda de Santiago do Chile. **Cadernos De Sociomuseologia**, nº 15, 1999

KEENE, Suzanne. Museums and the information society. **Anais da conferência: Building the Global Information Society for the 21st Century**, 1977.

LACASTA Ana Azor. Políticas públicas y redes de museos: articulación y fortalecimiento de las instituciones museísticas en Iberoamérica. In: **Redes de Museos en Iberoamerica. Propuestas para la articulación y el fortalecimiento de las instituciones museísticas em El espacio iberoamericano**. Ministério da Cultura e Centro Cultural de Espanha em Montevideu (AECID), p. 15- 30, 2009.

LOPES, Maria Margaret. **O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX**. Brasília, Editora UnB, 2009.

LOUREIRO, Maria Lúcia de Niemeyer Matheus. Reflexões sobre musealização: processo informacional e estratégia de preservação. **III Seminário Serviços de Informação em Museus**, São Paulo, v. 1, p. 91-103, 2016.

MACIEL, Nahima. Uma Rede Para os Museus. **Correio Braziliense**. Brasília, 16 de novembro de 2005. Disponível em: <
http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_04&pesq=%22Sistema%20de%20Museus%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=2871> Acesso em: 04 de outubro de 2023.

MARCIAL, Viviana Fernández; GOMES, Liliana Isabel Esteves; MARQUES, Maria Beatriz. Perspetiva teórica e metodológica em sistemas de informação complexos. **Páginas A&B, Arquivos e Bibliotecas**, n. 4, p. 3-21, 2015.

MARQUES, Luiz. Novas secretarias vão atuar na comunidade. **Correio Braziliense**, Brasília, 21 de março de 1986. Disponível em: <
http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_03&pesq=%22Sistema%20de%20Museus%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=80469> Acesso em: 04 de outubro de 2023.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Política Nacional de Museus: Memória e Cidadania**. Brasília: MinC. 2003

MINISTÉRIO DA CULTURA, Instituto Brasileiro de Museus. **Política Nacional de Museus - Relatório de gestão 2003-2010**. Brasília: MinC/IBRAM, 2010

MIRANDA, Rose Moreira de. **Tecendo novas tramas sociais em Itaipu: Proposta de uma documentação museal cidadã**. Tese (Doutorado em Museologia). Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2020.

MIZUKAMI, Luiz Fernando. **Redes e Sistemas de Museus: um estudo a partir do Sistema Estadual de Museus de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Museologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

MONTEIRO, Simone Flores. **Política pública para museus no Brasil: o lugar do Sistema Brasileiro de Museus na Política Nacional de Museus**. Tese (Doutorado em Museologia) Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, Lisboa, 2016.

MORAES, Nilson Alves de. Políticas públicas, políticas culturais e museus no Brasil. **Museologia e Patrimônio**, Rio de Janeiro, vol. 2, 2009.

MOSQUÉRA, Júlio. Brasiliense não lembra de visitar museus. **Correio Braziliense**, Brasília, 12 de março de 1990. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspxbib=028274_04&pesq=%22Sistema%20de%20Museus%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=2871> Acesso em: 04 de outubro de 2023.

MUSSO, Pierre. A filosofia da rede. PARENTE, André (Org.). **Tramas da rede - novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

NASCIMENTO JUNIOR. **De João a Luiz. 200 anos de Política Museal no Brasil**. Tese (Doutorado em Museologia e Patrimônio). UNIRIO/ MAST, 2019.

OLIVEIRA, Águeda Macias de. **Criação e gestão de museus no Distrito Federal: análise dos museus da Coordenação de Museus e Patrimônio da Secretaria de Cultura (1958-1999)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Museologia). Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

OLIVEIRA ROCHA, Ana Karina. **Construção e disputa do campo museologia no Brasil: Os Fóruns Nordestinos (1988- 1996)**. Tese (Doutorado em Museologia). Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2020.

PRIMO, Judite Santos. Pensar contemporaneamente a museologia. **Cadernos de Sociomuseologia** nº 16, p. 5-38, 1999.

RABELLO, Rodrigo. Ações de informação no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 41, p. 104- 121, 2012.

RAFAEL, Maurício. **Políticas públicas para o campo museal: um estudo sobre o “Programa de Capacitação Museológica” do Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina**. Dissertação (Mestrado em Museologia). Universidade de São Paulo, 2017.

REYS, Nathalia Gianini. **Descobrimos Trajetórias: análises, aspectos e idealizadores do 1º Congresso Nacional de Museus de 1956 em Ouro Preto**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Museologia. Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

RODRÍGUEZ, Alejandro Giménez. Hacia un Sistema Nacional de Museos en Uruguay. In: **Redes de Museos en Iberoamerica. Propuestas para la articulación y el fortalecimiento de las instituciones museísticas em El espacio iberoamericano**. Ministério da Cultura e Centro Cultural de Espanha em Montevideu (AECID), p. 31- 38, 2009.

RUA, Maria das Graças. **Análise de políticas públicas: conceitos básicos**. Brasília, Paralelo, v. 15. 1998.

RUBIM, Antônio Albino. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: RUBIM, Antônio Albino; BARBALHO, Alexandre (Orgs.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos; CHAGAS, Mário de Souza. A linguagem de poder dos museus. SANTOS, Myrian Sepúlveda dos; CHAGAS, Mário de Souza (org). **Museus, coleções e patrimônios: Narrativas polifônicas**. Rio de Janeiro: Garamond, p.12-19, 2007.

SANTOS, Vânia Carvalho Rôla. **Gestão informação e comunicação museológica: um estudo comparativo entre pequenos e médios museus brasileiros e franceses**. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos; MATTOS, Renato de; TOGNOLI, Natalia Bolfarini. Como surgem as políticas arquivísticas: o 1º Leilão da Memória Nacional e o Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo (Saesp). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 38, nº 78, 2018.

SILVA, Armando Malheiro da. **A informação: da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico**. Porto, Portugal: Edições Afrontamento, 2006.

SOARES, Amanda Costa. **Por uma Museologia Rizomática: trajetórias e desafios do Sistema de Museus do Distrito Federal**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Museologia). Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

SOARES, Marianna de Souza. **Museus universitários, encontros e redes de museus: estratégias de articulação e reconhecimento**. Dissertação (Mestrado em Museologia). Universidade de Brasília, Brasília 2020.

SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA. **Boletim SPHAN/próMemória**, nº 20, set/out 1982.

SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA. **Boletim SPHAN/próMemória**, nº 30, maio/jun 1984.

TEIXEIRA, Sidélia S. Nova Museologia: aspectos históricos e características. **Cadernos do CEOM**, Chapecó (SC), v. 35, n. 56, p. 87-97, 2022.

TOLENTINO, Átila Bezerra. Governança em rede: o caso do sistema brasileiro de museus. **Revista CPC**, São Paulo, n. 16, p. 1-208, 2013.

TOLENTINO, Átila. O Sistema Brasileiro de Museus e outros sistemas: uma análise comparativa. **Revista MUSAS**, n. 2, p. 106- 115, 2006.

UNESCO. Recomendação referente à Proteção e Promoção dos Museus e Coleções, sua Diversidade e seu Papel na Sociedade. **Conferência Geral da UNESCO**, 2017.

VILLAREAL, Ronald Martínez. La Red de Museos Comunitarios de Costa Rica. Comunidades participando por la gestión del patrimonio cultural. In: **Redes de Museos en Iberoamerica. Propuestas para la articulación y el fortalecimiento de las instituciones museísticas em El espacio iberoamericano**. Ministério da Cultura e Centro Cultural de Espanha em Montevideú (AECID), p. 161-167, 2009.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2 ed. Bookman. Porto Alegre, 2001

APÊNDICES

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO E GESTÃO DE MUSEUS: TRAJETÓRIAS E DESAFIOS DO SISTEMA DE MUSEUS DO DISTRITO FEDERAL

Pesquisador: AMANDA COSTA SOARES

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 57827622.3.0000.5540

Instituição Proponente: Faculdade de Ciência da Informação

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.551.307

Apresentação do Projeto:

Inalterado em relação ao parecer consubstanciado emitido pelo CEP/CHS no dia 09 de Junho de 2022.

Objetivo da Pesquisa:

Inalterado em relação ao parecer consubstanciado emitido pelo CEP/CHS no dia 09 de Junho de 2022.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Inalterado em relação ao parecer consubstanciado emitido pelo CEP/CHS no dia 09 de Junho de 2022.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Inalterado em relação ao parecer consubstanciado emitido pelo CEP/CHS no dia 09 de Junho de 2022.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Uma nova versão do documento Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi entregue.

Entretanto, nesta nova versão consta que a “participação na pesquisa não implica em nenhum risco”.

Sabemos que toda pesquisa com seres humanos envolve riscos. A própria pesquisadora elenca os riscos possíveis e formas de minimizá-los no texto do projeto. Portanto, o TCLE deve conter estas

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Horário de

Bairro: ASA NORTE

CEP: 70.910-900

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3107-1592

E-mail: cep_chs@unb.br

INSTITUTO DE CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS DA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA -
UNB



Continuação do Parecer: 5.551.307

informações essenciais.

Recomendações:

O projeto de pesquisa está aprovado.

A pesquisadora deve apresentar novo documento Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme descrito na seção Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória, para atualizar sua submissão de projeto ao CEP.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto de pesquisa está aprovado.

A pesquisadora deve apresentar novo documento Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme descrito na seção Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória, para atualizar sua submissão de projeto ao CEP.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

| Tipo Documento | Arquivo | Postagem | Autor | Situação |
|---|---|------------------------|---------------------|----------|
| Informações Básicas do Projeto | PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1927434.pdf | 29/06/2022 15:56:40 | | Aceito |
| Cronograma | CRONOGRAMA.pdf | 29/06/2022 15:55:42 | AMANDA COSTA SOARES | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | TCLE.pdf | 29/06/2022 15:55:31 | AMANDA COSTA SOARES | Aceito |
| Outros | ETICA.pdf | 13/04/2022 10:39:02 | AMANDA COSTA SOARES | Aceito |
| Outros | LATTES.pdf | 08/04/2022 17:55:22 | AMANDA COSTA SOARES | Aceito |
| Outros | JUSTIFICATIVA.pdf | 08/04/2022 17:54:21 | AMANDA COSTA SOARES | Aceito |
| Outros | INSTRUMENTO.pdf | 08/04/2022 17:53:51 | AMANDA COSTA SOARES | Aceito |
| Projeto Detalhado / Brochura | PROJETO.pdf | 08/04/2022 17:52:40 | AMANDA COSTA SOARES | Aceito |

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Horário de
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3107-1592 **E-mail:** cep_chs@unb.br

INSTITUTO DE CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS DA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA -
UNB



Continuação do Parecer: 5.551.307

| | | | | |
|---|-------------|------------------------|------------------------|--------|
| Investigador | PROJETO.pdf | 08/04/2022 17:52:40 | AMANDA COSTA SOARES | Aceito |
| Solicitação Assinada pelo Pesquisador Responsável | CARTA.pdf | 08/04/2022 17:50:46 | AMANDA COSTA SOARES | Aceito |
| Folha de Rosto | FOLHA.pdf | 08/04/2022 17:48:33 | AMANDA COSTA SOARES | Aceito |

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BRASILIA, 28 de Julho de 2022

Assinado por:
MARCIO CAMARGO CUNHA FILHO
(Coordenador(a))

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Horário de
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3107-1592 **E-mail:** cep_chs@unb.br

FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS

 1. Projeto de Pesquisa:
 POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO E GESTÃO DE MUSEUS: TRAJETÓRIAS E DESAFIOS DO SISTEMA DE MUSEUS DO DISTRITO FEDERAL

2. Número de Participantes da Pesquisa: 15

3. Área Temática:

 4. Área do Conhecimento:
 Grande Área 6. Ciências Sociais Aplicadas

PESQUISADOR RESPONSÁVEL

 5. Nome:
 AMANDA COSTA SOARES

 6. CPF:
 045.534.711-59

 7. Endereço (Rua, n.º):
 RUA 3 CHACARA 29 SETOR HABITACIONAL VICENTE PIRES LOTE 04 BRASILIA DISTRITO FEDERAL 72005632

 8. Nacionalidade:
 BRASILEIRO

 9. Telefone:
 61981303905

10. Outro Telefone:

 11. Email:
 costaamanda11@gmail.com

Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.

 Data: 07 / 04 / 2022


Assinatura

INSTITUIÇÃO PROPONENTE

 12. Nome:
 FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

13. CNPJ:

 14. Unidade/Órgão:
 Faculdade de Ciência da Informação

 15. Telefone:
 (61) 3107-2634

16. Outro Telefone:

Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.

 Responsável: RENATO TARUISO BARBOSA DE SOUSA CPF: 373368941-00

 Cargo/Função: DIRETOR

 Data: 08 / 04 / 22


Assinatura

PATROCINADOR PRINCIPAL

Não se aplica.

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Roteiro de entrevista composto pelas seguintes questões:

1. Se apresente por favor.
2. Fale um pouco de sua trajetória no campo dos museus e nos Sistema de Museus do Distrito Federal
3. Vocês tinham conhecimento do funcionamento e das atividades desenvolvidas pelo Sistema de Museus anterior, criado em 1990?
4. Como surgiu a iniciativa de reestruturação do Sistema de Museus do Distrito Federal?
5. Quais foram as principais atividades desenvolvidas no período de funcionamento do SIM/DF?
6. Quais foram as ações de informação realizadas ou planejadas pelo Sistema de Museus?
7. Outros museus, além dos que estavam no comitê gestor foram procurados ou demonstraram interesse em participar do Sistema de Museus?
8. Existiam estratégias de divulgação do Sistema de Museus?
9. Existia dialogo e cooperação com outras instituições, como o curso de Museologia da UnB e o Ibram, e outros sistema ou redes de museus?
10. Quais eram as principais dificuldades para o desenvolvimento das atividades do SIM/DF?
11. Como você avalia a possibilidade de retomada das atividades do Sistema de Museus, hoje?

CARTA DE REVISÃO ÉTICA

Os possíveis riscos durante a coleta de dados envolvem: Desconforto relacionados ao medo de responder determinadas questões, estresse relacionado ao tempo de aplicação de questionário e entrevistas, constrangimentos em responder questões que suscitam problemas ou situações delicadas e invasão de privacidade consequente de perguntas que possam soar de cunho pessoal ou íntimo. Entende-se que as maneiras de minimizar esses riscos incluem um diálogo aberto com o participante, descrevendo claramente o processo em que está participando, expondo os objetivos e a importância da pesquisa e deixando-o confortável para responder as questões da forma que achar pertinente. Compreende-se também a necessidade de entender e respeitar as individualidades e limitações colocadas pelos participantes em relação a determinados assuntos ou a indisponibilidade para responder qualquer questão sem necessidade de justificativa.

Considerando o atual cenário de pandemia de COVID-19, considera-se a possibilidade de coleta de dados por meio de ambiente virtual nos casos de impossibilidade de encontro presencial. Nesses casos as etapas virtuais incluem: convite via e-mail de forma individual a cada participante, esclarecendo a necessidade de apresentação de TCLE antes da coleta de dados e aplicação de questionário em entrevistas por meio de plataformas de videoconferência gratuitas ou de livre acesso por estudantes da Universidade de Brasília. Entende-se a necessidade do correto armazenamento de registros de consentimento livre em formato de vídeo ou áudio e de dados coletados virtualmente, realizando o download desses arquivos e apagando-os de qualquer ambiente virtual ou compartilhando.

Em relação aos benefícios da pesquisa, entende-se que as entrevistas contribuirão com a investigação da criação do Sistema de Museus do Distrito Federal (SIM/DF), que compõe o estudo de uma experiência localizada e carente de análises, ajudando a identificar a realidade museológica do Distrito Federal. Deve-se considerar que o SIM/DF possui grande potencial de mapeamento das condições dos museus do DF, de viabilização e elaboração de um cadastro de museus do DF e promoção de articulações benéficas tanto para os museus que o compõe, quanto para a cadeia administrativa museal e cultural.

JUSTIFICATIVA PARA NÃO APRESENTAÇÃO DO TERMO DE ACEITE INSTITUCIONAL

Justifico a não apresentação do termo de aceite institucional pois a coleta de dados não acontecerá em nenhuma instituição específica. A pesquisa consistirá em entrevistas com agentes que integraram no passado o Sistema de Museus do DF, constituído por representantes de diferentes instituições e que atualmente encontra-se desativado.

Amanda Costa Soares